

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**

Patricia dos Santos Lages Prata Lima

**O ABUSO SEXUAL INFANTIL À LUZ DA
TRANSMISSÃO PSÍQUICO-GERACIONAL**

Florianópolis
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**

Patricia dos Santos Lages Prata Lima

**O ABUSO SEXUAL INFANTIL À LUZ DA
TRANSMISSÃO PSÍQUICO-GERACIONAL**

Dissertação apresentada
como requisito parcial para
a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-
Graduação em Psicologia,
Curso de Mestrado, Centro
de Filosofia e Ciências
Humanas

Orientador: Prof. Dr. Sérgio
Scotti

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a
Maria Virgínia Filomena
Cremasco

Florianópolis
2011

Patricia dos Santos Lages Prata Lima

**O ABUSO SEXUAL INFANTIL À LUZ DA
TRANSMISSÃO PSÍQUICO-GERACIONAL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Florianópolis, 12 de julho de 2011

Prof. Dr. Xxxx
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Scotti - Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Filomena Cremasco
Coorientadora

Prof. Dr. Fábio Thá

Prof. Dr. Carlos Augusto Remor

Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza

Para João Pedro

AGRADECIMENTOS

Às crianças, adolescentes e famílias que me permitiram adentrar em seus mundos e intimidade em momentos e condições tão difíceis e pesadas. Em especial a Helena e Kelly, pela coragem de consentir com que suas histórias fossem expostas neste trabalho, propiciando assim um refletir acerca de um fenômeno que acomete tantas outras famílias.

Ao meu orientador, professor Dr. Sérgio Scotti, que me deu a liberdade suficiente para pensar e criar, ao mesmo tempo em que me deu o devido suporte e delimitação nos momentos de insegurança e angústia. Agradeço-o também pela paciência com que lidou com minhas dificuldades em finalizar nosso trabalho.

À professora Dr.^a Maria Virgínia Cremasco, coorientadora e amiga, que além de toda a implicação com a pesquisa em si, suportou (em todos os sentidos) minhas oscilações em relação a este trabalho, mantendo-se firme e flexível na melhor medida.

Aos professores Dr. Carlos Augusto Remor, Dr. Fábio Thá e Dr. Fernando Aguiar Brito de Souza, por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa desta dissertação.

Aos meus colegas e amigos do mestrado. A maioria talvez não tenha idéia do quanto foram importantes para a minha formação e com quanto carinho e saudades me lembro dos dias passados em suas companhias. Em especial à Carol, amiga e companheira de viagens e aulas, preenchendo de alegria e descontração um tempo de tanto trabalho e esforço.

À Dayse Malucelli, pela competência e dedicação com que me acompanhou em minha jornada analítica.

Aos meus grandes amigos, que, cada um à sua maneira, contribuíram para a realização deste trabalho: à Manu, pela generosidade; à Diana, por tudo o que já passamos juntas; à

Maria, por estar sempre perto apesar de sempre longe; à Pri, pela parceria, pelo incentivo e pela leitura do trabalho; à Camila, por todos os bons exemplos.

A Silvana, Elver e Claudinha, por terem sempre me acolhido com tanto carinho em Florianópolis.

Aos meus irmãos, Priscila e Leandro, por povoarem meu mundo com uma boa e saudável “normalidade”.

Aos meus pais, por serem “suficientemente bons”.

Ao Gustavo, meu amor e companheiro, por me fazer rir todos os dias, aliviando assim os pesos inerentes a um trabalho como este.

Ao João Pedro, que ingressou nesse mundo no conturbado momento de execução desta pesquisa, fornecendo-me sentidos para além daqueles que buscava inicialmente. Agradeço-o, principalmente, pela transformação que me provocou com sua chegada e que tem continuidade a cada dia ao seu lado.

Enfim, por me abrir os olhos para o que realmente importa na vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem como fio condutor um questionamento acerca da natureza e da função do elo que conecta diferentes gerações de mulheres de uma mesma família, o qual parece conduzi-las irremediavelmente a uma condição de sexualmente abusadas. Diversos casos de violência sexual infantil levaram a pesquisadora a buscar explicações baseadas em fatores inconscientes para o fenômeno da repetição de situações de abuso sexual infantil dentro de uma mesma família ao longo das gerações. Chegou-se ao conceito de transmissão psíquica, o qual aparece como principal operador na abordagem do problema. Foram buscados na obra freudiana os fundamentos teóricos do que autores pós-freudianos e autores contemporâneos desenvolvem hoje sobre a temática das transmissões psíquico-geracionais. Utilizou-se o método de construção de caso clínico, sendo este baseado na análise de uma mulher que, assim como sua filha e outras mulheres de sua família, passaram por abuso sexual na adolescência. A situação/queixa inicial dessa paciente é o abuso sexual de sua filha por parte do seu marido (padrasto da adolescente). O trabalho com a paciente conduz às teorizações da antropóloga Françoise Héritier acerca do que a mesma denomina de incesto de segundo tipo, o qual diz respeito à relação sexual de dois consangüíneos com um mesmo parceiro. Nessas situações, o homem serve como elo nas trocas de fluidos corporais entre as duas mulheres. A hipótese trabalhada é, portanto, a de que as relações sexuais da filha da paciente com o padrasto tinham como função a manutenção da relação incestuosa vivenciada nos primeiros momentos de vida entre mãe e filha. Entende-se que tal condição estende-se a outras mulheres dessa família, que como o sujeito do caso e sua filha, também experienciaram

situação de abuso sexual. As formulações freudianas acerca do contágio mental, bem como do poder da sugestionabilidade nos grupos, encontram-se na base da interpretação de que o fenômeno do abuso sexual nesta família tem como função a manutenção de uma organização incestuosa desse grupo. Por se tratar da construção de um caso clínico apenas, não se apresenta como intuito dessa pesquisa a generalização das interpretações realizadas, mas a indicação de que a questão da violência sexual, em grande parte dos casos, para ser compreendida e trabalhada, deve deslocar-se do ato sexual em si para as dinâmicas inconscientes que lhe são subjacentes.

Palavras-chave: Violência sexual. Incesto. Transmissão psíquica.

ABSTRACT

This research is a thread questioning the nature and function of the bond that connects different generations of women from the same family, which seems to lead them inevitably to a condition of sexually abused. Several cases of child sexual violence prompted the researcher to seek explanations based on unconscious factors for the phenomenon of repetition of situations of child sexual abuse within a family over generations. We came to the concept of psychic transmission, which appears as the main operator in addressing the problem. We sought in Freud the theoretical foundations of that post-Freudian authors and contemporary writers develop today on the topic of psycho-generational transmission. We used the method of construction of clinical case, which is based on analysis of a woman who, like her daughter and other women of her family have gone through sexual abuse in adolescence. The situation/initial complaint of this patient is the sexual abuse of her daughter by her husband (the stepfather of the teenager). Working with the patient leads to the theories of anthropologist Françoise Héritier about what it calls the incest of the second type, which concerns the sexual relationship of two blood relatives with the same party. In these situations, the man serves as a link in the exchange of bodily fluids between the two women. The hypothesis is crafted, so that the sex of the patient's daughter with her stepfather had as its objective the maintenance of the incestuous relationship experienced in the first moments of life between mother and daughter. It is understood that this condition extends to other women in this family, which as the subject of the case and her daughter, had also experienced sexual abuse situations. The Freudian formulations about mental contagion, and the power of suggestibility in groups,

are the basis of interpretation of the phenomenon of sexual abuse in this family has as its objective the maintenance of an incestuous organization of this group. Because it is the construction of a clinical case only, it is not the intention of this research to generalize the interpretations made, but the indication that the issue of sexual violence, in most cases to be understood and acted upon, must move the sexual act itself to the unconscious dynamics underlying it.

Key-words: Sexual violence. Incest. Psychic transmission.

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Considerações sobre o método	28
3. Helena e Kelly: uma história de mãe para filha	39
4. A violência sexual, a transmissão psíquica, o incesto: os três pilares da pesquisa	47
4.1. Totem e tabu: a base freudiana	48
5. Violência sexual infantil	64
5.1. O problema da violência segundo a psicanálise	64
5.2. Abuso sexual infantil: o que há nisso de violência?	71
5.3. A noção de trauma	79
6. A transmissão psíquico-geracional e seus fundamentos no percurso freudiano	85
6.1. A transmissão e a horda primeva: ressonâncias	90
6.2. O contágio mental	95
6.2.1. Sobre a identificação e o contágio mental	99
6.3. A origem do monoteísmo e as contribuições ao tema da transmissão: a herança arcaica.....	106
7. A história de Helena e sua filha à luz da transmissão psíquico-geracional	121
7.1. Introjção e incorporação: uma diferenciação fundamental	126
7.2. A figura da cripta: um segredo percorrendo gerações.....	140
7.3. A compulsão à repetição e a pulsão de morte em Freud	146

8. A relação mãe-filha em um contexto de abuso sexual.	155
8.1. O complexo de Édipo em Freud: a construção de um conceito central	155
8.2. A menina e a fase pré-edípica.....	158
8.3. A releitura lacaniana	163
8.4. Kelly e Helena: portas fechadas a um terceiro	168
8.4.1. As bases biológicas do incesto	172
8.4.2 Dois mais um igual a dois	177
8.5. O incesto de segundo tipo	182
9. Considerações finais – de mães para filhas: uma única história.....	189
Referências.....	197
Apêndice - Termo de consentimento livre e esclarecido.	203

1. INTRODUÇÃO

O tema do abuso sexual infantil é geralmente evocado em meio a um misto de horror e fascínio. O repúdio à idéia de um adulto e uma criança compartilhando vivências de ordem sexual vem comumente acompanhado de um sentimento paradoxal: há sempre algo que interessa, que instiga, ainda que recoberto por um grande mal-estar. A posição assumida frente a fatos dessa natureza é invariavelmente a de desaprovação total, de quase incredulidade frente a um ato tão “monstruoso”.

Chama a atenção, porém, que diante de algo portador de tal ambivalência – causador de curiosidade e pavor, ojeriza e excitação – os questionamentos acerca de suas origens e determinações sejam, até certo ponto, limitados. Geralmente, as hipóteses dão-se no sentido de traçar causalidades lineares que vão eleger como foco para suas explicações uma psicopatologia do agressor, em detrimento, muitas vezes, de um olhar que focalize as dinâmicas relacionais que envolvem desde o contexto até os vários personagens envolvidos – ou seja, a multiplicidade de fatores concorrentes na situação de abuso.

A própria noção de vítima traduz a idéia de um sujeito totalmente indefeso, coagido, passivo. Bem, não é exatamente essa imagem que transparece nos discursos da maioria dos sujeitos (comumente mulheres) que denunciam sua condição de abusados. Ao contrário, a experiência evidencia que são os mais raros os casos em que a força bruta se mostra como recurso primordial para o sucesso do agressor na sua empreitada sexual. Não é por acaso, portanto, que tantos pedófilos justifiquem seus atos por uma crença de que obtiveram de suas vítimas o consentimento necessário a uma relação sexual comum. Seria esse argumento apenas uma

forma covarde de livrar-se de sua culpa, seja esta no sentido moral ou jurídico? Tomar como verdadeira e suficiente tal explicação soa-nos demasiado ingênuo. O que geralmente se mostra parece ser uma situação envolvendo duas (ou mais) pessoas, onde as resistências¹, supostamente tão óbvias, nem sempre se fazem observáveis. Mostra-se pertinente, portanto, uma investigação que leve em conta esse tipo de alegação dos agressores, sem receios de considerar outras possibilidades de posição do sujeito abusado que não somente a de uma vítima coagida e passiva. É importante ressaltar que, em se tratando do aspecto do direito, sua posição é, sem dúvida, a de uma vítima, independentemente do que se precisou para a violência – e isso é correto porque houve violência. Contudo, o que se pretende abordar com esta pesquisa é a complexidade com que se dá essa violência no aspecto da vida psíquica desses sujeitos, para a qual todo pensamento simplista que radicaliza posições (alcoz-vítima) tem-se mostrado infrutífero nas tentativas de compreensão do fenômeno.

Nessa perspectiva há ainda uma outra questão, a qual diz respeito aos demais membros da família, especialmente o responsável pela criança, que geralmente aparece na figura da mãe. Na maior parte dos casos esta se encontra presente na situação, sendo comum que apareça como cuidadora ou protetora do filho, contra aquele que lhe causou ou causa o mal. Um olhar superficial para a situação tenderia a congelar cada qual em um papel pré-definido, traçando paralelismos do seguinte tipo: vítima/criança, agressor/adulto (seja este integrante da família ou não), protetor/outro adulto (geralmente mãe ou outro familiar próximo). Contudo, uma escuta menos moralizadora nos permite entrever nas

¹ O termo é aqui utilizado no sentido do senso comum, e não ainda como um conceito psicanalítico.

dinâmicas estabelecidas condições mais complexas, nas quais o adulto não agressor surge como alguém também implicado com a situação de abuso.

Aqui situadas como ponto de partida para um trabalho de pesquisa, essas questões surgiram efetivamente de uma prática clínica específica. Solicitada a desenvolver um trabalho com vítimas desse tipo de violência em uma delegacia especializada em crimes contra crianças e adolescentes (NUCRIA²), deparei-me com uma realidade – a experiência de abuso sexual – que, até aquele momento, só se fazia presente em minha clínica através das fantasias neuróticas ou delírios de meus pacientes.

Desde o início de minha atuação nessa instituição foi deixada clara a função do psicólogo naquele órgão. Tratava-se de, a partir de um processo avaliativo, elaborar laudos cujos pareceres finais deveriam apontar para a ocorrência ou não do crime denunciado. Não foi difícil verificar que um dos problemas enfrentados pelos profissionais daquele órgão dizia respeito ao aspecto de dubiedade comum nos discursos das crianças e à conseqüente dificuldade em distinguir realidade de fantasia. Desse modo, a demanda era expressa por meio de falas como: *“deve-se descobrir se ela está mentindo”* ou *“faça-a falar!”*. Espera-se do psicólogo, portanto, o fornecimento de uma prova do crime.

Embora entenda que a função do psicanalista seja ampla e vá além de ser um “detector de mentiras”, a escuta de crianças e adolescentes em suposta condição de sexualmente abusados evidencia, em muitos casos, a urgência de uma intervenção externa. Para isso, mostrava-se pertinente uma investigação no sentido de diferenciar aquilo que poderia ser

² Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Crimes – órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná.

uma construção imaginária daquilo que de fato ocorre na vida do sujeito, já que disso depende o tipo de intervenção judicial a ser feita. Assim, passei então a buscar nos discursos daqueles que a mim se apresentavam alguma referência, um “lugar” no discurso para onde pudesse direcionar minha escuta, a fim de realizar alguma distinção nesse sentido, já que disso dependiam, ao menos em parte, as decisões jurídicas a serem tomadas. Ressalto, entretanto, que em minha atual posição como pesquisadora não será esse o caminho a seguir; trata-se aqui de uma contextualização da maneira pela qual cheguei à questão de pesquisa.

Em meio a essa busca, percebi haver algo recorrente nos discursos das mães dessas supostas vítimas. Ao falarem das situações denunciadas, seja para confirmá-las, seja para negá-las, essas mulheres acabam denunciando seu próprio comprometimento com a questão do abuso de seus filhos. Não se trata de uma confissão; elas não parecem ter consciência do que dizem, por exemplo, quando afirmam com veemência: *“Eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer! Mas eu sempre avisei pra ela tomar cuidado com ele!”*. Tais falas parecem indicar que o abuso não faz parte apenas da interessoalidade dos protagonistas vítima-algoz, mas sim de um amplo contexto que envolve enredo, cenário e personagens, todos implicados com a questão do abuso sexual. No entanto, apesar de muitas falas nesse sentido serem praticamente idênticas, diversas são as configurações disso que tenho compreendido como uma implicação materna nesses casos.

Assim, encontramos, por exemplo, mães que explicitam a existência de uma preocupação exacerbada com a criança, apresentando uma certeza quase delirante de que o filho corre, ou sempre correu, um risco iminente de ser abusado sexualmente. Apesar de todos os esforços para

proteger seus descendentes de tamanha tragédia, o grande mal acontece. Muitas recorrem à explicação apaziguadora de que se trata de uma predestinação, algo que não poderia ser evitado. Especialmente quando também a mãe carrega alguma marca de violência, o destino é responsabilizado por essa repetição que vitima sua linhagem.

Há também – talvez em maior número – aquelas famílias em que a mãe convive por um longo período com a situação de abuso, em sua própria casa, afirmando nunca ter tido qualquer tipo de suspeita. Porém, *a posteriori* – deparada com uma denúncia que geralmente parte de um outro ou da própria vítima –, é capaz de rememorar eventos, situações, atitudes, que passam a fazer sentido após a descoberta dos fatos.

A partir desse contexto confirma-se, em grande parte dos casos atendidos, algo permanentemente estudado pela teoria psicanalítica, ou seja, que elementos do mundo psíquico dos antecedentes têm forte influência sobre certos acontecimentos da vida de seus descendentes. Sejam marcas decorrentes de uma violência efetivamente sofrida, sejam elementos existentes apenas nas fantasias, tais falas parecem dar indícios de que a condição de “sexualmente abusadas” dessas crianças atualizam, de uma forma ou de outra, aspectos da vida psíquica daquelas mães.

Foi, portanto, em meio a esse contexto que se chegou à questão da transmissão psíquica entre gerações, tendo este conceito sido eleito como central nesta abordagem do problema do abuso sexual. Ao justificar a importância do estudo desse processo psíquico, Kaës (2005, p.134), um dos precursores no estudo da questão pelo viés psicanalítico, anuncia que:

[...] o conceito de transmissão é pertinente quando se trata de dar conta

da realidade psíquica que se transporta, desloca-se ou transfere-se de um sujeito para outro, entre eles ou por meio deles, ou em vínculos de um conjunto, quando a matéria psíquica transmitida transforma-se ou permanece idêntica, nessa passagem.

Apesar das origens da questão da transmissão psíquica serem invariavelmente buscadas na obra de Freud, foram os pós-freudianos, influenciados especialmente pelas idéias de Sándor Ferenczi, que com todas as suas releituras e novas práticas propiciaram e continuam em busca de uma melhor compreensão do tema.

A idéia é de que todo sujeito é fruto não apenas de sua própria história, mas também da história de outros que não necessariamente tenham vivido numa mesma época, ou ainda, num mesmo lugar. É importante ressaltar que não se trata aqui de um transmitir apenas por meio de lembranças ou histórias contadas de pai para filho. O interesse da psicanálise em tomar para si a questão é o fato de que tanto os conteúdos herdados quanto seus mecanismos são, em grande parte, inconscientes, o que leva Kaës (2005, p.126) a radicalizar a questão: “A consistência psicanalítica do problema do geracional define-se, fundamentalmente, como a *transmissão do Inconsciente*, de suas formações e de seus processos” (grifo nosso).

Contudo, se há um aspecto estruturante da transmissão – possibilitado por mecanismos como a identificação e a introjeção, produzindo instâncias psíquicas como supereu e ideal de eu – interessa mais, para o estudo do abuso sexual infantil, uma outra vertente desse processo, caracterizada essencialmente pela transmissão daquilo que não é passível de representação – o trauma, ou do que se nega a ser

representado – o segredo.

Quanto a essa diferença qualitativa da transmissão, Inglez-Mazzarella (2006) utiliza-se de conceituações oriundas dos trabalhos de Nicolas Abraham e Maria Torok, que traçam importantes distinções entre o que nomeiam como transmissão *intergeracional* da transmissão *transgeracional*:

Na intergeracionalidade há modificação daquilo que foi transmitido de uma geração à outra, pois transformações e ligações podem ser realizadas pela descendência. Assim, uma geração fica situada em relação às precedentes, e os integrantes dela, inscritos numa genealogia, podem fazer da herança algo próprio. Na transmissão psíquica transgeracional não há contato direto na transmissão. Essa ocorre através das gerações no sentido descendente, ou seja, as gerações passadas transmitem às gerações presentes. Trata-se de um material não transformado e não simbolizado, geralmente referido a segredos, não ditos, interditos e ao indizível (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p.81-2).

Assim, diferentemente do que ocorre com aquilo que é transmitido de forma intergeracional, a transgeracionalidade acarreta conseqüências da ordem de uma rigidez, da não transformação, da paralisação.

Mas de que forma isso se mostra em termos de fenômeno no sujeito? Desde Freud, já nos são conhecidos os efeitos que o traumático, o não-representável, pode produzir.

É em “Mais além do princípio do prazer” (1920) que o fundador da psicanálise introduz a questão da pulsão de morte e suas relações com o fenômeno da repetição. Esta pode ser compreendida, fundamentalmente, como uma tentativa de elaboração, de significação daquilo que não pôde ser representado. Uma experiência traumática mostra-se, desse modo, incessantemente repetida, seja por meio de sonhos, sintomas ou atuações do sujeito.

A inovação dos estudos sobre a transgeracionalidade está no entendimento de que a compulsão à repetição, como trabalhada por Freud, pode se dar não somente em função de fixações ou eventos traumáticos vivenciados pelo próprio sujeito, mas sim que este último pode atualizar, por meio da repetição, marcas advindas de outros sujeitos, de outras gerações. Sendo assim, na modalidade da transmissão transgeracional o sujeito encontra-se passível de perpetuar, inconscientemente, comportamentos, sintomas e até mesmo situações, as quais, em princípio, não lhe dizem respeito.

Após essas breves e ainda superficiais considerações acerca do tema da transmissão psíquica, acredito ser possível retomar a questão do abuso sexual infantil de forma a justificar a proposta de abordá-lo à luz das teorias psicanalíticas de transgeracionalidade.

A escolha por esse conceito como norteador de minhas investigações teóricas sobre os casos de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes decorreu de uma inevitável ampliação de meu olhar sobre o fenômeno. Ao escutar essas famílias, em especial as gerações anteriores à vítima, fui cada vez mais me dando conta de que raramente se tratava de um fato isolado – este da violência sexual – mas sim de uma trama, onde cada sujeito desempenha um papel, cujo palco acaba por ser um mundo psíquico compartilhado por sujeitos de diferentes gerações.

Entendo que a menção feita no início desse trabalho ao reduzido número de estudos que contemplam essa abrangência da questão pode parecer tanto pretenciosa quanto ingênua. Alguns poderiam alegar que já faz parte até mesmo do senso-comum a idéia de que um sujeito que sofre violência durante a infância é um potencial agressor na idade adulta, sendo essa concepção comum a diversas disciplinas que estudam o tema da violência. Haveria, portanto, também nessa concepção, uma idéia de herança e repetição. Contudo, nesse modelo de compreensão do fenômeno ainda se verifica uma restrição à experiência do próprio sujeito que repete, sendo que o geracional só se dá por meio do contato direto entre os sujeitos.

Nesse sentido, minha experiência, calcada essencialmente na escuta das vítimas e de suas mães, deparou-se com uma lacuna, com algo aparentemente não explicável por tais teorizações. O acesso aos discursos das crianças e de suas mães propiciou identificar elos, continuidades entre um e outro no que se refere à questão da violência. Porém, não foi aquele adulto – a mãe – que assumiu efetivamente o lugar de agressor. Nos casos em que a mãe, assim como seu filho, fora vítima de uma violência sexual em tempos remotos, cabem perguntas acerca dos fins que levaram tais marcas traumáticas, já que em sua maioria essas mulheres não se tornam, elas próprias, agressoras. Não parece aceitável uma explicação de que elas teriam melhor elaborado seus traumas, já que suas escolhas afetivas por parceiros violentos, bem como seus silêncios em torno da situação de abuso de seus filhos, denunciam que também elas entram em um movimento de repetição de suas experiências traumáticas, ainda que em uma posição de aparente passividade.

Chego assim à minha pergunta de pesquisa: de que natureza e qual é a função desse fio que liga diferentes

gerações de mulheres de uma mesma família, o qual parece conduzi-las irremediavelmente a uma condição de abusadas sexualmente? Uma questão assim formulada evidencia uma proposta de compreender o abuso sexual para além de um acidente do acaso na vida de alguns sujeitos que passam por tal situação.

Entendo, desse modo, que articular a problemática do abuso sexual infantil aos estudos sobre transgeracionalidade implica em tomar a própria violência vivenciada como engendrada por um processo de repetição; como uma tentativa do sujeito de fornecer uma resposta, uma significação a algo que não teve sucesso de representação em gerações anteriores.

Pretendo, portanto, nesta pesquisa, privilegiar a relação mãe-criança no que tange à repetição da violência sexual entre gerações, de modo a compreender a questão de uma forma mais ampla, superando certa tendência a reduzir o problema àquele que assume efetivamente o papel de agressor.

A expectativa com este trabalho é de que, ao abordar a questão do abuso sexual infantil pela perspectiva proposta, novos caminhos sejam abertos no enfrentamento do problema. Penso que olhar essas situações por uma lente não moralista tem conseqüências tanto nas práticas de políticas públicas quanto na clínica psicanalítica.

Tendo o problema de pesquisa surgido de uma experiência junto a uma rede de proteção à infância e à adolescência, foi possível verificar que a maioria dos profissionais e das instituições demonstram uma tendência a um discurso – e práticas – de vitimização. As crianças são colocadas em um lugar de total passividade e, por conseguinte, de objeto. As mães, por sua vez, só são de fato acolhidas quando demonstram que são cuidadoras efetivas de seus filhos, sendo que qualquer ambivalência de sentimentos em relação ao agressor ou ao próprio filho pode vir a ter o

efeito de caracterizá-las como puramente negligentes ou cúmplices do abusador.

Faço aqui uma ressalva: tais considerações não guardam o intuito de desqualificar os inúmeros trabalhos realizados nessa área. A própria psicanálise fornece subsídios para compreender os motivos disso que foi caracterizado como “tendência”, os quais têm relação com aquele sentimento mencionado no início deste trabalho acerca do “horror e fascínio” existentes simultaneamente em torno do abuso sexual infantil. Entende-se que tais casos remetem a desejos há muito tempo recalcados e inconscientes e que, a menor possibilidade de vê-los concretizados, optamos geralmente pelo horror, já que é este que nos assegura (ilusoriamente) de que somos diferentes, de que somos incapazes de fazer algo semelhante. A proposta é, portanto, a de contribuir com as práticas já existentes, oferecendo-lhes uma outra possibilidade de olhar o problema.

No que se refere à clínica desses casos, a idéia é de que esse “outro olhar”, que considera não apenas o sujeito e sua própria história, mas também outras histórias, favoreça um movimento criativo – seja da “vítima”, do “cuidador” ou do “agressor” – em detrimento de uma repetição mortífera a que parecem fadados.

2. Considerações sobre o método

Como em toda pesquisa que se pretende psicanalítica, o método não pode ser tomado como uma prescrição dos passos a serem dados a partir do momento em que se formula uma questão. Tampouco é possível situá-lo de forma rígida temporalmente – o método na pesquisa psicanalítica não vem antes da pesquisa em si, mas se constrói ao longo do próprio ato de pesquisar, em um movimento não linear onde teoria e prática encontram-se de tal modo enlaçadas que se torna problemática uma tentativa de diferenciá-las claramente.

O caminho percorrido nesta pesquisa teve como ponto de partida um enigma referente aos discursos de mães e filhas em contexto de abuso sexual, o qual me pôs em busca de recursos teóricos que pudessem fornecer subsídios para a compreensão das dinâmicas postas em movimento nessas relações.

Contudo, se a pergunta de pesquisa surgiu da escuta de diversos sujeitos que pareciam apresentar algo em comum em seus discursos sobre a violência sofrida, optou-se por escolher uma única história para ser apresentada e estudada neste momento. Tal decisão deveu-se ao fato de que, apesar da considerável quantidade de material que levou esta pesquisadora a levantar uma hipótese quanto às relações entre mãe e filhas abusadas, poucos foram os casos em que houve a oportunidade de se trabalhar para além das entrevistas preliminares.

Atualmente, faço parte de uma equipe interdisciplinar de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Diferentemente da função exercida no órgão mencionado anteriormente, é como psicanalista, e não como perita, que desenvolvo meus trabalhos atuais. Assim sendo, as investigações acerca do tema proposto dar-se-ão a partir de

um dos casos por mim atendido nessa instituição.

Por se tratar de crianças e adolescentes, estes se apresentam ao serviço, geralmente, acompanhados por suas mães, as quais passam por entrevistas preliminares e, ocasionalmente, seguem também sendo atendidas em psicoterapia. O caso escolhido para estudo nesta pesquisa tem como sujeito uma dessas mães, a qual passaremos a chamar de Helena.

De acordo com o procedimento comum do serviço, foram realizadas entrevistas tanto com a mãe quanto com sua filha – Kelly³. Como foi constatado que ambas necessitavam de atendimento, ficou decidido então que eu atenderia Helena e a outra psicóloga do serviço daria início ao processo com a adolescente. Cabe ressaltar que faz parte do método de trabalho nesse serviço a constante discussão dos casos clínicos, o que acabou por me dar acesso ao processo terapêutico da filha de minha paciente. Considero ter sido isso muito valioso para esta pesquisa, haja vista o fato de que a pergunta que a conduz diz respeito a uma relação entre um ou mais sujeitos inseridos na problemática da violência sexual. Desse modo, apesar de Helena figurar neste trabalho como personagem principal do caso clínico, elementos discursivos de sua filha contribuíram para a construção deste mesmo caso.

É importante destacar que o padrasto da menina também participou de alguns atendimentos no Serviço. Como veremos, ele figura como autor de violência sexual contra a adolescente. Apesar de ser uma das propostas de trabalho da instituição, o atendimento aos agressores quase não ocorre, devido não apenas às resistências deles próprios, mas também, muitas vezes, por parte da própria instituição. Neste caso, contudo, em resposta a um pedido do próprio padrasto, ele foi

³ No intuito de proteger a identidade dos sujeitos da pesquisa, todos os nomes aqui utilizados são pseudônimos escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora.

atendido duas vezes no serviço, o que, inevitavelmente, forneceu elementos para uma compreensão mais ampla do caso.

Mas, o que significa falar em “caso clínico” em uma pesquisa como esta? Figueiredo (2004) confere à “construção do caso clínico” o estatuto de método de pesquisa, o qual, segundo a autora, “permite recolher da experiência clínica seus elementos de base para podermos reter dessa experiência algo transmissível e avaliável de cada caso” (p.79).

Deve-se, entretanto, diferenciar o *caso* da *história*. Este último não passa do relato clínico, geralmente rico em detalhes e conteúdos. O caso é o que se decanta desse relato; é o produto que emerge da situação analítica.

[...] trata-se sim de colocar em jogo os significantes do sujeito, suas produções com base na elaboração em análise, e a resposta do analista em seu ato com os efeitos que daí advenham para cernir certos significantes numa composição mais esquemática, visando decantar a história e traçar o caso a partir do discurso. Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso. Enfim, uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em psicanálise (FIGUEIREDO, 2004, p.79-80).

Tal distinção entre história e caso mostrar-se-á de forma clara neste trabalho, dada a opção em iniciá-lo propriamente com a apresentação da história, e não do caso, da forma como definidos pela autora acima citada. Isso porque, o caso clínico dar-se-á ao longo do trabalho, sendo a

“construção do caso clínico”, como se refere a autora, efetivamente o trabalho de pesquisa.

Outra questão é frequentemente levantada com relação a trabalhos que têm como objeto uma experiência clínica; trata-se do problema da fidedignidade dos relatos clínicos. Quanto a isso Mezan (1998) confirma a inevitabilidade de seu caráter ficcional, o que não o invalida como material suscetível de análise e, portanto, possível produtor de teoria:

Na verdade, todo paciente de quem falamos num relato como este é um pouco uma personagem de ficção, baseada em alguém que efetivamente atendemos, mas que não lhe corresponde ponto por ponto, e nem isso seria possível. Tanto pela necessidade de selecionar – [...] – quanto por que é necessário impedir que a pessoa seja identificada. Então, vamos colocando um traço aqui, tirando outro ali, e o resultado é uma construção, certamente análoga ao indivíduo real, mas não idêntica. Isso vale também para o problema do registro literal das sessões. [...] Assim, não é preciso nos preocuparmos em transcrever *verbatim* tudo o que o paciente disse – basta dar uma idéia geral do conteúdo, e por vezes transcrever literalmente aquilo que mais nos chamou a atenção, ou que serviu de base para uma interpretação que queremos retomar (p.240).

Buscando explicitar a função que a escrita de um caso clínico adquire para o campo metapsicológico, Queiroz (2002)

afirma que se trata de um trabalho de perlaboração e teorização que, ao sair do âmbito estrito da experiência do analista, permite a transformação em uma experiência compartilhada, ampliando assim a rede de significações do psicopatológico. A autora lembra ainda que ao se escrever a clínica ocorre necessariamente um ato transgressivo, já que se escreve justamente aquilo que foi proibido de dizer, ou seja, aquilo que transborda da análise. “Nesse sentido, o caso revela o avesso das narrativas produzidas na clínica, melhor dizendo, o latente dos discursos” (QUEIROZ, 2002, p.35).

A revelação de algo latente, ou seja, não manifesto, do discurso leva-nos necessariamente à questão da interpretação, seja como técnica do processo analítico, seja como procedimento na leitura e análise dos textos. No caso do presente estudo, há um entrelaçamento entre esses dois campos de trabalho, já que se trata de uma pesquisa calcada em experiências clínicas. Portanto, cabem algumas considerações acerca da interpretação em psicanálise e a concepção de interpretar que norteará esta pesquisa.

A interpretação encontra-se no centro tanto da doutrina quanto da técnica freudianas, sendo que, na psicanálise, o objetivo último da interpretação é o desejo inconsciente e a fantasia em que este se manifesta (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

Em um de seus últimos trabalhos, Freud (1938) aborda o problema do interpretar, situando tal prática como o fundamental da psicanálise, porém, ressaltando a contradição inerente a qualquer tentativa de interpretação da psique humana:

[...] em nossa ciência, tal como nas outras, o problema é o mesmo: por trás dos atributos (qualidades) do objeto de exame que se apresenta diretamente à

nossa percepção, temos de descobrir algo que é mais independente da capacidade receptiva particular de nossos órgãos sensoriais e que se aproxima mais do que se poderia supor ser o estado real das coisas. Não temos esperança de poder atingir esse estado em si mesmo, visto ser evidente que tudo que de novo inferimos deve, não obstante, ser traduzido de volta para a linguagem de nossas percepções, da qual nos é simplesmente impossível libertar-nos. Mas aqui reside a verdadeira natureza e limitação de nossa ciência (p.210).

Esse trecho do texto freudiano evidencia o comprometimento do fundador da psicanálise com um modelo positivista de ciência, alicerçado na empiria e na verificação. Quanto a isso, Birman (1992) adverte para o fato de que apesar da pretensão de Freud de formular uma versão científico-natural para pensar o funcionamento e a constituição do psíquico, o que ele faz de fato é trazer para o campo do psiquismo os modelos da gramática, da história e da filosofia da linguagem. “Evidentemente, com isso Freud se inscreve numa suposição teórica em que a questão da empiria começa a se tornar bastante evanescente” (BIRMAN, 1992, p.17).

O problema da interpretação é discutido por Figueiredo (1999), que, com base em diversos pontos de vista de diferentes autores, defende um tipo de leitura (seja de um texto, de uma fala ou de qualquer outro tipo de discurso) que denomina *leitura próxima desconstrutiva*. A compreensão dessa proposta requer uma concepção de interpretação diferente daquela clássica, segundo a qual o interpretar

implica em desvendar o sentido de um texto. A idéia clássica de interpretação supõe a existência de um único sentido, sendo que as ambigüidades e polissemias aparecem como acidentes e erros a serem evitados.

Tal concepção opõe-se radicalmente à proposta do interpretar sustentado pela tríade contextualizar/descontextualizar/recontextualizar, proposta pelo autor. Portanto, de acordo com essa concepção, uma interpretação requer inicialmente um movimento de contextualização, ou seja, o leitor deve situá-la tanto com referência a elementos externos (gênero, época, tradição), quanto aos seus elementos internos – “redes de remissões que se formam entrelaçando os vários elementos do texto e dando a cada um deles um lugar, uma função e um sentido” (FIGUEIREDO, 1999, p.11). A idéia central contida nessa concepção do interpretar é, portanto, a de que

[...] só há sentido contextualizado, mas que esses contextos são sempre históricos e contingentes e não ideais. Em conseqüência, não haveria uma interpretação privilegiada e definitiva o que abre o trabalho interpretativo para um processo interminável de descontextualizações e recontextualizações. Em cada operação desta ordem, novos sentidos estariam se formando (FIGUEIREDO, 1999, p.11-12).

A descontextualização e a recontextualização referem-se a uma atitude do leitor de deixar-se afetar pelo que não se mostra explicitamente no texto, por aquilo que o autor diz “sem querer dizer”. Um olhar detido às tensões, às

ambigüidades, às omissões, às “trilhas perdidas”, às “pequenas aberturas do texto”, é o que permite ao leitor a produção de um sentido que, longe de ser idealizado e transcendente, é sempre (re)construído e nunca idêntico ao que chegaria um outro leitor. Trata-se da articulação da heterogeneidade do texto, sem, contudo, cair na desconfiguração do mesmo, mas “sustentando-a como possibilidade e necessidade de remissão das ‘teses’ ao *recalcado* do texto” (FIGUEIREDO, 1999, p.21, grifo do autor).

É, portanto, em acordo com essa concepção de leitura e interpretação que pretendo proceder neste trabalho de pesquisa, seja seu objeto a teoria ou a experiência analítica. Nessa atitude de investigação não se pressupõe a descoberta, mas sim a construção de sentidos, os quais se produzirão em meio ao contexto da hipótese do inconsciente como proposta por Freud, bem como de outros conceitos forjados pelos teóricos da psicanálise.

O leitor perceberá que, assim como optei por apresentar inicialmente uma “história” que, ao longo do trabalho irá se constituindo “caso”, também no que se refere à teoria escolhi fazer uma espécie de apresentação de textos freudianos considerados fundamentais na abordagem do problema. Entendo que tal opção favorece o aspecto de “contextualização” na interpretação, como proposto por Figueiredo (1999), já que aborda os textos mais importantes no seu conjunto e não apenas naquilo que interessa diretamente à pesquisa.

Ao longo de meu percurso investigativo, acabei por definir três eixos sobre os quais penso ser viável apoiar esta pesquisa, são eles: o estatuto e as especificidades da violência que se manifesta pela via do sexual; a noção de transmissão psíquica entre gerações; e a questão do incesto, geralmente

inseparável de casos de abuso sexual infantil. Com isso, proponho como uma espécie de texto base “Totem e tabu” (1912), de onde é possível extrair valiosas contribuições freudianas para os três temas destacados.

Outros dois textos freudianos receberam lugar de relevo neste trabalho, especificamente na parte em que é tratada a questão da transmissão psíquica entre gerações. São eles o texto “Psicologia de grupo e análise do ego”, de 1921, e “Moisés e o monoteísmo – três ensaios”, de 1938. Ao optar por esse caminho na construção desta pesquisa, foi considerado principalmente o aspecto de continuidade entre esses três ensaios de Freud no que se refere aos seus estudos sobre a psicologia social, dada a importância desta para o tema da transmissão psíquica.

É conhecido o cuidado que se faz necessário ao trabalhar determinada noção ou conceito psicanalítico com base em diferentes momentos da obra freudiana. Isso porque a teoria psicanalítica como apresentada por seu fundador é recoberta de reconstruções e transformações, muitas delas cruciais para a concepção da teoria como um todo. No caso desta pesquisa, não podemos fugir do fato de que os textos escolhidos como fundamentais na abordagem do tema pertencem a momentos diferentes da obra freudiana. Os trabalhos de 1921 e 1938 (diferentemente de “Totem e Tabu”, de 1912) já têm como pano de fundo uma nova tópica do aparelho psíquico – com a divisão entre as três instâncias, isso, eu e supereu –, bem como uma nova teoria das pulsões – quando as descobertas acerca da pulsão de morte vêm revolucionar todo o pensamento psicanalítico.

A opção por trabalhar com esses três textos, requer, portanto, uma atenção especial nesse aspecto, de modo a não invalidar a abordagem do tema devido a incoerências teóricas. De todo modo, esse é um problema que se faz presente no

estudo de qualquer tema psicanalítico, haja vista que os conceitos encontram-se inseridos em uma teoria marcada por transformações radicais ao longo de sua construção. Desse modo, este será sempre um problema a ser considerado e devidamente trabalhado, sendo impossível evitá-lo na maior parte das pesquisas em psicanálise.

Reafirmo que o percurso teórico vislumbrado, assim como os eixos temáticos propostos, originou-se, essencialmente, de uma escuta clínica. Assim sendo, destaco que, tendo como referencial teórico-prático a psicanálise, esta pesquisa não pretendeu limitar-se a uma única vertente ou autor dessa disciplina. O leitor não encontrará, portanto, uma filiação a qualquer escola psicanalítica. A escolha dos autores presentes neste trabalho deu-se de acordo com a pertinência de suas idéias para a abordagem da questão levantada. Foram trabalhados inclusive autores provenientes de outras disciplinas, como a antropologia e a pediatria, dado o interesse de suas idéias para o tema aqui proposto. Partindo do pressuposto de que o método psicanalítico fundamenta-se na escuta e na interpretação do sujeito do desejo e que o saber está no próprio sujeito, penso que limitar-me a um único pensamento teórico restringiria as possibilidades de elucidação do meu problema de pesquisa.

O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. O psicanalista não aplica teorias, não é o especialista da interpretação, nem mesmo da fantasia, posto que não é só aí que o

inconsciente se manifesta; o psicanalista deve estar a serviço da questão que se apresenta (ROSA, 2004).

Essa proposta de recusa de filiação a uma determinada vertente do pensamento psicanalítico, assim como o recurso a autores pertencentes a linhas teóricas diversas, manteve-se apenas na medida em que isso não comprometesse o rigor conceitual e coerência interna do trabalho. Acredito que, tomados os devidos cuidados, tal postura como pesquisadora me proporcionou valiosas descobertas acerca da questão apresentada, abrindo também novas perspectivas para a abordagem do tema da violência sexual.

3. Helena e Kelly: uma história de mãe para filha

Helena chega até o Serviço após já ter percorrido alguns órgãos voltados a crimes contra criança e adolescentes – Conselho Tutelar, Delegacia Especializada, Instituto Médico Legal.

Helena é mãe de Kelly, adolescente de 13 anos, fruto de um rápido relacionamento de juventude. Há aproximadamente 5 anos, Helena iniciou um outro relacionamento com Daniel, com quem teve outra filha, atualmente com 4 anos. Nas primeiras entrevistas, descreve o casamento como sendo ótimo, afirmando nunca ter vivenciado qualquer problema com o pai da filha mais nova. Até que Helena começou a trabalhar fora, sendo que Daniel trabalhava somente à noite e passava o dia em casa, parte dele com Kelly. A partir disso, passou a notar mudanças no comportamento da filha; esta faltava às aulas e demonstrava excessiva agressividade para com a mãe. Helena comenta também que a filha era mais amiga do padrasto do que dela. Quanto a isso, interessa o fato de Daniel ser mais novo que Helena seis anos. Em uma ocasião em que compareceu ao Programa a secretária chegou a confundi-lo com um adolescente, dada sua aparência muito jovem.

Foi então após a insistência da mãe em saber o que estava acontecendo que Kelly lhe confidenciou que havia perdido sua virgindade com Daniel. Frente a isso, Helena não deu qualquer chance para o marido se explicar, transtornada, expulsou-o de casa imediatamente. Porém, a filha logo mudou seu relato, passando a afirmar que havia sido com um rapaz de sua idade, e que a acusação anterior teria como objetivo separar a mãe do padrasto, por ciúme e para que ela pudesse reatar com seu pai biológico. Acerca de sua atitude de não escutar as explicações do marido, diz que não conseguiu agir

de outra forma, “me sentia no lugar dela”.

Em seguida a esse primeiro contato com a mãe, é feita uma tentativa de entrevista com Kelly. Tentativa porque a menina mostra-se excessivamente defensiva, emitindo poucas palavras em resposta aos questionamentos que lhe são dirigidos. Diz acreditar que o motivo de sua vinda ao serviço é devido a uma confusão da mãe: “Eu perdi a minha virgindade e ela achou que foi com meu padrasto”. Kelly não demonstra qualquer tipo de afeto ao dizer isso, nem surpresa, indignação ou vergonha.

Kelly faltava repetidamente aos atendimentos seguintes, ficando então combinado com Helena que ela mesma seria atendida independentemente da resistência da filha. Nas primeiras semanas seu discurso mantém-se em torno da dúvida quanto à ocorrência da relação entre sua filha e seu marido. Contudo, não parece fazer esforço para descobrir a verdade. Continua a não aceitar explicações de Daniel (o qual, nesse momento, nega a veracidade da história) e não menciona a questão com a filha, sendo que as duas parecem viver como se nada tivesse ocorrido.

O que mais chama a atenção no discurso materno é a ausência de qualquer afeto negativo direcionado à filha. Nessa posição de “não querer saber”, Helena parece não se dar conta da gravidade da atitude de Kelly, seja por ter de fato se relacionado sexualmente com seu marido, seja por ter mentido a esse respeito. Há uma sessão em que Helena discorre sobre as vantagens de não mais ter um homem em casa. Reconhece a alegria de Kelly por ter mais liberdade. Tal liberdade aparece no discurso de Helena como ligada a uma não repressão da sexualidade e da feminilidade das mulheres dessa família. Agora sim Kelly pode andar com as roupas que desejar pela casa, sem o risco de expor seu corpo a olhares alheios. Esta é uma preocupação constante da mãe, a qual

repreende constantemente a filha quanto ao seu comportamento e jeito de vestir-se, pois já é “uma mocinha”. Nesse seu discurso, a figura masculina aparece como nociva às mulheres dessa família, no sentido de que, com a presença de um homem, elas não podem exercer sua sexualidade livremente.

Já na primeira entrevista, Helena conta que ela própria sofrera abusos sexuais por parte do padrasto quando tinha a idade de Kelly. Em suas primeiras falas a esse respeito, ainda confusas, pergunta-se como isso pôde ter acontecido também com sua filha, apesar de tanto ter feito para protegê-la disso. É quando diz que alertava a filha com muita frequência, “todos os dias”, para esse perigo. “É lógico, a gente sempre tem medo... até do pai eu falava... tá ficando mocinha, não pode trocar de roupa na frente dele”. Chama a atenção nesse momento uma fala que parece escapar-lhe: “Não sei se foi por isso que aconteceu... eu falava muito...”. Suas resistências⁴ colocam-se a postos logo em seguida, passando então a generalizar seu comportamento, afirmando que essa preocupação não era específica em relação ao marido, mas a qualquer homem que se aproximasse de suas filhas.

Por outro lado, em um primeiro momento, nega ter percebido qualquer sinal de que algo pudesse estar acontecendo entre os dois. Contudo, já na primeira entrevista, comenta que os dois estavam se dando muito bem ultimamente e que não gostava de deixá-los sozinhos.

Algumas semanas se passam em torno apenas da questão da filha mais nova: como lidar com essa situação? Helena angustia-se frente à possibilidade de prejudicar sua

⁴ Aqui o termo resistência já é utilizado como conceito próprio do corpo teórico da psicanálise, ou seja, como “tudo o que nos atos e palavras do analisando, durante o tratamento psicanalítico, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente” (Laplanche e Pontalis, 2001, p.458).

caçula privando-a do contato com o pai, sendo que a saída que encontra é marcar encontros em um local público, um parque, dado que se preocupa também com as repercussões legais que podem advir do fato de uma mãe permitir que o homem que abusou sexualmente de uma de suas filhas mantenha o convívio com a outra, o que parece inteligente de sua parte – não quer ser acusada de cumplicidade. No entanto, nesse caso, a preocupação é bastante racional e consciente, sendo que não parece haver um medo de que o ex-marido abuse de sua filha legítima.

Há uma sessão em que Helena fala com mais detalhes da situação vivenciada com seu padrasto na adolescência. Os abusos duraram em torno de sete anos. Aos 13, quando flagrou o marido da mãe fazendo o mesmo com a irmã mais velha, decidiu denunciá-lo, acreditando poder contar com a sua confirmação. Contudo, a irmã negou os fatos e sua mãe não acreditou em sua palavra. A partir desse momento, a relação com sua mãe tornou-se muito difícil, o que ocasionou diversas tentativas de Helena de sair de casa. Conta que a primeira vez foi aos 13 anos e que morou com amigas e parentes. Mas a mãe a obrigava a retornar, sempre em um clima de intensa hostilidade. Nessas idas e vindas, conta que foi ela quem cuidou do padrasto até a morte deste, quanto ela tinha 18 anos. Curiosamente, não demonstra sentir mágoa ou qualquer outro sentimento negativo em relação a sua mãe, afirma apenas dar-se muito bem com ela atualmente e não se aprofunda nessa questão.

Após um período de aparente calma, quando, segundo Helena, o assunto não mais era mencionado, a angústia da dúvida é reativada quando encontra duas cartas de amor escritas por Kelly e endereçadas a Daniel. Fica então evidente que a menina tenta dizer algo à mãe, pois as cartas foram deixadas por ela própria numa gaveta onde ficavam

guardadas várias outras cartas que mãe e filhas enviavam entre si. Ainda assim, Helena recusava-se a aceitar, mantendo-se na dúvida frente à explicação de Kelly de que as cartas foram escritas para um menino que tinha o mesmo nome do padrasto.

Como era de se esperar, a realidade não pôde mais ser negada e, enfim, ambos, padrasto e enteada, admitiram o relacionamento que durou sete meses. Apesar de evidentemente muito triste, Helena parecia também aliviada. Relata com indignação alguns detalhes revelados por ele, outros é incapaz de reproduzir. O marido e a filha mantinham relações sexuais até mesmo quando ela estava em casa, cuidando da filha menor. Helena começa agora a ligar alguns pontos, enfatizando o ciúme e a raiva que a filha lhe direcionava nesses últimos meses. Também revela mais detalhadamente o que suscitou sua “suspeita” – no dia em que expulsou Daniel de casa flagrou-os abraçados na cozinha. Versão um tanto quanto diferente da inicial, segundo a qual Kelly ter-lhe-ia revelado (e depois negado) o fato espontaneamente.

Chama a atenção, nas sessões seguintes, a forma como Helena se posiciona com relação à situação. Ela parece considerar, ainda que não de forma explícita, a possibilidade de que o relacionamento entre a filha e o ex-marido tenha uma continuidade. Algumas falas suas produzem tal impressão: “Se é isso que eles querem... o que eu posso fazer?”. Questionada sobre seus sentimentos acerca da filha afirma não sentir raiva, ódio ou ciúme. Também em relação a Daniel seus sentimentos não se manifestam de forma intensa; ora diz não sentir nada, ora que, às vezes, sente ódio. Até que consegue admitir que sente falta dele e que talvez ainda o ame, mas não vê possibilidade de reatarm.

Nas últimas sessões as defesas⁵ de Helena começam a se enfraquecer no que tange seu relacionamento com Kelly; o que era frequentemente descrito como “tudo bem” começa a dar lugar ao conflito. Tiveram uma briga grave que acabou por incluir agressões físicas de ambas. Helena justifica seu comportamento como tendo sido a única forma de fazer a filha parar. Esta última teria xingado a mãe de coisas que não tem coragem de repetir e avançado para agredi-la. Helena insiste em seu “não saber” quanto ao motivo da briga, a qual teria se originado de uma solicitação banal de mãe para filha (arrumação da casa). Helena queixa-se de que Kelly toma todas as suas cobranças normais de mãe como se estivesse “jogando na sua cara” a situação com Daniel. Aos poucos, Helena vai admitindo a presença da rivalidade nas brigas, a qual foi precedida de três semelhantes. Por exemplo, quando diz à filha: “Ele era *meu* marido!”, de modo a enfatizar mais sua posição de mulher traída que de uma mãe cuja filha sofrera um abuso sexual.

Kelly foi atendida por outra profissional do serviço. Foram realizadas poucas sessões; a adolescente faltava repetidamente até abandonar o tratamento. Os dados aqui informados foram coletados do prontuário, no qual os atendimentos são relatados de forma sucinta. Os comentários em parênteses foram inseridos por mim.

1.º sessão: paciente um pouco resistente. Diz que está sofrendo pela desconfiança da mãe, que sempre achou que [Kelly e o padrasto] tinham algo. Não sabe o que a fez falar para a mãe [refere-se à “mentira” de que estaria tendo um caso

⁵ Termo também utilizado de acordo com a conceituação psicanalítica, segundo a qual os mecanismos de defesa apresentam-se como operações psíquicas cujo objetivo é reduzir ou suprimir estimulações internas ou externas que estejam tentando transpor as barreiras do aparelho psíquico, colocando em risco sua integridade.

com o padrasto]. Emociona-se quando falo que, tenha acontecido ou não, a situação é grave. Diz que pensa na irmã, que não poderá mais ver o pai. Demonstra interesse em continuar os atendimentos.

2.º sessão: paciente monossilábica, com respostas evasivas, parecendo esconder algo. Menciono a situação de abuso sofrida pela mãe [exposta por mim, Patrícia, em reunião de discussão de casos]. *Diz que não sabia disso (que também a mãe sofrera abusos sexuais por parte do padrasto quando adolescente)*. Digo que seu comportamento – afirmar que houve [abuso] e depois desmentir – é comum em casos como o dela. Proponho “completar frases”, para se expressar pela escrita. Expressa desejo de proximidade da mãe e dificuldade de se abrir.

3.º sessão: ainda resistente, mas de algum modo vinculada ao atendimento. Trago a informação de que houve mesmo o relacionamento [entre ela e o padrasto] [também exposta por mim, Patrícia, em discussão de casos clínicos]. Paciente assume e diz que queria contar hoje. Refere-se a Daniel como um sedutor. Aponta claramente a divisão psíquica, queria contar mas não conseguia. Diz que agora que assumiu – deixou as cartas à vista da mãe de propósito – a situação para a mãe está mais aliviada. *“Eu perdoei minha mãe e ela me perdoou”*. *“Eu a perdoei pelo que eu fiz”*.

4.º sessão: um pouco resistente, com desejo de entender o que se passou. Incentivo associação livre. Diz que não tem mais vontade de ver Daniel. Construção de suas falas, ainda que um pouco desconectadas: não o vê como pai, nem como amigo, nem se vê apaixonada por ele, embora o tenha visto como *“um pai que fazia as coisas que o pai verdadeiro não fazia”*. Diz que agora que conseguiu se abrir com a mãe está melhorando no colégio. Diz que a mãe fala muito [no assunto], sem parar.

Além das informações registradas em prontuário, pude contar também com as discussões do caso em reuniões de equipe, as quais acabaram por me fornecer interessantes elementos discursivos de Kelly no que tange a sua relação com a mãe. Ainda assim, a maior parte da análise do caso provém, evidentemente, do trabalho com Helena, sendo que qualquer tentativa de análise da adolescente incorreria em especulações sem muito fundamento, dada sua pouca implicação com o tratamento oferecido.

4. A violência sexual, a transmissão psíquica, o incesto: os três pilares da pesquisa

A história de Helena e sua filha é apenas uma dentre muitas que suscitam um certo desconforto naqueles que a ouvem. Isso porque a situação se afasta da idéia simplista e comum de uma vítima e um algoz. À medida que os discursos vão se abrindo, é a relação entre mãe e filha que assume o papel de protagonista nessa história. Resta, assim, ao “abuso sexual” um papel secundário, ainda que fundamental para tal relação, como tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho.

O caso a ser construído, assim como o problema de pesquisa acima situado, levou ao estabelecimento de ao menos três aspectos considerados fundamentais no tratamento que tem sido dado à questão neste trabalho. Não apenas o caso escolhido para análise, mas a maioria das situações encontradas no dia-a-dia da clínica desse campo específico revela a urgência de se discutir profundamente vieses da problemática que, muito frequentemente, jazem esquecidos sob o véu do que é mais explícito e evidente.

Um dos pontos tomado como essencial na discussão do problema diz respeito ao estatuto da violência nos casos de abuso sexual infantil. Dado que tanto o ato em si quanto as suas conseqüências não são, geralmente, da ordem da agressão física, pergunta-se em que sentido tal ato pode ser considerado uma violência.

O segundo aspecto ressaltado nessa abordagem do problema – talvez o menos evidente e, portanto, o de mais difícil apreensão – é a noção de transmissão psíquica entre gerações como operador das dinâmicas presentes entre os sujeitos envolvidos nessas situações.

A questão do incesto e sua constante presença nos casos de abuso sexual infantil é, por fim, o terceiro aspecto

ênfatisado nesta discussão. Parte do horror experimentado diante dessas situações provém certamente da transgressão desse tabu, o que nos obriga a ir mais fundo no problema, de modo a desatar os nós que muitas vezes obstruem nosso olhar e escuta de tais fatos.

Assim, minhas investigações teóricas sobre os três temas destacados orientaram minha atenção em especial a um texto freudiano: “Totem e tabu” (1912-13). O interesse maior surge do fato de que esse ensaio fornece fundamentos para discutir – ou, ao menos, iniciar uma discussão – dos três pontos que pretendem sustentar a presente pesquisa. Dele é possível extrair importantes considerações a respeito não apenas do tema do tabu do incesto e o parricídio – geralmente seus pontos mais lembrados – mas também sobre a questão da violência e da transmissão psíquica entre gerações.

Com isso, proponho-me neste momento a realizar uma exposição desse texto freudiano em suas linhas gerais, buscando ressaltar os aspectos que mais interessam para o propósito deste trabalho. Tal apresentação tem por objetivo servir como base para as discussões a serem feitas sobre os três aspectos ressaltados anteriormente, bem como à construção do caso clínico que serve como guia nessa investigação.

4.1. Totem e tabu: a base freudiana

No primeiro ensaio de Totem e Tabu – “O horror ao incesto” –, Freud visa situar a relação entre dois fenômenos: o totemismo e a exogamia. Nesse início da obra, é possível também verificar o objetivo maior da empreitada freudiana: traçar uma correlação entre a psicologia social e a individual.

Começa por nos apresentar seu pressuposto de que o homem selvagem, ou semi-selvagem, pode ser considerado

como um retrato razoavelmente bem conservado de um estágio primitivo de nosso próprio desenvolvimento. Com base nisso, busca cumprir a proposta de construção de um paralelo entre a vida desses povos e a vida psíquica dos neuróticos tratados pela psicanálise. Para isso, utiliza-se de estudos antropológicos sobre os aborígenes australianos, que, segundo Freud, podem ser considerados os povos mais primitivos e atrasados até então conhecidos.

Destaco, com relação a essa escolha de objeto de estudo, uma observação realizada por Mezan (1985). Este autor nos lembra que o próprio Freud não deixa de fazer uma ressalva quanto a uma suposta e esperada “pureza” no que tange o estado primitivo desses povos, já que estes possuem uma longa história atrás de si. Com isso, evidencia-se o método – essencialmente psicanalítico – utilizado nesse ensaio, já que parte do manifesto atual dessas sociedades para se chegar, por meio da interpretação e da (re)construção, ao conteúdo latente, ou seja, àquilo que elas poderiam guardar de seu caráter originário.

O interesse de Freud está em demonstrar que mesmo essas tribos, cuja organização social parece, à primeira vista, tão precária (não têm chefes, reis, sistema religioso, cultivo da terra) “estabelecem para si próprias, com o maior escrúpulo e mais severo rigor, o propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Na realidade, toda a sua organização social parece servir a esse intuito ou estar relacionada com a sua consecução”. (FREUD, 1912-13, p.22)

Ao invés de instituições religiosas e sociais, o que rege essas tribos é o sistema de totemismo. Nesse sistema, as tribos subdividem-se em grupos menores, os clãs, que, por sua vez, determinam-se cada qual por seu totem. Este figura como sendo, na maior parte das vezes, um animal, podendo ser ele comível e inofensivo, ou perigoso e temido. É também

possível, ainda que mais raramente, que o totem seja um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o grupo. Sendo considerado um ancestral, o totem é um protetor e guardião de determinado clã, por isso seus integrantes são proibidos de destruí-lo ou comer de sua carne. “A relação de um australiano com seu totem é a base de todas as suas obrigações sociais: sobrepõe-se à sua filiação tribal e às suas relações consanguíneas.” (FREUD, 1912-13, p.22).

Os estudos etnológicos empreendidos por Freud permitem-nos verificar também que em quase todos os lugares em que são encontrados totens, verifica-se uma lei interditora quanto a que pessoas de um mesmo totem mantenham relações sexuais entre si. Isso o leva a concluir que a exogamia é originalmente uma instituição ligada ao totemismo.

A transgressão dessa proibição é energicamente punida, geralmente com a morte; “como se fosse uma questão de impedir um perigo que ameaça toda a comunidade ou como se se tratasse de alguma culpa que a estivesse pressionando.” (FREUD, 1912-13, p.24).

Desse modo, onde a descendência se dá pela linha feminina os filhos são impedidos de manter relações sexuais com a mãe, já que todos pertencem ao mesmo clã. Já ao pai não há esse impedimento. O oposto se dá em um sistema patrilíneo, onde ao pai é proibido ter relações com seus filhos. Disso Freud infere que o sistema matrilinear teria sido o mais antigo, já que entende que as proibições totêmicas são dirigidas principalmente contra os desejos incestuosos do filho para com a mãe. Veremos mais adiante de que modo essa idéia se opõe a proposições mais recentes na área da antropologia, segundo as quais o fundamento de todo incesto seria aquele envolvendo mãe e filha.

Freud reconhece que a proibição sobre a vida sexual desses povos não tem como objetivo apenas o impedimento do incesto verdadeiro, como o consideramos hoje. Ao proibir as relações sexuais entre todos os membros de um mesmo clã, a restrição torna-se muito mais ampla do que a que vivemos em nossa sociedade. Freud entende tal amplitude como uma “margem de segurança”, dado que a relação sexual fora do parentesco consanguíneo é do mesmo modo interdita, diminuindo assim o risco da transgressão.

A partir disso, fica claro outro objetivo de Freud nessa obra: comprovar o horror ao incesto dos povos mais primitivos. Chega a afirmar que tal horror é ainda maior que o nosso, pelo seguinte raciocínio: se precisam se proteger tanto é porque se encontram mais sujeitos à tentação. Ou seja, uma das regras básicas do pensamento psicanalítico: quanto maior a proibição, maior o desejo, já que na ausência deste não há motivo para a lei interditora.

Em relação a essa diferença entre os povos primitivos e as sociedades atuais, Mezan (1985) enfatiza uma importante conclusão derivada dessa constatação freudiana, ao que o autor se refere como sendo um “progresso da repressão”. Se não necessitamos de regras tão complicadas e restritivas no que tange nossas relações matrimoniais atualmente, é porque possuímos uma instância psíquica capaz de reprimir mais eficazmente nossos desejos incestuosos. Já a esses povos primitivos, tal repressão deve ser feita por um agente externo – o grupo –, dado que, na falta de um agente psíquico semelhante, seus impulsos incestuosos encontram-se mais próximos da consciência, requerendo normas sensivelmente mais rigorosas para sua contenção.

No segundo ensaio, Freud parte da etimologia do termo tabu, sem se esquecer da ressalva quanto à dificuldade

de sua tradução exata, já que não mais dispomos do conceito que ele conota. Tabu é um termo polinésio, cujo significado aponta para dois sentidos contrários: por um lado significa “sagrado”, sendo que por outro indica algo “impuro”, “perigoso”, “proibido”. Freud acaba por propor como tradução mais próxima à nossa linguagem atual o termo “temor sagrado”.

Citando Wundt, Freud vai além e nos lembra que, de acordo com aquele autor, nos primórdios do tabu, a distinção entre “sagrado” e “impuro” não existia, sendo que apenas com a evolução das sociedades os dois significados foram se separando.

É precisamente esse significado neutro e intermediário – ‘demoníaco’ ou ‘que não pode ser tocado’ – que é com propriedade expresso pela palavra ‘tabu’, desde que ela ressalta uma característica que permanece comum todo o tempo, tanto para o que é sagrado como para o que é impuro: o temor do contato com ele. (FREUD, 1912-13, p.43)

O esforço de Freud em chegar o mais próximo possível do sentido original do termo não se deve apenas a uma curiosidade em desvendar um problema psicológico, mas por acreditar que o sistema engendrado com base nos tabus tenha dado origem às nossas atuais proibições morais e convenções “e, finalmente, porque uma explicação do tabu pode lançar luz sobre a origem obscura de nosso próprio ‘imperativo categórico’” (FREUD, 1912-13, p.41).

Freud passa então a fazer uma descrição de como esses tabus operam nesses povos e o comportamento destes

em função disso:

Tudo é proibido, e eles não têm nenhuma idéia por quê e não lhes ocorre levantar a questão. Pelo contrário, submetem-se às proibições como se fossem coisa natural e estão convencidos de que qualquer violação terá automaticamente a mais severa punição. [...] Essas proibições dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de movimento e comunicação. Em alguns casos têm um significado compreensível e visam claramente a abstinências e renúncias. Mas em outros casos o motivo central é inteiramente incompreensível; estão relacionados com detalhes triviais e parecem ser de natureza puramente cerimonial. (FREUD, 1912-13, p.40)

A partir disso, Freud propõe uma comparação entre o tabu dos povos primitivos e os pacientes neuróticos obsessivos, já que estes parecem respeitar as proibições por eles mesmos criadas do mesmo modo que os aborígenes respeitam as interdições tribais. O ponto de concordância mais evidente entre ambos seria a ausência aparente de motivos para as proibições, bem como a convicção de que sua transgressão será punida, sem a necessidade de que uma agência externa garanta tal punição. Outra aproximação diz respeito à preponderância, nos casos de neurose obsessiva, de restrições relacionadas ao contato; geralmente o tocar é o proibido. O mesmo pode ser verificado nos povos primitivos em questão. Também algo da transmissibilidade do tabu pode

ser encontrado na neurose obsessiva. Trata-se do mecanismo de deslocamento, ou seja, as proibições estendem-se de um objeto a outro, assim como uma pessoa torna-se ela própria tabu ao transgredi-lo.

Do mesmo modo, os atos de expiação e purificação, em certos casos possíveis frente à transgressão de um tabu, assemelham-se aos comportamentos compulsivos dos obsessivos, que possuem a mesma função, ou seja, de neutralizar os efeitos decorrentes de atos ou pensamentos proibidos.

Freud passa então a examinar os mecanismos formadores e mantenedores da neurose obsessiva para depois transpô-los para os mecanismos do tabu. Utiliza, portanto, o “modelo” da neurose obsessiva para compreender os tabus dos povos primitivos.

O raciocínio que se segue é o seguinte: dado que as mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo – não matar o animal totêmico e não manter relações sexuais com membros do mesmo clã, estes devem ser, portanto, os desejos humanos mais antigos e poderosos.

Nesse momento, o objetivo maior de Freud é provar que, assim como na neurose obsessiva, o respeito ao tabu encontra em sua base uma atitude ambivalente para com ele, decorrente do desejo e do contra-desejo (impeditivo de concretização do desejo) em conflito subjacente à consciência. Uma das definições de tabu proposta por Freud é a seguinte: “sintoma da ambivalência e um acordo entre os dois impulsos conflitantes”. (FREUD, 1912-13, p.79) Com isso Freud reafirma sua tese de que o estudo da psicologia das neuroses é um importante instrumento para a compreensão do desenvolvimento da civilização.

O terceiro ensaio, intitulado “Animismo, magia e

onipotência de pensamentos”, é dedicado às comparações entre o sistema de pensamento dos povos primitivos e o funcionamento psíquico dos neuróticos obsessivos. Não tratarei aqui desta temática, haja vista que a mesma se distancia dos propósitos desta pesquisa.

No quarto e último ensaio dessa obra, Freud chega, enfim, a uma teoria acerca da origem do totemismo. Ao fazer isso, desvenda aqueles que denomina como problemas decisivos relacionados ao sistema totêmico – a origem da idéia da descendência do totem e as razões para a exogamia (ou a proibição do incesto), bem como a relação entre essas duas instituições. Quanto a isso alerta que uma explicação satisfatória deve necessariamente abranger ao menos dois aspectos – um histórico e um psicológico. Ou seja, ela deve esclarecer as condições sob as quais o totemismo se desenvolveu, assim como a quais necessidades psíquicas do homem essa instituição dá expressão.

Freud adere às teorias de que a exogamia foi imposta intencionalmente com o intuito de evitar o incesto. Porém, recusa-se a ingressar na idéia de que o horror ao incesto seria algo inato, já que há diversos exemplos de que isso não procede.

Qual é a fonte suprema do horror ao incesto que tem de ser identificada como sendo a raiz da exogamia? Explicá-lo pela existência de uma antipatia instintiva pelas relações sexuais com os parentes consangüíneos – ou seja, apelando para o fato de que existe um horror ao incesto – é claramente insatisfatório, porque a experiência social mostra que, a

despeito desse suposto instinto, o incesto não é um fato fora do comum mesmo em nossa sociedade atual e a história nos fala de casos em que o casamento incestuoso entre pessoas privilegiadas era na realidade a regra. (FREUD, 1912-13, p.128)

A insustentabilidade das teorias que se baseiam em um inatismo da aversão ao incesto é evidenciada pelas descobertas da psicanálise, alega Freud. A ciência por ele fundada prova que as precoces excitações das crianças possuem caráter incestuoso, sendo que, quando reprimidas, passam a funcionar como motivadoras da neurose.

Frente ao fracasso das teorias até então disponíveis para explicar a exogamia e o horror ao incesto, Freud lança a hipótese maior desta sua obra, baseando-se para isso nas idéias de Charles Darwin sobre o estado social dos homens primitivos. Freud a denomina de hipótese “histórica”.

Observando os hábitos dos símios superiores, Darwin concluiu que, assim como estes últimos, também os homens viviam, originalmente, em grupos muito pequenos, nos quais apenas o macho mais velho e mais forte tinha direito às fêmeas do mesmo grupo. Outro macho que tentasse apoderar-se de uma das fêmeas era então morto ou expulso do grupo, neste caso, geralmente formando outro grupo onde pudesse ocupar o mesmo lugar privilegiado.

Atkinson parece ter sido o primeiro a perceber que a consequência prática das condições reinantes na horda primeva de Darwin deve ter sido a exogamia para os jovens do sexo masculino. (...) Com o decorrer do tempo, isto produziria o que se tornaria

uma lei consciente: ‘Nenhuma relação sexual entre os que partilham de um lar comum’. Após o estabelecimento do totemismo, a regra assumiria outra forma e diria: ‘Nenhuma relação sexual dentro do totem.’ (FREUD, 1912-13, p.131)

Finalmente, Freud apresenta achados psicanalíticos que podem lançar alguma luz sobre o problema da exogamia e do totemismo, procurando com isso reunir os fios soltos nos textos anteriores. Recorre primeiramente à fobia infantil a certos animais, o que invariavelmente diz respeito a um sentimento de medo relacionado ao pai que fora apenas deslocado para um determinado animal. (O pequeno Hans, por exemplo, com sua fobia a cavalos, expressava sua culpa por desejar a morte/afastamento do pai, para então poder satisfazer seus desejos edípicos com a mãe. Cavalos eram apenas um substituto paterno, de quem temia receber retaliações – mordidas – em função de seus desejos). Freud ressalta ainda a ambivalência de sentimentos também nos estados fóbicos (Hans não só temia, mas também admirava seu pai/cavalo), daí o sentimento de culpa. “Pode-se com justiça dizer que nessas fobias de crianças reaparecem algumas das características do totemismo, mas invertidas para o negativo.” (FREUD, 1912-13, p.135)

Com isso, chega a um denominador comum entre as neuroses e o sistema totêmico: ambas constituem-se como um produto das condições em jogo no complexo de Édipo. Passando ao campo da história, é das descrições da refeição totêmica, realizadas por Robertson Smith, que Freud retira as provas de existência de uma paternidade mítica conferida ao totem em relação a todo o clã.

Ao realizar uma exposição dos rituais de sacrifício,

comuns a diversas religiões, bem como ao totemismo, verifica-se que os sacrifícios animais foram os mais antigos. Os deuses compartilhavam os animais com seus adoradores, sendo essencial que cada um dos participantes tivesse a sua parte na refeição. Essas refeições eram realizadas em ocasiões festivas, as quais faziam parte das obrigações sociais.

Comer e beber com um homem constituía um símbolo e uma confirmação de companheirismo e obrigações sociais mútuas. O que era diretamente expressado pela refeição sacrificatória não era apenas o fato de o deus e seus adoradores serem comensais, mas todos os outros pontos de suas relações mútuas estavam incluídos nisto [...] Se um homem partilhava uma refeição com seu deus, estava expressando a convicção de que eram feitos de uma só substância; e nunca a partilharia com quem considerasse um estranho. (FREUD, 1912-13, p.139).

Freud assinala que assim como não há reunião do clã sem sacrifício animal, não há matança do animal exceto nessas ocasiões cerimoniais. O ato de matar determinada vítima é ilegal se efetivado por um único indivíduo, apenas sendo justificado se todo o clã partilhasse a responsabilidade pelo ato. O objetivo dessa ação coletiva era de criar e manter um elo entre os adoradores e seu deus, dado que se acreditava ser apenas dessa forma que essa união sagrada podia ocorrer.

Assim, nas festividades totêmicas, onde há o sacrifício do animal, trata-se de uma licença para realizar aquilo que, de outro modo, está estritamente proibido. Após matar e comer o

animal totêmico, o luto é obrigatório, porém, seguido de regozijo festivo. A pergunta que guia Freud em seu raciocínio para desvendar os tabus do incesto e do parricídio é a seguinte: “Se os membros do clã se alegram pela morte do totem por que o pranteiam também? (FREUD, 1912-13, p.144)

Voltando às descobertas psicanalíticas sobre os mecanismos da neurose, a ambivalência emocional passa a vigorar como base desse fato contraditório. A conclusão é de que a atitude emocional ambivalente verificada no complexo-pai nas crianças de hoje estende-se do mesmo modo ao animal totêmico, dado seu estatuto de substituto do pai.

Freud retorna então à hipótese darwiniana da horda primeva para explicar a origem das refeições totêmicas. Naquele tipo de agrupamento, apenas o pai tirânico tinha direito às mulheres. Os filhos perceberam que apenas juntando suas forças conseguiriam derrotar o pai. Fazendo-o, primitivos como eram, provavelmente comiam-no após matá-lo, podendo assim identificar-se ao antigo soberano adquirindo sua força. As refeições totêmicas seriam, portanto, repetições de tal ato.

A conclusão freudiana acerca da passagem desse estado para outro mais organizado, onde se tornaria possível a vida em grupo sem que os machos continuassem infinitamente se matando pelo lugar do pai, recai sobre a culpa filial. Após o regozijo por poderem finalmente satisfazer seus desejos sexuais, sobrevinha o remorso por terem matado alguém por quem nutriam admiração.

O pai morto tornou-se mais forte do que fora vivo [...] O que até então fora interdito por sua existência real fora doravante proibido pelos próprios filhos [...] Anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o

substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação das mulheres que agora tinham sido liberadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem quer que infringisse esses tabus tornava-se culpado dos dois únicos crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava. (FREUD, 1912-13, p.147)

“Um pacto com o pai”. Assim fica definida a essência do sistema totêmico. Assim como na infância como a conhecemos hoje, o pai promete-lhe tudo o que a imaginação da criança pode esperar dele e, em troca, aos membros do clã cabe-lhes respeitar-lhe a vida, ou seja, não repetir o ato que ocasionara a destruição real do pai. Freud postula com isso que o surgimento da religião totêmica deve-se ao sentimento filial de culpa, o qual se reflete no esforço para mitigar esse sentimento através de uma obediência tardia ao pai. Dada sua base na ambivalência de sentimentos, a religião totêmica compreendia não apenas o remorso e a expiação, mas uma satisfação pelo triunfo sobre o pai tirânico, o que levou à instituição do festival rememorativo da refeição totêmica.

A sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum; a religião baseava-se no sentimento de culpa e no remorso a ele ligado; enquanto que a moralidade fundamentava-se parte nas exigências

dessa sociedade e parte na penitência exigida pelo sentimento de culpa [...] Assim, a psicanálise [...] exige de nós admitir que o totemismo e a exogamia estavam intimamente ligados e tiveram origem simultânea. (FREUD, 1912-13, p.149)

Por fim, não podemos deixar de lado um aspecto desse texto que trata de um dos principais temas de nossa pesquisa: a transmissão psíquica entre gerações. É apenas na conclusão desse ensaio que Freud aborda de forma explícita essa questão. Trata-se de uma rápida consideração acerca das premissas que embasam as hipóteses de “Totem e Tabu”, as quais reconhece serem “dificuldades graves” e que “qualquer explicação que pudesse evitar pressuposições dessa espécie seria preferível”. (FREUD, 1912-13, p.159)

As pressuposições às quais se refere dizem respeito à existência de uma “mente coletiva”, cujos mecanismos e funcionamento corresponderiam àqueles próprios do indivíduo. A partir disso, a suposição é de que um sentimento de culpa decorrente de uma ação ocorrida na pré-história persistiu e mantém-se operante por milhares de anos em gerações que não têm conhecimento dela.

Supus que um processo emocional, tal como se poderia ter desenvolvido em gerações de filhos que foram maltratados pelos pais, estendeu-se a gerações novas livres de tal tratamento, pela própria razão de o pai ter sido eliminado. [...] Sem a pressuposição de uma mente coletiva, que torna possível negligenciar as interrupções dos atos mentais causadas pela extinção do

indivíduo, a psicologia social não poderia existir. A menos que os processos psíquicos sejam continuados de uma geração para a outra, ou seja, se cada geração fosse obrigada a adquirir novamente sua atitude para com a vida, não existiria progresso neste campo e quase nenhuma evolução. (FREUD, 1912-13, p.159)

A pergunta que Freud se coloca em seguida diz respeito ao modo como uma determinada geração pode transmitir seus estados psíquicos à geração seguinte. Para tentar respondê-la, apóia-se nos achados da psicanálise acerca da impossibilidade de que impulsos psíquicos sejam completamente reprimidos; há sempre algo que escapa à repressão.

Mesmo a mais implacável repressão tem de deixar um lugar para impulsos substitutos deformados e para as reações de que deles resultem. Se assim for, portanto, podemos presumir com segurança que nenhuma geração pode ocultar, à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise nos mostrou que todos possuem, na atividade mental inconsciente, um *apparatus* que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, a desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos. (FREUD, 1912-13, p.160)

Talvez seja esta breve passagem a maior contribuição

deste trabalho no que tange a questão da transmissão entre gerações. Ainda que pouco esclarecedora, já que não fornece uma explicação sistemática para o problema, seu caráter enigmático inspirou e deu pistas do caminho a ser seguido por seus sucessores na busca pelas respostas a questionamentos formulados pelo próprio pai da psicanálise.

5. Violência sexual infantil

Para adentrarmos nas complexas relações estabelecidas nas situações de abuso sexual infantil, penso ser necessário construir e delimitar esta noção, buscando esclarecer o que vai ser tratado aqui como da ordem da violência sexual exercida contra a criança por um adulto.

Porém, antes de tratarmos dessa forma específica de violência, considero válida uma abordagem da questão de forma mais geral, no sentido de levantar alguns pontos problemáticos no que tange o modo como a violência vem sendo tratada pela psicanálise. Para isso, sirvo-me de uma discussão proposta por Costa (2003), dada a relevância de suas idéias, bem como o tratamento dado ao texto freudiano “Totem e tabu” (1912-13), já apresentado no capítulo anterior desta pesquisa.

5.1. O problema da violência segundo a psicanálise

O cerne da discussão proposta por Costa (2003) acerca da violência e suas concepções segundo a psicanálise repousa sobre que o autor considera um equívoco de leitura por parte da maior parte dos psicanalistas: a condição humana como epifenômeno da violência. De acordo com essa compreensão, portanto, a humanidade nasceria da violência, sendo esta pré-condição para a civilização e a cultura, sendo ao ser humano impossível existir senão em condição de produto de uma violência.

Tal equívoco tem como base, afirma o autor, três tópicos da teoria psicanalítica como proposta por Freud: a teoria da pulsão de morte, a teoria do trauma infantil e o estudo sobre totem e tabu, com seus correlatos principais – o tabu do incesto e o mito do parricídio primordial.

Com relação ao primeiro tópico, o desacerto decorre, afirma Costa (2003), de uma equivalência que se passou a fazer entre violência e o conceito de pulsão de morte, forjado por Freud em 1920 para explicar a tendência maior de todo ser vivo de retorno a um estado anterior à vida, ou seja, anorgânico. Como esclarecem Laplanche e Pontalis (2001):

As pulsões de morte inscrevem-se num novo dualismo em que se contrapõem às pulsões de vida (ou Eros) que daí em diante vão compreender o conjunto das pulsões anteriormente diferenciadas por Freud (pulsões de vida; pulsão sexual; pulsões de autoconservação; pulsões do ego). As pulsões de morte aparecem pois, na conceituação freudiana, como um tipo inteiramente novo de pulsões, que não tinha lugar nas classificações precedentes [...]; mas, ao mesmo tempo, Freud vê nelas as pulsões por excelência, na medida em que nelas se realiza de forma eminente o caráter repetitivo da pulsão. (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.408)⁶

Ora, tomar pulsão de morte como sinônimo de violência leva-nos, inevitavelmente, à conclusão refutada por Costa (2003), já que a pulsão de morte, esta sim, encontra-se operando em todo e qualquer ser humano. Sua crítica

⁶ Dada sua importância para a construção das idéias apresentadas nesta pesquisa, o conceito de pulsão de morte será melhor abordado no decorrer deste trabalho. Não poderia, contudo, deixar de mencioná-lo nesse momento, ainda que superficial e prematuramente, dada sua importância para a discussão do autor em questão.

concerne também o risco implícito nesse entendimento da violência, risco este relacionado a uma “repercussão moral deste raciocínio”, na medida em que acaba por dar margem a uma trivialização da violência, sendo este fenômeno um dos mais fortes aliados da sua perpetuação.

[...] a psicanálise entra no compasso das ideologias modernas. Fala da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror. Pois, no momento em que a define como sinônimo de morte, do que há de impensável e intocável na experiência humana, sacraliza-a. E, no momento em que a define como a ‘condição de possibilidade natural’ do existir humano (dado seu caráter de impulsão primeira e permanente do psiquismo), banaliza-a. A violência torna-se o trivial variado de toda atividade ou experiência psíquicas, dando seu toque ao inconsciente, ao sonho, à sexualidade, à relação inevitável com o outro etc. (COSTA, 2003, p.18)

No que concerne a temática desta pesquisa, a violência sexual infantil, isso parece ser ainda mais arriscado, em especial quando abordada pela psicanálise. A lógica que leva a considerar a violência como constituinte da condição humana, ou seja, necessária à humanização, não parece muito distante de uma outra, que, tendo como base o modo como a psicanálise concebe o ser humano, facilmente desembocaria na seguinte questão: ora, se há um desejo incestuoso constituinte, por que não ceder a ele? Parece ser esse o substrato dos argumentos utilizados, por exemplo, pelos

grupos que defendem a pedofilia como apenas mais uma forma de amor entre adultos e crianças.

Voltando ao texto de Costa e ao segundo tópico por ele apontado como causa dessa banalização da violência, temos a teoria do trauma infantil.

No que concerne esta teoria, as críticas do autor se dirigem àquelas correntes que entendem que a sexualidade, o desejo ou a linguagem dos adultos seriam um excesso para o psiquismo da criança, incapaz ainda de metabolizar esses elementos. Não compreendidos, integrariam o psiquismo da criança como puro afluxo de energia, com uma tonalidade emocional violenta. “O desejo dos pais, embora necessário e inevitável, é sempre violentador. Esta seria a razão pela qual se postula a inelutabilidade da violência na gênese e estruturação do psiquismo.” (COSTA, 2003, p.20)

O autor entende que tal concepção encontra-se comprometida com a versão clássica aristotélica, segundo a qual a violência é compreendida como uma qualidade de movimento que impede o movimento normal das coisas. Com base nisso, Costa (2003) aponta para o que seria uma falha no argumento daqueles autores, dado que contradiz a visão psicanalítica, a qual define o psiquismo como um fato cultural – o psiquismo não existe antes da intervenção da sexualidade, da linguagem e do desejo do outro. Desse modo, os autores parecem partir do pressuposto de uma “naturalidade do psiquismo”, pois só assim poder-se ia considerar que uma ação do ambiente é necessariamente violenta quando incide sobre esse psiquismo.

A lógica deste argumento não se sustenta, posto que aceitar suas premissas implica em negar as premissas da teoria psicanalítica, nas quais o próprio argumento tem origem.

É contraditório admitir, ao mesmo tempo, uma noção de psiquismo como produto da interação cultural e uma noção de violência que pressupõe a naturalidade deste psiquismo [...] O que este tipo de raciocínio visa é a reiteração da idéia de que a cultura como o psiquismo só existem pela ação da violência. Esta idéia tornou-se um hábito mental dos psicanalistas, tanto mais difícil de ser criticado quanto é partilhado por alguns dos pensadores mais lúcidos da cultura contemporânea. (COSTA, 2003, p.21)

Além disso, haveria também um equívoco que faz equivaler trauma infantil e violência: “a teoria psicanalítica migrou das proposições freudianas a respeito da natureza traumática da sexualidade para uma concepção da natureza violenta deste traumatismo” (COSTA, 2003, p.28) O trauma, sim, se apresenta como condição para a existência psíquica, sendo que ele não se dá necessariamente de forma violenta.

Volto a afirmar que esse raciocínio do autor – de recusa a uma generalização da violência, onde tudo é violência – mostra-se frutífero e valioso para se pensar a questão do abuso sexual infantil, em que podemos facilmente cair numa lógica de que toda ação do adulto sobre a criança é violenta, chegando a uma impossibilidade de distinguir atos que se deslocam entre dois extremos – de um simples carinho ao ato sexual propriamente dito.

Do percurso seguido por Costa (2003) em sua discussão sobre o tema, interessa-nos em especial o que ele aborda em relação a “Totem e tabu”, dado ocupar esse texto um lugar de referência nesta pesquisa.

No ensaio de 1912-13, a questão da violência é

abordada não sob seu aspecto destrutivo, como nos textos mencionados anteriormente, mas em sua função agregadora, em sua condição de motivadora para a instauração da lei e da justiça. Na origem das ações humanas encontram-se a violência e a destruição, sendo a instauração da lei, logo, da ordem social, apenas uma solução necessária para a sobrevivência dos indivíduos.

Assim, no percurso freudiano, se por um lado a violência é caracterizada por sua vertente destrutiva, por outro, é ressaltado seu valor e seu lugar originário na formação das sociedades e da cultura. “Incongruência da teoria ou fidelidade aos fatos?”, indaga Costa (2003). Ambas as alternativas, o autor mesmo responde. O aparente problema teórico repousa, segundo ele, na capacidade de Freud de perceber e aceitar a diversidade psíquica, muitas vezes ignorada por seus seguidores.

A aparente incoerência da teoria revela o que o Freud observador não pôde deixar de notar: não existe um “instinto de violência”. O que existe é um instinto agressivo que pode coexistir perfeitamente com a possibilidade do homem desejar a paz e com a possibilidade do homem empregar a violência.” (COSTA, 2003, p.35)

Ainda assim, o problema da definição do que seja a violência não foi solucionado. Dizer que não há um instinto violento, mas sim agressivo, que pode ser usado no sentido de uma violência, não esclarece suficientemente sobre esta última. Ciente disso, o autor aponta para uma resolução do problema, a qual se assenta sobre uma necessária intencionalidade presente no ato considerado violento. Ou

seja, para que uma ação possa ser considerada violenta deve haver um desejo de destruição por parte daquele que a infere. Por isso não seria fidedigna a afirmação de que a sexualidade, a linguagem ou o desejo dos adultos atingem a criança, necessariamente, de forma violenta, dado que não se pode atribuir de modo incondicional um desejo de destruição nessas relações.

[...] só existe violência no contexto da interação humana, onde a agressividade é instrumento de um desejo de destruição. Quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição, não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo agente, nem pelo observador como uma ação violenta. (COSTA, 2003, p.40)

Mas, e quanto aos casos de abuso sexual infantil, em especial o incestuoso, seria este um caminho frutífero para a solução da questão sobre a violência? É possível dizer que nesses casos há sempre um desejo de destruição? Será que essa condição – para ser violência há necessariamente um intuito de destruir – é suficiente para a compreensão desse tipo de violência?

Os questionamentos levantados por Costa (2003) em sua abordagem do tema mostram-se, sem dúvida, interessantes e pertinentes, sendo este o motivo pelo qual sua discussão recebeu lugar nesta pesquisa. Contudo, no que concerne este trabalho, a conclusão proposta pelo autor não parece suficiente, dado que o material clínico disponível para ser aqui utilizado não diz respeito ao sujeito autor da violência, mas apenas daqueles que a sofreram. Assim, não é possível afirmar

se há ali uma intenção de destruição.

Caímos, portanto, na mesma questão de sempre: por que se considerar violência o uso sexual de uma criança por um adulto? Dando continuidade a tal discussão, passo agora às contribuições de autores comprometidos clinicamente e teoricamente com a questão específica da violência sexual infantil.

5.2. Abuso sexual infantil: o que há nisso de violência?

Gabel (1997) propõe a seguinte definição de abuso sexual – trata-se de uma disfunção no exercício da sexualidade, englobando principalmente três aspectos: uma relação de poder do grande/forte sobre o pequeno/fraco; o estabelecimento de um sentimento de confiança do pequeno/dependente no grande/protetor e um uso delinquente da sexualidade, no sentido de que esta se manifesta como um “atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo” (GABEL, 1997, p.10).

Também em busca de uma definição de “violência sexual”, Cromberg (2001), afirma entender por esse termo “uma situação complexa, desencadeada por um ato sexual, não necessariamente o coito, no qual uma pessoa estranha ou familiar utiliza-se do corpo de uma outra pessoa, ou ameaça fazê-lo, sem seu consentimento consciente” (Cromberg, 2001, p.62). Deixemos para mais adiante a questão do “consentimento”, dado que este merece uma discussão cuidadosa. Focalizemos, nesse momento, as idéias aqui mencionadas.

Podemos perceber que, nessas definições, trata-se principalmente de esclarecer o que se pode entender da idéia de “abuso”. Se nos voltarmos para a etimologia da palavra, veremos que esta se encontra ligada à idéia de transgressão, de

ultrapassagem dos limites. Segundo Cromberg (2001), “abuso” deriva de *abusus*, que é resultado da junção de *ab* mais *uso*. A autora ressalta o sentido antitético do prefixo *ab*, dado que o mesmo pode indicar tanto privação, falta, como excesso, intensidade. Seu interesse nessa ambivalência de sentidos decorre de seu diálogo com a antropologia, sendo que busca nos estudos desta disciplina as explicações acerca do tabu do incesto. Tais estudos indicam que toda a regulação acerca das possibilidades de estabelecimento de relações sexuais nas sociedades estaria em consonância com o propósito de regular o *excesso* de identidade e a *ausência* do diferente. Com isso, a autora chama a atenção para essa ambigüidade encontrada tanto no termo “abuso”, quanto no que seria o propósito da interdição do incesto. Veremos mais adiante a importância dessa regulação entre idêntico e diferente para a questão do abuso sexual e do incesto.

Também Gabel (1997) destaca a função do prefixo *ab*, dado que este, na palavra “abuso”, indica também uma separação, um distanciamento do uso normal. O abuso seria, desse modo, um uso errado e excessivo. Essa autora faz uma ressalva quanto à possibilidade aberta por tal compreensão de que haveria, portanto, um uso permitido da criança em sua sexualidade. Penso, por exemplo, no “uso mútuo” que mãe e criança fazem de seus corpos. Ao cuidar, acariciar e brincar com o bebê, entendo que podemos considerar a existência de um uso recíproco entre os sujeitos. A criança recebe os cuidados necessários à sua sobrevivência, bem como coloca seu corpo à disposição para ser erogeneizado pelas carícias maternas. A mãe, por sua vez, pode obter prazer nesses contatos, fazendo um “uso normal” do corpo do *infans* nas trocas afetivas com seu bebê.

Com isso caímos na questão já tão discutida acerca dos limites entre o normal e o patológico. Se há um uso permitido

do corpo da criança, o que marcaria a passagem do uso para o abuso? O que determina que um carinho de um adulto passe a ser uma violência? Aparentemente, essa pergunta pode parecer despropositada, já que supomos saber distinguir facilmente uma carícia materna de um ato agressivo. O problema surge quando a realidade nos mostra que, nos casos de violência sexual infantil, a força física não é, geralmente, o dispositivo utilizado pelo adulto para alcançar seus objetivos sexuais. Em tais casos, impera a sedução como principal recurso ao qual o adulto recorre para atingir seus intentos. Assim, no lugar da força, são utilizados artifícios baseados nas relações de poder e afeto existentes entre adulto e criança, de forma que um se submeta sem restrições aos desejos do outro.

Assim, a sedução traz um complicador se tomarmos o fator “consentimento” como delimitador de fronteira entre o que seria uma relação sexual permitida e um ato sexual violento, especialmente nas situações envolvendo crianças e adolescentes. A dificuldade se refere ao fato de que, muitas vezes, aquele que sofreu a violência aparentemente consente com aquele ato, o que se revela não só nas alegações dos abusadores, mas também em algumas falas dos abusados.

Penso que um caminho para desenvolver essa questão seja alterar algo na pergunta que geralmente se faz: em vez de questionar *se* o ato foi consentido, perguntar *o quê* foi consentido. Assim, considerando que haja a permissão de que *algo* ocorra, mas ao mesmo tempo abrindo a possibilidade de que esse algo não seja necessariamente a relação sexual, podemos começar a nos desprender das oposições como *consentido x forçado*, *fantasia x realidade*, *verdade x mentira*. Os discursos daqueles que se encontram envolvidos em tais situações nos mostram que há, sim, uma participação daquele que sofre a violência; trata-se, contudo, de averiguar de que ordem é essa participação.

Sándor Ferenczi, psicanalista contemporâneo de Freud, trouxe preciosas contribuições para a teoria psicanalítica, mais especificamente no que se refere ao conceito de trauma. Em suas construções teóricas, tomou como base para explicar os mecanismos do traumatismo, o que ele denominou de “confusão de línguas entre adultos e crianças”, sendo este o título de um importante texto seu, datado de 1933. Partindo de elementos oriundos de sua escuta clínica, em especial de casos de pacientes adultos que admitiam já terem abusado sexualmente de crianças, o psicanalista húngaro constrói o enredo daquilo que podemos chamar de um mito sobre as origens do traumatismo.

Antes de passarmos a uma exposição acerca dessa proposta de Ferenczi, penso ser importante destacar aqui as noções de construção e mito, intimamente ligadas. Mezan (1985), ao abordar a construção freudiana da horda primitiva, lembra-nos que “*Totem e Tabu* é um mito, primeiramente porque pensa a origem, e a origem só pode ser pensada sob a forma do mito (...) a inverificabilidade total é o destino de toda afirmação sobre a origem.” (p.353). Faço proveito, nesse momento, das palavras desse autor porque penso que tal afirmação vale, da mesma forma, para o mito criado por Ferenczi. Nem todos os relatos de sujeitos abusados sexualmente na infância permitem distinguir tão claramente as etapas que veremos serem apontadas por Ferenczi como necessárias à ocorrência do trauma. Contudo, assim como Freud recorreu a evidências antropológicas de seu tempo para construir seu mito, também Ferenczi buscou, na fala de seus pacientes, juntamente à metapsicologia disponível naquela época, elementos que o tornassem o mais pertinente possível.

Tomemos agora um fragmento do texto em que Ferenczi expõe claramente tal construção.

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança se amam; a criança tem fantasmas lúdicos, como manter um papel maternal em relação a um adulto. Este jogo pode tomar uma forma erótica, mas permanece sempre no nível da ternura. Não acontece a mesma coisa com os adultos que têm predisposições psicopatológicas, sobretudo se o equilíbrio ou o controle de si foram perturbados por alguma desgraça, pelo uso de estupefacientes ou de substâncias tóxicas. Confundem as brincadeiras das crianças com os desejos de uma pessoa que já atingiu a maturidade sexual, e se deixam levar a atos sexuais sem pensar nas conseqüências. Verdadeiras violações de meninas, recém-saídas da primeira infância, relações sexuais entre mulheres maduras e meninos, assim como atos sexuais impostos, de caráter homossexual, são freqüentes (FERENCZI⁷, 1933, p.351 apud CROMBERG, 2001, p.178-9).

Em outro momento, nesse mesmo escrito, o autor esforça-se por explicar o que seria o estado de ternura próprio da infância:

Devemos referir-nos aqui às idéias que Freud desenvolveu há muito, quando

⁷ Ferenczi, S. (1933) Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. In: *Escritos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Taurus, s/d.

sublinhou o fato da capacidade de experimentar um amor objetal ser precedida de um estágio de identificação. Eu qualificaria este estágio como sendo aquele do amor objetal passivo, ou estágio da ternura. Traços do amor objetal já podem aparecer, mas somente enquanto fantasmas, de maneira lúdica. É assim que as crianças, quase sem exceção, brincam com a idéia de tomar o lugar do genitor do mesmo sexo para tornar-se o cônjuge do sexo oposto, note-se bem, apenas na imaginação. Na realidade não queriam, nem poderiam abster-se da ternura, sobretudo materna. Se, no momento desta fase de ternura, impõe-se à criança mais amor ou um amor diferente do que deseja, isto pode proporcionar as mesmas conseqüências patógenas que a privação de amor. Afastar-nos-ia demais falar de todas as neuroses e conseqüências caracteriológicas que podem resultar do enxerto prematuro de formas de amor passional e recheado de sentimento de culpa, em um ser ainda imaturo e inocente. A conseqüência só pode ser a confusão de línguas...”(FERENCZI, 1933, p.353 apud CROMBERG, 2001, p.182-3).

Apropriando-se das teorizações de Ferenczi para analisar os casos de violência sexual apresentados em seu livro “Cena Incestuosa”, Renata Cromberg revela o quanto

essas elaborações são, de fato, verificadas na clínica, afirmando que na clínica da violência sexual “há uma busca pela criança de um encontro afetivo profundo dentro da linha do amor, ternura. Diríamos que ela usa sua eroticidade de criança transpondo-a para uma linguagem do amor.” (CROMBERG, 2001, p.179)

À primeira vista, poderia parecer inapropriado o emprego do termo “eroticidade da criança” quando o que está em jogo é justamente uma oposição entre a ternura e a paixão. Contudo, Pinheiro (1995) faz uma importante ressalva quanto ao que ela considera más leituras da obra ferencziana. Talvez o fato de Ferenczi algumas vezes utilizar os termos inocência e ingenuidade como sinônimos de ternura teria levado alguns a entenderem a linguagem da ternura como algo desprovido de sexualidade. Nesse caso, a idéia subjacente seria a de que haveria um momento na vida, a infância, em que o sujeito se encontraria fora da esfera da sexualidade. Tratar-se-ia, portanto, de desconsiderar uma das teses fundamentais da psicanálise acerca da sexualidade infantil. Nada mais equivocado, afirma a autora, argumentando que em momento algum Ferenczi invalida os princípios fundamentais da construção freudiana.

Ao falar da linguagem da paixão, a qual remete ao adulto, Ferenczi tenta abordar sua vertente de excesso, de intensidade, muito próxima dos abusos típicos do psicótico, aproximando, assim, a paixão da loucura. “Se a paixão quer dizer loucura, a partir do momento em que ela é própria do adulto, está ligada à genitalidade: uma maneira peculiar de erotizar o próprio corpo e o corpo da criança, que esta ainda não conhece” (PINHEIRO, 1995, p.72).

Assim, parece ser a invasão antecipada da sexualidade genital própria do adulto o que faz desse encontro algo da ordem da violência. Ao se falar em linguagem da ternura, não

se trata, portanto, de uma ausência de sexualidade, mas de uma satisfação lúdica que, como toda satisfação, encontra-se imersa no sexual, porém, não ainda no genital. Ferreira e Pons (2003, p.18) resumem a situação da seguinte forma: “enquanto um brinca, o outro se apaixona.”

É dessa ordem o mal-entendido que parece se instalar na relação entre Kelly e seu padrasto. Ao falar sobre o ocorrido, Daniel descreve situações que remetem justamente a essa confusão entre o lúdico e sexual, como exposto por Ferenczi. O primeiro beijo entre os dois, por exemplo, aconteceu em meio a uma brincadeira. Kelly tentava pegar algo de suas mãos, com uma atitude divertida, como o próprio Daniel descreve. Ele, porém, toma tal atitude como revestida por um interesse sexual, uma vontade de tocar eroticamente seu corpo. A brincadeira resulta então em um beijo apaixonado – ao menos da parte do padrasto – sendo este o início de uma relação não mais entre um adulto e uma criança, mas entre um homem e uma mulher.

A partir disso, podemos, então, retomar a proposta de reformulação da pergunta acerca da questão do consentimento. Se concordamos com o mito ferenciano acerca da confusão de línguas, somos forçados a admitir que a criança permite, sim, podendo até mesmo solicitar algo do adulto. A questão deve ser então: o que ela consente? Ao que podemos responder que ela consente algo compatível com sua sexualidade, que, nesse momento, encontra-se distante dos excessos da paixão adulta embebida na genitalidade. O que a criança aceita do adulto é, portanto, o que Ferenczi denomina ternura, sendo que a violência se dá quando ela recebe algo diferente disso; algo que lhe é ainda incompreensível e excessivo, muito além da satisfação lúdica que espera nas suas relações.

5.3. A noção de trauma

Seria incorrer em erro, no entanto, entender que, ao falar da confusão de línguas, Ferenczi estaria voltado apenas ao trauma ocorrido em situação de abuso sexual infantil. Esta seria, sim, uma forma violenta de instauração de um trauma. Porém, ao recorrer a um extremo, o psicanalista buscava explicar o funcionamento de todo e qualquer tipo traumático. (PINHEIRO, 1995)

Assim, de acordo com sua teoria, existem pelo menos dois tipos de trauma. É importante notar, primeiramente, que em ambos há necessariamente a intervenção de um fator externo, o qual inevitavelmente impõe uma mudança no aparelho psíquico porque, de acordo com o princípio do prazer que rege o aparelho psíquico, as mudanças só podem ocorrer quando vêm de fora tirando este aparelho da constância. (PINHEIRO, 1995). Há, portanto, o que podemos chamar de trauma estruturante, indispensável ao desenvolvimento e à estruturação psíquica. A maioria dos traumas se enquadra nessa espécie, já que toda a aprendizagem, desde a higiene até aspectos culturais mais elaborados, é considerada como fator exógeno que força o aparelho psíquico a uma reorganização.

Em contrapartida, há o trauma patológico, aquele que, ao contrário do estruturante, causa uma desorganização psíquica, já que concerne elementos que não podem ser introjetados⁸, ou seja, que são incapazes de serem metabolizados e integrados ao aparelho psíquico. Um dos fatores que contribuem para que esse trauma seja considerado patológico é o elemento surpresa. Já em “Além do princípio do prazer” (1920), Freud ressaltara o papel do susto para a instauração do trauma na neurose traumática. Contudo, o que

⁸ Esse conceito será trabalhado mais adiante.

se mostra de fato determinante para a ocorrência do trauma desestruturante, segundo Ferenczi, é o que ele chamou de “o desmentido”.

Vimos, na primeira parte da história contada por Ferenczi sobre a confusão de línguas, como se dá a sedução entre adulto e criança e a incompatibilidade entre a paixão e a ternura. Entretanto, não é essa violência por si só que ocasiona o trauma patológico. A segunda parte da trama explicita o que de fato é responsável pela desestruturação psíquica:

A historinha contada por Ferenczi prossegue: a criança iria então à procura de um outro adulto que pudesse dar sentido ao que não fez sentido. Esse adulto, por sua vez, não suportando o relato da criança, a desmente, exigindo de maneira radical e unívoca que o escutado não passe de fabulação infantil. É esse desmentido o que torna impossível a introjeção (PINHEIRO, 1995, p.68).

Tal impossibilidade pode ser explicada tendo como referência o processo que permite à criança o acesso à ordem simbólica. É na relação com o adulto que a criança pode adquirir uma palavra própria. Assim, ao mesmo tempo em que toma emprestadas palavras do adulto, é a este que ela dirigirá sua palavra de forma a obter uma confirmação. É sempre, portanto, por intermediação de um adulto que a palavra da criança poderá ou não ter sua existência autorizada. (PINHEIRO, 1995) No caso em questão, ao negar a realidade do relato de abuso da criança, o adulto estaria impossibilitando o processo de apropriação e elaboração por parte da criança daquilo que, de fato, ocorreu.

Entramos aqui em um terreno delicado, o qual diz respeito à indispensabilidade, na teoria de Ferenczi, da realidade concreta da ocorrência do evento traumático. Não podemos nos esquecer da revolução que foi para a psicanálise a famosa frase de Freud, direcionada a Fliess, em carta datada do dia 21 de setembro de 1897: “Não acredito mais na minha neurótica.” Referia-se, assim, à sua descoberta da realidade psíquica; ou seja, que as fantasias operam no psiquismo de forma tão eficaz quanto a realidade como normalmente a concebemos. Com isso chega à conclusão de que os relatos de suas pacientes sobre terem sofrido abusos sexuais na infância por seus pais não passavam de construções fantasísticas calcadas em seus próprios desejos inconscientes. Porém, fantasias revestidas de valor de verdade e, por conseguinte, capazes de dar origem a sintomas e sofrimento.

Até os dias atuais existem fortes críticas a Freud devido a isso, provenientes, principalmente, de sujeitos atuantes em movimentos em defesa e proteção de crianças e adolescentes. Estes alegam que o pai da psicanálise teria feito um desfavor às vítimas de violência sexual, tirando-lhes a credibilidade de suas palavras, acarretando-lhes um sofrimento ainda maior em decorrência desse descrédito.⁹

Ao debitar na conta do desmentido o fator determinante para a instauração do trauma patológico, Ferenczi parece dar razão aos argumentos de tais críticos, chegando mesmo a dar margem a questionamentos acerca da pertinência da postulação freudiana acerca da realidade psíquica. Quanto a isso, Pinheiro (1995) considera que se Ferenczi acertou ao

⁹ Em seu livro *Abuso Sexual: trauma infantil e fantasias femininas*, Lúcia Alves Mees discute as críticas de Jeffrey Moussaieff Masson à Freud quanto ao seu abandono da teoria da sedução, segundo a qual as neuroses seriam causadas por um abuso sexual real de uma criança por um adulto. Masson, em seu livro *Atentado à verdade – a supressão da teoria da sedução por Freud*, de 1984, argumenta que Freud teria falseado sua teoria sobre a sedução.

responsabilizar o desmentido do adulto pela efetividade do trauma, ele teria se equivocado na tentativa de justificar sua tese.

A autora ressalta que a maior confusão deve-se ao fato da abordagem de Ferenczi situar, em posições opostas e estanques, de um lado a verdade (entendida como fato real) e de outro a mentira (como equivalente à fabulação). Sua crítica, evidentemente, apóia-se na idéia fundamental já mencionada acerca da realidade psíquica. Ela pergunta, então, como a proposta ferencziana pode continuar valendo se, independentemente do fato ser real ou fantasiado, no registro psíquico, os dois terão o mesmo valor?

A tentativa da autora em solucionar esse problema tem por base o argumento de que “as palavras, mesmo quando têm por objetivo descrever a realidade, só podem ser investidas pelo sujeito quando guardam o caráter da multiplicidade dos sentidos.” (Pinheiro, 1995, p.76) Ao encerrar o relato da criança no terreno da fabulação, não dando a esta outra significação que “mentira”, o adulto oferece uma palavra desprovida de qualquer possibilidade de ambivalência, ambigüidade ou polissemia. O enunciado da criança é, assim, reduzido a algo unívoco, sendo também da ordem da univocidade o desmentido proferido pelo adulto. Seria, portanto, esse caráter cristalizado da fala do adulto, conferindo uma rigidez à fala da criança, o que conferiria ao desmentido seu potencial traumatizante, e não propriamente a realidade do evento.

[...] esse desmentido só terá valor traumático e desestruturante se o enunciado da criança for atribuído ao registro da mentira absoluta e o enunciado do adulto ao da verdade absoluta. Se, ao escutar a criança, o

adulto reduz o enunciado que ouviu a um enunciado unívoco e profere então um desmentido também unívoco, toda a possibilidade e registro simbólicos estão comprometidos, pois a univocidade não permite a dúvida. A dúvida é própria do reconhecimento da ambigüidade, é própria do simbólico (...) É devido à ambigüidade fornecida pelo adulto à criança que esta pode produzir sentidos, construir registros psíquicos e criar condições para a emergência do aparato egóico. Se, ao invés disso, o que recebe e o que fala é reduzido ao unívoco, então a inscrição psíquica se torna impossível (PINHEIRO, 1995, p. 77-8).

Permito-me, com isso, uma pequena digressão. Em minha experiência com casos de abuso sexual infantil, muitas vezes deparei-me com situações em que era evidente que o relato da criança encontrava-se muito mais calcado em fantasias que em atos concretos. Mostrava-se comum, contudo, que tais falas fossem tomadas por mães, responsáveis, ou até mesmo profissionais do serviço, como da ordem da realidade concreta, conferindo valor de verdade incontestável à ocorrência do episódio de violência. Em vista do que foi até aqui abordado, questiono-me acerca dos efeitos que tal situação pode ter na criança; ou seja, a possibilidade de que também uma situação como esta, em que o adulto, ao conferir valor de realidade de forma unívoca à fala da criança, também não estaria incorrendo no mesmo mecanismo do desmentido, já que, também nesse caso, a palavra não seria portadora de ambigüidade, incapaz, portanto, de ser polissêmica.

É evidente que resta ainda muito que se discutir a respeito da problemática até aqui abordada. A violência sexual infantil, especificamente no que concerne sua definição e estatuto, é demasiadamente complexa para ser tratada em sua totalidade no âmbito deste trabalho. Suponho, contudo, que as questões aqui levantadas, bem como os indícios encontrados para suas soluções, formam um substrato suficientemente útil para a construção desta pesquisa.

Com isso, penso já ser possível passar ao segundo tópico proposto como sustentador da discussão à qual esta pesquisa se pretende, ou seja, a noção de transmissão psíquica entre gerações. Procurarei, portanto, no próximo capítulo, investigar as construções teóricas realizadas tanto por Freud como por outros psicanalistas sobre o tema para, em seguida, retomar o caso clínico sob esse aspecto.

6. A transmissão psíquico-geracional e seus fundamentos no percurso freudiano

A preocupação com a transmissão de conteúdos psíquicos entre as gerações teve sua origem entre os psicólogos sistêmicos, como nos aponta Inglês-Mazzarella (2006). Ao contextualizar a trajetória dos estudos psicanalíticos sobre transmissão geracional, a autora nos aponta que foram os psicanalistas de família que se apropriaram da questão de forma a conceituá-la de acordo com os preceitos da psicanálise. Assim, alguns nomes tornaram-se referência na abordagem do assunto: N. Abraham e M. Torok, R. Kaës, P. Aulangier, H. Faimberg, M. Enriquez, J. J. Baranes, entre outros. Cada um desses autores trouxe sua contribuição específica para o desenvolvimento do tema. Contudo, podemos destacar como objetivo comum de suas investigações a explicação de fenômenos detectados na clínica que não são suscetíveis de uma explicação que possa ter como base apenas a história singular do sujeito. Em especial a clínica com psicóticos, pacientes *borderline* e de sujeitos que vivenciaram situações de extrema violência indicaram a esses psicanalistas a limitação de uma concepção de sujeito determinado apenas por sua própria história. Tornava-se necessária uma ampliação da escuta desses sujeitos, a qual abrangesse questões que estavam além de suas existências. Marcas produzidas em gerações anteriores, mas que produzem efeitos no presente, sobre alguém que, aparentemente, nada tem a ver com aquilo.

O conceito de transmissão é fundamental para a perspectiva sob a qual pretendo abordar determinados casos de abuso sexual infantil. Portanto, um dos objetivos deste trabalho é situar tal conceito ao longo da obra freudiana, buscando nessa fonte os fundamentos que vêm permitindo que

outros psicanalistas aprofundem seus estudos sobre o fenômeno, chegando estes a inaugurar um campo específico de pesquisa. Acompanhar o percurso de Freud nas suas construções acerca da transmissibilidade psíquica é, portanto, um dos objetivos dessa etapa da pesquisa.

Ao falar em transmissão do psiquismo, fala-se também, necessariamente, da questão da constituição do sujeito, sendo que, para a psicanálise, o sujeito que interessa é o sujeito do inconsciente – seus desejos, suas fantasias e seus modos de funcionamento. Ao discutir a problemática do sujeito em psicanálise, Birman (1997) adverte sobre o fato de que a teoria construída por Freud tenha dado margem a diferentes concepções de sujeito dentro da própria psicanálise. Segundo o autor, enquanto algumas dessas concepções firmam suas bases na idéia de um eu monádico e auto-engendrado, são as correntes que consideram a alteridade como principal fundamento da constituição do sujeito que de fato sustentam a grande inovação psicanalítica, ou seja, o sujeito descentrado da consciência: o sujeito do inconsciente. Entendo que é esta concepção de sujeito que possibilita avanços teóricos e clínicos no âmbito das transmissões psíquicas.

René Kaës, psicanalista francês que se dedica ao estudo do sujeito do e no grupo, realiza com admirável rigor e crítica o que, sem dúvida, podemos caracterizar como sendo uma análise epistemológica do conceito de transmissão em Freud. Assim, o autor foi escolhido como direcionador na trajetória que pretendo construir na elaboração dessa parte da pesquisa.

Como assinala Kaës (2001), é possível encontrar ao longo de todos os escritos de Freud suas construções teóricas sobre o tema, bem como suas implicações na disciplina que fundava. Ao introduzir a questão da transmissão em Freud, Kaës ressalta a diversidade de sentidos dos termos (igualmente diversos) utilizados para discutir o que e como se

transmite entre sujeitos, grupos e gerações. Essa polissemia que marca a noção freudiana de transmissão decorre do fato de que o tema foi abordado por Freud por vários vieses; ou seja, foram diversos os objetos de investigação por ele escolhidos para elaborar a questão.

O debate sobre a etiologia da neurose e sua transmissibilidade por via psíquica apresenta-se como uma das linhas de investigação freudiana acerca do tema. Freud (1896), em meio ao debate sobre a hereditariedade das neuroses, defende que a determinação do tipo de neurose está mais na história pessoal e familiar do sujeito adoecido psicologicamente que na sua bagagem recebida por herança. Portanto, nesse momento, Freud reconhece certa importância da hereditariedade no processo de adoecimento, atribuindo-lhe a função de “multiplicador”; como o fio multiplicador no circuito elétrico, que, apesar de aumentar o desvio visível da agulha, não determina sua direção.

Uma outra linha de investigação explorada por Freud no que concerne a transmissão psíquica é exposta em seu texto de 1914, “Sobre o narcisismo: uma introdução”. Nesse trabalho a via narcísica é destacada como fundamental nos processos de transmissão. A idéia central refere-se à explicação do afeto parental em relação à criança como sendo fruto de um reviver do próprio narcisismo. Já antes de nascer, um filho representa para os pais não apenas a ilusão da imortalidade, da continuidade, mas também a esperança de verem realizados desejos não satisfeitos por eles. A criança vai, assim, ao encontro desses desejos e expectativas, mas também das faltas e frustrações, apossando-se de fantasias que originariamente pertenciam a outros. Estamos aqui, portanto, no âmbito da constituição do sujeito.

Há, sem dúvida, muitos outros escritos em que Freud explora a questão da transmissão psíquica, abordando

inclusive outros aspectos tão importantes quanto os aqui citados. Kaës (2001) faz uma demarcação interessante quanto a esses diversos territórios de investigação abordados por Freud acerca do tema, sendo eles: a transmissão intrapsíquica, a transmissão intersubjetiva, a questão da formação do eu e a transmissão transpsíquica.

O autor aponta como texto de referência para o primeiro tipo “A interpretação dos sonhos” (1900). Nesse contexto são pensados os movimentos no âmbito do aparelho psíquico. Trata-se de “saber o que se transmite ou se transfere (no sentido de transporte ou de translação) em intensidade e em representação na passagem da vigília para o sonho, do Inconsciente para o Pré-consciente, do Pré-consciente para o Consciente, dos pensamentos latentes para o relato manifesto...”. (KAËS, 2001, p.30) Nesse caso, portanto, a transmissão é dita “intrapsíquica” porque diz respeito aos mecanismos referentes ao funcionamento de um único sujeito.

Na transmissão intersubjetiva operam aqueles processos já mencionados ao tratarmos da via narcísica da transmissão. É o grupo familiar que fornece as primeiras condições de possibilidade para que o sujeito se constitua em um espaço psíquico compartilhado. Esse espaço, ou esse conjunto intersubjetivo, tem como objetivo garantir a possibilidade de troca, de estabelecimento de vínculos, de investimentos narcísicos entre os membros desse conjunto.

Ao incluir a formação do Eu dentre os objetos de investigação freudiana das transmissões, Kaës destaca a importância da função de mediação dessa instância psíquica. Como intermediário, o Eu é o responsável pela articulação entre mundo interno e mundo externo. Em “Psicologia de grupo e análise do ego”, Freud (1921) explicita o que ocorre nos fenômenos de massa, nos quais as identificações levam os sujeitos a perderem seus limites, passando a haver uma

confusão entre o que é o sujeito e o que é o outro. Isso acontece por causa do enfraquecimento das barreiras do eu, o que torna o sujeito incapaz de se apropriar do que lhe é transmitido no grupo, dado que nem os afetos, nem as representações foram passíveis de transformação pelo ego.

Esse fenômeno de massas apresenta-se como um exemplo do que os teóricos da área têm denominado atualmente de transmissão transpsíquica, sendo este, portanto, o quarto território demarcado por Kaës no percurso freudiano da questão. O autor ressalta que há uma diferença entre o que se transmite “entre” sujeitos e do que se transmite “através” deles. Neste caso, não há experiência de separação entre sujeito e objeto, o que não permite uma ação transformadora sobre o que é transmitido. Assim, diferentemente do que se passa na intersubjetividade, o transpsíquico acarreta conseqüências da ordem da rigidez e da não-transformação.

A transgeracionalidade diz respeito a uma repetição que está aquém da inscrição. Impossível de ser falado e simbolizado, esse não-dito é *mostrado*, na busca de vir a ter alguma representação possível. (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p. 107) Segundo Abraham e Torok¹⁰, é um processo de incorporação, resultado de uma impossibilidade de introjeção, que se encontra na raiz da transmissão transgeracional.

É por meio do mecanismo da incorporação que se instala no seio do ego uma nova configuração psíquica proposta por Abraham e Torok, a cripta, representada pelo enterro ou pela conservação de uma experiência indizível no interior do psiquismo de

¹⁰ Algumas idéias desses autores serão mais detidamente examinadas em outro momento deste trabalho.

um sujeito. O fantasma, que se origina a partir da cripta de uma outra pessoa, consiste na realidade vergonhosa ou no segredo de um ascendente que o descendente carrega sem saber. (FERREIRA; PONS, 2003, p.24)

A proposta de estudar os fenômenos de abuso sexual infantil à luz das teorias sobre as transmissões psíquicas pressupõe que esse tipo de acontecimento, em grande parte dos casos, não se deve apenas ao acaso, mas guarda importantes relações com os tipos de vínculos, conscientes e inconscientes, que são estabelecidos nos grupos dos quais o sujeito faz parte, fundamentalmente o grupo familiar. Minha experiência com esses casos fez-me considerar a possibilidade de que certas situações de abuso sexual – em especial aquelas em que a mãe carrega uma experiência semelhante – atuem como uma espécie de “resposta” àquilo que foi transmitido de forma transpsíquica de uma geração a outra.

Porém, antes de retomarmos o caso em estudo e analisá-lo sob esse ângulo, proponho-me a um estudo mais pormenorizado dos textos freudianos que julgo especialmente profícuos no fornecimento de material para trabalhar o problema da transmissão psíquica. São eles o já exposto “Totem e tabu” de 1912/13, o também já citado “Psicologia de grupo e análise do ego” de 1921 e, por fim, um dos últimos trabalhos de Freud, publicado em sua íntegra em 1938 e intitulado “Moisés e o monoteísmo – três ensaios”.

6.1. A transmissão e a horda primeva: ressonâncias

Como já nos foi possível conferir, é em “Totem e Tabu” (1912-13) que Freud trata de formas mais primitivas de transmissão da vida psíquica. Nessa obra ele traça suas

primeiras distinções entre a transmissão da vida psíquica pela via da identificação aos modelos parentais e a transmissão genérica, marcada essencialmente por traços advindos de gerações anteriores ao sujeito, ou seja, de sua pré-história. Nesse trabalho Freud deixa clara sua hipótese filogenética da transmissão, ainda que admitindo o caráter especulativo de suas construções. Ao elaborar o mito da horda primeva, no qual os irmãos se unem para assassinar o pai e assim terem acesso às mulheres e ao poder, Freud justifica o surgimento do sentimento de culpa, o qual se dá em função do retorno da afeição recalçada. Cometido o crime, o grupo se vê obrigado a instaurar uma lei proibitiva, de modo a impedir que o ato se repita na tentativa de outros irmãos de ocuparem o lugar anteriormente detido pelo pai. Assim, tanto a proibição do incesto quanto a proibição de matar o pai firmam-se como tabus que visam evitar os motivos que levaram os filhos a assassinar o pai. Com isso, Freud postula o sujeito como herdeiro de um crime e, portanto, de uma culpa, referentes a atos miticamente cometidos por ancestrais.

O tabu, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos. [...] Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social. Possivelmente, contudo, em gerações posteriores devem ter-se tornado 'organizadas' como um dom psíquico herdado. Quem pode afirmar se coisas

tais como 'idéias inatas' existem ou se no presente exemplo atuaram, isoladamente ou em conjunto com a educação para ocasionar a fixação permanente de tabus? Mas uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa. (FREUD, 1912-13, p.48)

A partir daí, a questão passa a ser a forma como se dá a transmissão desses conteúdos psíquicos de uma geração à outra. Como vimos em capítulo anterior, a hipótese levantada por Freud pressupõe a existência de uma "mente coletiva", a qual funcionaria principalmente pelas falhas do recalque (o qual, segundo Freud, nunca é totalmente bem sucedido), no sentido de que aquilo que escapa desse processo é o que possibilita a formação dos elos entre as gerações.

Ao aproximarmos essa questão do caso clínico apresentado, a nossa pergunta de pesquisa começa a tomar contornos mais nítidos: seria a experiência de abuso sexual um conteúdo psíquico transferido de uma geração a outra nos moldes expostos acima? Mostrar-se-ia pertinente falar em uma mente coletiva de um grupo familiar onde tais falhas de recalque propiciariam a repetição de uma violência?

É fato que Freud tratava de um fenômeno muito mais amplo e geral no desenvolvimento de suas idéias em "Totem e tabu", afinal, ele buscava explicações para as origens da sociedade e da religião. Suas proposições sobre o assunto eram ainda iniciais e pouco elucidativas, o que me exige seguir adiante na busca por recursos para solucionar a questão na medida da especificidade de minha experiência.

Mezan (1985) ressalta que o próprio Freud reconhecia

as limitações de sua hipótese, estando estas, segundo aquele autor, relacionadas ao fato de que a solução freudiana remete-se necessariamente ao lamarckismo, ou seja, à teoria de que caracteres adquiridos podem ser transmitidos hereditariamente.

O fato é que os homens contemporâneos abrigam em seu inconsciente tendências idênticas às dos irmãos da horda: é para dar conta disso que intervém o recurso à tese lamarckiana da hereditariedade dos caracteres adquiridos, e não apenas no nível biológico, mas também no nível psíquico. A solução freudiana consiste em falar na hereditariedade de “disposições” psíquicas, que no entanto necessitam dos estímulos da vida individual para poderem agir. (MEZAN, 1985, p.340)

Existem ainda outros momentos nesse trabalho de Freud em que a questão da transmissão aparece, mesmo que de forma menos anunciada. É o caso da transmissibilidade do tabu, abordado no segundo ensaio, em que são examinadas as similaridades entre o tabu e a neurose obsessiva.

Nosso interesse por esse aspecto repousa sobre a idéia de que, naquelas sociedades primitivas, a violação de um tabu transforma o próprio transgressor em tabu.

Freud supõe que tal situação deriva da condição de incitação à transgressão que tal pessoa adquire. Ora, se ela concretizou seu desejo, por que outras não o poderiam fazer? Isso se deveria a uma tendência à imitação do exemplo. Também algo da transmissibilidade do tabu pode ser encontrado na neurose obsessiva. Trata-se do mecanismo de

deslocamento, ou seja, as proibições estendem-se de um objeto a outro, assim como uma pessoa torna-se ela própria tabu ao transgredi-lo.

A violação de um tabu transforma o próprio transgressor em tabu [...] A fonte do tabu é atribuída a um poder mágico peculiar que é inerente a pessoas e espíritos e pode ser por eles transmitido por intermédio de objetos inanimados. Pessoas ou coisas consideradas como tabu podem ser comparadas a objetos carregados de eletricidade; são a sede de um imenso poder transmissível por contato e que pode ser liberado com efeito destrutivo se os organismos que provocam sua descarga são fracos demais para resistir a eles. (Encyclopaedia Britannica, 1910-11, citada por Freud, 1912-13, p.39).

Isso me leva a pensar em um interessante aspecto de minha experiência com casos de abuso sexual, o qual diz respeito à vergonha que os sujeitos vitimados por tais atos sentem de sua condição. Não é raro detectar em suas falas uma crença de que, a partir do momento da violência sofrida, a sociedade passou a evitar contato com eles. Obviamente, é difícil averiguar a realidade desse comportamento na sociedade a partir da clínica, já que nesta lidamos com a realidade psíquica daquele único sujeito. Contudo, o fato deste último sentir-se, muitas vezes, impuro e indigno de aproximação de seus semelhantes remete-nos à transmissibilidade do tabu como descrita acima. Assim, parece-nos viável afirmar que, como nos povos primitivos e

na neurose obsessiva, também nas situações de abuso sexual e/ou incesto o poder de transmissão do tabu se faz presente. O modo como esses sujeitos se posicionam diante da sociedade após terem sofrido a violência parece, portanto, corresponder a uma idéia de que eles próprios tornaram-se “tabu” – representam sua transgressão – o que os torna perigosos ao contato.

Dado que o texto de 1912-13 já foi examinado mais detidamente em capítulo anterior, passemos agora ao segundo texto proposto a exame – “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921) – no qual a questão do contágio psíquico é privilegiada por Freud em suas investigações sobre os fenômenos das coletividades.

6.2. O contágio mental

O intrincamento entre a psicologia individual e a social, mencionado ao final de “Totem e tabu”, é retomado logo nas primeiras linhas desse trabalho. É interessante notar que nele o limite entre indivíduo e coletividade se enfraquece no que tange a vida psíquica e seus mecanismos.

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1921, p.81)

Freud afirma que a tarefa de uma psicologia de grupo

é responder a questões acerca de como um grupo pode influenciar tão decisivamente a mente de um indivíduo, assim como sobre a natureza da alteração mental que ele força no indivíduo. Na sua proposta de esclarecimento do problema, Freud recorre às descrições de Le Bon a respeito dessas alterações. Nesse momento, chama-nos a atenção uma citação deste último autor, a qual já sugeria uma transmissibilidade psíquica de conteúdos inconscientes entre diferentes gerações:

Nossos atos conscientes são o produto de um substrato inconsciente criado na mente, principalmente por influências hereditárias. Esse substrato consiste nas inumeráveis características comuns, transmitidas de geração a geração, que constituem o gênio de uma raça. Por detrás das causas confessadas de nossos atos jazem indubitavelmente causas secretas que não confessamos, mas por detrás dessas causas secretas existem muitas outras, mais secretas ainda, ignoradas por nós próprios. A maior parte de nossas ações cotidianas são resultados de motivos ocultos que fogem à nossa observação. (Le Bon¹¹, 1895, p.30 *apud* FREUD, 1921, p.84-5)

Freud também encontra em Le Bon descrições de um fenômeno que passará a denominar de “contágio mental”. Este autor identifica em suas observações dos grupos uma tendência dos indivíduos a apresentarem determinadas ações que, fora das massas a que se encontram ligados, ser-lhes-iam

¹¹ Le Bon, G. (1895) *Psychologie des foules*, Paris.

completamente estranhas e dificilmente postas em ato. Não só as ações, mas também os sentimentos são contagiosos em um grupo, sendo que o indivíduo facilmente sacrifica seus interesses pessoais em prol dos interesses do grupo.

Acrescenta ainda que o contágio dá-se em decorrência da sugestionabilidade que os indivíduos do grupo exercem entre si. O modelo para tal fenômeno seria o da hipnose. “A personalidade consciente desvaneceu-se inteiramente; a vontade e o discernimento se perderam. Todos os sentimentos e o pensamento inclinam-se na direção determinada pelo hipnotizador.” (Le Bon, 1929, p.30 *apud* FREUD, 1921, p.86)

Freud concorda com essa tese, ou seja, de que no grupo os indivíduos perdem em capacidade intelectual e sofrem uma intensificação da emoção. Parece-lhe verídico também que o que rege tal fenômeno é o poder de sugestão existente nos grupos. “Estaremos assim preparados para a assertiva de que a sugestão (ou, mais corretamente, a sugestionabilidade) é na realidade um fenômeno irreduzível e primitivo, um fato fundamental na vida do homem.” (FREUD, 1921, p.100)

Isso não quer dizer, alerta-nos ele, que devemos aceitar a falta de explicação para tal fenômeno. Passa então a buscar na teoria psicanalítica as bases para tal explicação. Para isso lança mão do conceito de libido como fundamento para esclarecer o problema.

O conceito de libido apresentado nesse texto repousa sobre a noção de Eros, amor. Trata-se de um tipo de energia, considerada como uma magnitude quantitativa daquelas pulsões relacionadas ao sentimento de “amor”. Porém, Freud é incisivo em afirmar que o núcleo do que significamos por amor consiste no amor sexual; ou seja, tem a união sexual por objetivo. Assim sendo, mesmo aqueles afetos aparentemente livres de uma intenção como esta – o amor próprio, entre

irmãos, pelos pais, a uma idéia, a amizade, o amor pela humanidade em geral – possuem também como substrato, como origem, o objetivo sexual.

Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais; nas relações entre os sexos, esses impulsos forçam seu caminho no sentido da união sexual, mas, em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade [...] (FREUD, 1921, p.101)

A suposição da qual parte Freud na sua investigação da sugestibilidade é de que o indivíduo abandona sua distintividade por amor aos outros do grupo. É, portanto, atribuído a Eros o poder de união não só dos membros de um grupo, mas de tudo no mundo que se mantém unido.

Pareceria que nos achamos no caminho certo para uma explicação do principal fenômeno da psicologia de grupo: a falta de liberdade do indivíduo no grupo. Se cada indivíduo está preso em duas direções por um laço emocional tão intenso, não encontraremos dificuldade em atribuir a essa circunstância a alteração e a limitação que foram observadas em sua personalidade. (FREUD, 1921, p.107)

Assim, a hipótese apresentada por Freud para explicar os fenômenos de grupo apóia-se na idéia de que os laços libidinais existentes entre os indivíduos suscitam uma limitação em seus narcisismos, o que causa uma uniformidade entre eles.

Frente a isso, resta saber, afirma Freud, qual é a natureza desses laços existentes nos grupos. Não se trata de pulsões com objetivos diretamente sexuais, como os apresentados nas neuroses, mas sim de pulsões que foram desviadas de tais objetivos, embora não sejam mais fracas por causa disso. Freud lança mão então do conceito de *identificação*, sendo este um outro mecanismo formador de laços libidinais que não aqueles envolvidos na situação comum de apaixonamento.

6.2.1. Sobre a identificação e o contágio mental

As investigações freudianas acerca da essência dos fenômenos grupais levam-no, como já mencionado, a considerar os pormenores dos processos de identificação. O uso do termo no plural justifica-se ao longo da exposição apresentada na parte do texto intitulada “Identificação”, dado que nela Freud diferencia três modalidades pelas quais se pode dar o processo identificatório.

Tomando como base a formação dos sintomas neuróticos, em especial os histéricos, Freud fornece exemplos esclarecedores dessa distinção, enfatizando os fatores causadores de uma condição em que uma identificação se instaura.

A primeira forma apresentada requer o pressuposto de que a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto. Tal fundamento deve ser compreendido à luz do complexo de Édipo. Tomando por

modelo o caso do menino, o pai é tomado como ideal, ou seja, a criança deseja *ser como* ele, enquanto que a relação com a mãe remete-se a *tê-la* como objeto sexual. Trata-se, portanto, de “dois laços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que o toma como modelo” (FREUD, 1921, p.115). Freud refere-se, nesse momento, a uma tendência de unificação da vida mental, o que leva os dois laços libidinais a se reunirem e formarem o complexo de Édipo como o conhecemos.

O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual do objeto tenha sido feita. É muito mais difícil fornecer a representação metapsicológica clara da distinção. Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo. (FREUD, 1921, p.116)

O segundo modo de ocorrência da identificação resultaria de uma regressão. Neste caso, um objeto que fora alvo de investimento sexual passa a representar um modelo para o ego do sujeito. Freud ilustra essa situação com o caso de histeria de Dora, a qual imitava a tosse do pai, sendo este, originalmente, seu objeto de amor.

Nesse caso, só podemos descrever o estado de coisas dizendo que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação. Já aprendemos que a identificação

constitui a forma mais primitiva e original de laço emocional; frequentemente acontece que, sob as condições em que os sintomas são construídos, ou seja, onde há repressão e os mecanismos do inconsciente são dominantes, a escolha do objeto retroaja para a identificação: o ego assume as características do objeto. (FREUD, 1921, p.116)

O terceiro caso de identificação proposto por Freud diz respeito àquelas situações nas quais não há qualquer tipo de relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada. A identificação dar-se-á, nesse caso, pela percepção do sujeito de uma qualidade comum partilhada com a pessoa tomada por modelo. Mais uma vez, Freud apóia-se nos mecanismos de formação de sintomas histéricos para esclarecer o processo.

Um determinado ego percebeu uma analogia significativa com outro sobre certo ponto [...] Uma identificação é logo após construída sobre esse ponto e, sob a influência da situação patogênica, deslocada para o sintoma que o primeiro ego produziu. A identificação por meio do sintoma tornou-se assim o sinal de um ponto de coincidência entre os dois egos, sinal que tem de ser mantido reprimido. (FREUD, 1921, p.117)

No intuito de revelar os mecanismos subjacentes a esta última forma de identificação, Freud expõe seus achados acerca da melancolia. Veremos ao longo da presente pesquisa

quão importante o estudo dessa patologia se mostrou para os pós-freudianos que se dedicaram ao tema da transmissão psíquica. Desse modo, julgamos fundamental aos propósitos deste trabalho adentrar nas idéias freudianas que fundamentam as concepções daqueles autores.

Na melancolia, afirma-nos Freud, ocorre o que ele chama de introjeção do objeto no ego. Em síntese, um objeto no qual se investira libidinalmente foi perdido, real ou emocionalmente. Frente a essa perda resta ao ego trazê-lo para fazer parte de si como única maneira de mantê-lo presente. Acontece que, na melancolia, o ego sofre uma divisão, sendo que parte dele passa a ser aquela que contém o objeto introjetado, e a outra a constituir o que Freud denomina de “ideal de ego”, ou seja, a parte da consciência responsável pela auto-observação, a moralidade, a censura dos sonhos e em grande parte do mecanismo de repressão. É dessa divisão que decorre a autodepreciação do ego, presente nos estados de melancolia; trata-se do ideal de ego exercendo todo o seu poder sobre a parte do ego que contém o objeto perdido.

Mostra-se de interesse para o problema de pesquisa proposto uma passagem subsequente nesse texto onde Freud, prosseguindo em suas investigações do principal fenômeno de grupo – a sugestibilidade – procura distinguir entre uma condição de identificação e um estado de estar amando, sendo este último descrito pelos termos “fascinação” e “servidão”:

No primeiro caso, o ego enriqueceu-se com as propriedades do objeto, ‘introjetou’ o objeto em si próprio, como Ferenczi [1909] o expressa. No segundo caso, empobreceu-se, entregou-se ao objeto, substituiu o seu constituinte mais importante pelo objeto. (FREUD, 1921, p.123)

Contudo, o próprio Freud problematiza tal explicação no que tange a distintividade entre os dois estados, deixando-nos, ao menos nesse momento, sem uma solução às objeções por ele próprio levantadas:

Uma consideração mais próxima, contudo, logo esclarece que esse tipo de descrição cria uma ilusão de contradições que não possuem existência real. Economicamente, não se trata de empobrecimento ou enriquecimento; é mesmo possível descrever um caso extremo de estar amando como um estado em que o ego introjetou o objeto em si próprio. Outra distinção talvez esteja mais bem talhada para atender à essência da questão. No caso da identificação, o objeto foi perdido ou abandonado; assim ele é novamente erigido dentro do ego e este efetua uma alteração parcial em si próprio, segundo o modelo do objeto perdido. No outro caso, o objeto é mantido e dá-se uma hipercatexia dele pelo ego e às expensas do ego. Aqui, porém, apresenta-se nova dificuldade. Será inteiramente certo que a identificação pressupõe que a catexia de objeto tenha sido abandonada? Não pode haver identificação enquanto o objeto é mantido? (FREUD, 1921, p.124)

Essas e outras questões referentes aos processos identificatórios serão retomadas e melhor analisadas em outro

momento deste trabalho, especialmente no que tange as elaborações de autores pós-freudianos que, baseados em idéias de Sándor Ferenczi, desenvolveram o problema da transmissão psíquica entre gerações. Contudo, não poderia deixar de fazer referência ao tema ao tratar deste texto de Freud, já que é neste que o conceito de identificação encontra sua apresentação mais completa, como nos aponta Laplanche e Pontalis (2001).

Após fazer um paralelo do grupo com a situação da hipnose, sendo que esta última seria propriamente um “grupo de dois indivíduos”, cuja única diferença com o primeiro seria a ausência de objetivos diretamente sexuais, Freud propõe uma fórmula para a constituição libidinal dos grupos: “é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego.” (FREUD, 1921, p.126)

Seguindo em sua busca por uma explicação do fenômeno da sugestão, Freud retoma sua hipótese acerca da origem da civilização exposta em Totem e Tabu (1912-13). Parte da premissa de que o grupo é, na realidade, uma revivescência da horda primeva. Assim, o líder do grupo como o conhecemos hoje é similar ao pai da horda primeva do mito emprestado de Darwin por Freud.

Sendo a sugestão fenômeno próprio tanto dos grupos quanto da hipnose, Freud passa então a analisar esta última tendo como pano de fundo a característica enigmática da hipnose, argumentando que “a característica de mistério sugere algo de antigo e familiar que experimentou uma repressão”. (FREUD, 1921, p.136)

Sua exposição segue-se com a afirmação de que a base da condição de hipnose é a crença de que o hipnotizado

tem de que o hipnotizador possui um poder misterioso, o qual deve ser o mesmo encarado pelos povos primitivos como a fonte do tabu.

A submissão ao hipnotizador, que decorre da indução deste a um estado onde o hipnotizado concentra inconscientemente toda a sua atenção no primeiro, faz despertar no sujeito sua herança arcaica quanto àquilo que outrora o tornara submisso e temente aos genitores, assim como os irmãos da horda primeva se comportavam e se sentiam em relação ao pai.

As características misteriosas e coercivas das formações grupais, presentes nos fenômenos de sugestão que as acompanham, podem assim, com justiça, ser remontadas à sua origem na horda primeva. O líder do grupo ainda é o temido pai primevo [...] O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal do ego [...] aqui fica como definição para a sugestão: uma convicção que não está baseada na percepção e no raciocínio, mas em um vínculo erótico.

Em nota de rodapé, Freud continua:

Chegamos à conclusão de que a sugestão constitui uma manifestação parcial do estado de hipnose e que esta se acha solidamente fundada numa predisposição que sobreviveu no inconsciente, proveniente da primitiva história da família humana. (FREUD, 1921, p.138)

Com isso, Freud retoma e reafirma suas idéias anteriormente trabalhadas em “Totem e tabu” sobre a transmissão filogenética de disposições psíquicas. O fenômeno do contágio mental passa a ser compreendido, portanto, como uma reedição do passado longínquo, quando o pai da horda exercia a função que hoje é atribuída à instância psíquica do ideal de ego.

6.3. A origem do monoteísmo e as contribuições ao tema da transmissão: a herança arcaica

Chegamos, por fim, ao escrito de 1939 – “Moisés e o monoteísmo: três ensaios” – onde Freud dá continuidade às suas investigações sobre a psicologia de grupo, ampliando e aprofundando suas descobertas expostas nos dois textos já trabalhados: “Totem e tabu” e “Psicologia de grupo e análise do ego”.

De início, vale ressaltar que, apesar de sua base histórica questionável, esse escrito possui grande valor, lembra-nos o editor, em especial no que se refere à realização da análise grupal tomando como pressupostos a análise individual. “Neste sentido, pontuar algumas das questões por ele debatidas pode contribuir para a compreensão do tema da transmissão psíquica, esboçado desde a invenção da psicanálise.” (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p.49)

A empreitada de Freud nesse momento dá-se no sentido de encontrar as origens do monoteísmo e, para isso, remete-se à história do nascimento do judaísmo e de seu fundador – Moisés. Sua hipótese é de que este era, na realidade, egípcio, e que, por consequência, a religião judaica remontaria, em última instância, a uma religião egípcia.

Não me deterei aqui em todos os argumentos

utilizados por Freud na defesa de sua hipótese, tampouco entrarei em discussões acerca da confiabilidade histórica do que nos apresenta. Meu interesse é extrair desse texto elementos que me permitam prosseguir no estudo sobre a transmissão psíquica entre gerações, o que certamente ele nos oferece, dadas as referências que os autores ocupados com a questão fazem a este que foi um dos últimos escritos de Freud.

Mostra-se importante para os propósitos desta pesquisa, contudo, uma das linhas de investigação utilizada pelo autor, a qual segue os métodos já utilizados nos dois trabalhos acima citados, qual seja: a comparação entre a psicologia coletiva e a individual. Trata-se de um dos argumentos de Freud no intuito de provar a origem oculta de Moisés – egípcia –, constituindo-se este fato como um importante operador na transmissão da tradição judaica entre as gerações, como veremos mais adiante.

Ao analisar o mito de Moisés, a função dos mitos em geral é aproximada do desenvolvimento psíquico da criança como a psicanálise a revelou, em especial na sua relação com os pais.

A lenda sobre a origem do legislador do judaísmo conta que, nascido de pais humildes, foi encontrado dentro de um cesto por uma princesa egípcia nas margens do rio Nilo, por quem foi criado.

Com base em um livro de Otto Rank – “O Mito do Nascimento do Herói” – Freud propõe uma “lenda média”, subjacente a todas aquelas que se propõem a explicar a origem de grandes homens da história de diferentes nações. Seriam algumas de suas características: pais altamente aristocráticos; dificuldades antecedentes à sua concepção, comumente profecias alertando sobre o perigo de seu nascimento, geralmente relacionadas ao pai; em consequência desse perigo, a criança é abandonada, comumente às águas, num

cesto; é encontrada por mulher humilde ou animal, que o cria; redescobre sua origem, após crescido, vingando-se do pai e alcançando reconhecimento e glória.

Tal essência dos mitos refere-se, diz-nos Freud, à história familiar do indivíduo como a psicanálise a revelou. No início da infância, a criança eleva os genitores, especialmente o pai, ao lugar de máxima grandeza e importância, condição que remete à aristocracia das lendas mencionadas. Em consequência da rivalidade e desapontamentos próprios à relação com os pais, a criança constrói seu poder de crítica sobre os mesmos, o que provoca o desligamento necessário para a sua autonomia. Esse momento é evidenciado nos mitos pela família humilde que acaba por criar a criança.

Freud chama a atenção, entretanto, para o fato de que no mito do príncipe do Egito ocorre uma inversão quanto à família de origem e a adotiva. Há nisso um forte propósito, dado o contexto onde esse grande homem se situa. Em síntese, essa contradição com os outros mitos deveu-se à necessidade de abolir a origem nobre do homem Moisés de modo que o povo judeu, escravo no Egito, pudesse se identificar com ele.

[...] em todos os casos em que foi possível verificá-la, a primeira família, aquela por quem a criança foi exposta, era a inventada, e a segunda, na qual ela foi recebida e cresceu, a real. Se tivermos a coragem de reconhecer essa asserção como universalmente verdadeira e como aplicável também à lenda de Moisés, então, imediatamente, veremos as coisas de modo claro: Moisés era um egípcio – provavelmente um aristocrata – sobre quem a lenda foi inventada para

transformá-lo num judeu. [...] Ao passo que normalmente um herói, no correr de sua vida, se eleva acima de seu começo humilde, a vida heróica do homem Moisés começou com ele descendo de sua posição elevada e baixando ao nível dos Filhos de Israel. (FREUD, 1939, p.26)

Assim, ao longo da primeira parte do texto, Freud busca na história e no texto sagrado vários outros elementos que confirmem sua suposição. Com isso, chega à conclusão de que é a origem ocultada de Moisés a causa das passagens enigmáticas e incompreensíveis do texto bíblico (Inglês-Mazzarella, 2006). Assim, em sua busca por uma verdade histórica sobre a origem do monoteísmo, Freud observa que em quase toda parte do texto bíblico é possível verificar lacunas e contradições óbvias, sendo estas indícios de ocultação de algo importante.

Em suas implicações, a deformação de um texto assemelha-se a um assassinato: a dificuldade não está em perpetrar o ato, mas em livrar-se de seus traços. Bem poderíamos emprestar à palavra ‘*Entstellung* [deformação]’ o sentido duplo a que tem direito, mas do qual, hoje em dia, não se faz uso. Ela deveria significar não apenas ‘mudar a aparência de algo’, mas também ‘pôr algo em outro lugar, deslocar’¹². Por conseguinte, em

¹² Em nota rodapé Freud esclarece que ‘*Stelle*’ significa ‘um lugar’, e ‘*ent-*’ é um prefixo que indica mudança de condição.”

muitos casos de deformação textual, podemos não obstante esperar descobrir que o que foi suprimido ou renegado está oculto em outro lugar, embora modificado e despojado de seu contexto. Apenas, nem sempre será fácil reconhecê-lo. (FREUD, 1939, p.54)

Esta se mostra, portanto, como sendo uma das passagens que revela a importância desse texto no que tange à questão da transmissão psíquica entre gerações. Trata-se de uma confirmação do que já havia sido dito em “Totem e tabu”, sobre a forma como as mensagens são passadas de geração a geração que não apenas pela transmissão direta.

Em seguida, Freud destaca como fato mais importante da religião judaica a lacuna existente entre a legislação de Moisés e a religião judaica posterior. Tal afirmação só faz sentido se estivermos cientes de outra hipótese freudiana construída a partir dos cruzamentos entre seus estudos históricos e bíblicos. Em síntese, trata-se da idéia de que a religião judaica formou-se a partir da união de dois elementos distintos – a imposição feita por Moisés de um Deus único e universal ao povo judeu que vivia no Egito e a adoração ao deus Javé pelas tribos semitas que viviam em Cades, região entre a Palestina, a Península de Sinai e a Arábia.

Tal hipótese pressupõe ainda uma outra, a de que Moisés teria sido assassinado pelo próprio povo que conduziu para fora do Egito e a quem forneceu a crença de serem o povo escolhido de Deus. O enredo seria então o seguinte: após a morte do homem Moisés, algumas gerações (três ou mais) se passaram até o encontro dos imigrantes do Êxodo com os

adoradores de Javé. A união das duas histórias mostrou-se conveniente para ambos. Enquanto os últimos necessitavam renegar a novidade e o caráter estrangeiro de uma divindade vulcânica local (Javé), aumentando a devoção do povo ao mesmo, os seguidores de Moisés procuravam manter as lembranças da libertação do Egito, bem como eternizar a figura de seu grande líder¹³.

Dois líderes foram então unidos em um só, na figura de Moisés, o libertador, sendo que as leis mosaicas acabaram se sobrepondo às crenças dos povos de Cades. Assim, “o fato central do desenvolvimento da religião judaica foi que, com o decorrer do tempo, o deus Javé perdeu suas próprias características e começou a assemelhar-se cada vez mais ao antigo deus de Moisés...” (FREUD, 1939, p.77)

O ponto que nos interessa disso tudo é o tempo transcorrido entre uma cultura e outra e o retorno e permanência de uma tradição (mosaica) com tanta força após esse tempo. A pergunta que se impõe diz respeito a um “efeito retardado”, nas próprias palavras de Freud.

Seguindo sua linha de investigação, que toma como modelo as neuroses individuais, Freud toma como paradigma a neurose traumática, onde os sintomas não aparecem antes que decorra um período de tempo a partir da ocorrência do evento que se tornará traumático. Esse tempo é definido como “período de incubação”, como alusão às doenças infecciosas.

Refletindo, deve impressionar-nos que, apesar da diferença fundamental entre os dois casos – o problema da neurose traumática e do monoteísmo judaico –

¹³ Esta última motivação tinha como base a culpa pelo seu assassinato, o que nos remete novamente a Totem e tabu.

exista, não obstante, um ponto de concordância; a saber: a característica que poderia ser descrita como 'latência'. Segundo nossa ousada hipótese, na história da religião judaica houve, após a defecção em relação à religião de Moisés, um longo período durante o qual não se detectou sinal algum da idéia monoteísta, do desprezo pelo cerimonial, ou da grande ênfase dada à ética. Assim, ficamos preparados para a possibilidade de que a solução de nosso problema deva ser procurada numa situação psicológica específica. (FREUD, 1939, p.82)

O que mais surpreende nesse episódio da história, diz-nos Freud, é a força com que a religião mosaica se impôs apesar de inúmeras tentativas dos interessados, naquela época, em banir da história alguns elementos que, por conveniência, deveriam ser esquecidos.

Mas a religião mosaica não se desvaneceu sem deixar traço; algum tipo de lembrança dela manteve-se viva: uma tradição possivelmente obscurecida e deformada. E foi essa tradição de um grande passado que continuou a operar (do fundo da cena, por assim dizer), que gradativamente adquiriu cada vez mais poder sobre a mente das pessoas e que, ao final, conseguiu transformar o Deus Javé no deus mosaico e redespertar para a vida a religião de Moisés que fora introduzida e, depois, abandonada havia longos séculos. Que uma

tradição assim mergulhada no olvido exercesse efeito tão poderoso sobre a vida mental de um povo constitui uma idéia pouco familiar para nós. (FREUD, 1939, p.84)

Parte de meu interesse quanto a esse texto repousa na analogia que Freud faz entre o fenômeno da latência verificado na história do judaísmo e a formação de sintomas neuróticos, o que leva à etiologia traumática dos últimos. Certamente, pode-se considerar esse trabalho sobre psicologia social como sendo uma das importantes fontes que levarão os estudiosos sobre a transmissão psíquica a situar o conceito de trauma como central na explicação do fenômeno.

Ainda sobre o fenômeno da latência, Freud o aborda sob a perspectiva de uma das descobertas fundamentais da psicanálise – o desenvolvimento bifásico da sexualidade. Trata-se da constatação de que a sexualidade humana aflora-se já na primeira infância, sofrendo uma interrupção em seu desenvolvimento próximo aos cinco anos de idade. Entra-se então no período de latência, quando não há manifestações da sexualidade, uma espécie de “adiamento da vida sexual” – nas palavras de Freud – que só será retomada mais tarde, na puberdade. Ligado a isso Freud ressalta ainda o fato da “amnésia infantil”, ou seja, o esquecimento quase que completo das experiências daquele primeiro vivenciar da sexualidade. Quanto a isso, faz a seguinte observação:

Não pode ser psicologicamente indiferente que o período de amnésia infantil coincida com esse período primitivo da sexualidade. Pode ser que esse estado de coisas forneça o verdadeiro determinante para a

possibilidade da neurose, que é, em certo sentido, uma prerrogativa humana e, desse ponto de vista, aparece como vestígio – um ‘*survival*’ – de tempos primevos [...] (FREUD, 1939, p.90)

Com isso já podemos começar a compreender a analogia que Freud propõe entre a história do povo judeu e a psicopatologia, sendo o período de latência, presente em ambos os casos, o elo existente entre algo pertencente à psicologia grupal e outro da psicologia individual.

Tal analogia prossegue quando Freud nos remete ao fato verificado pela análise de que uma neurose infantil raramente transcorrerá diretamente para uma neurose adulta. Geralmente, segue-se a ela um período aparentemente não perturbado, sendo que só tardiamente os sintomas neuróticos virão a manifestar-se, como um efeito retardado do trauma.

O fenômeno de uma latência das neuroses entre as primeiras reações ao trauma e o desencadeamento posterior da doença deve ser considerado como típico. Essa última doença também pode ser encarada como uma tentativa de cura – como mais um esforço para reconciliar com o resto aquelas partes do ego que foram expelidas (*split off*) pela influência do trauma, e uni-las num todo poderoso vis-à-vis o mundo externo. Contudo, uma tentativa desse tipo raramente tem êxito, a menos que o trabalho de análise venha em sua ajuda, e mesmo então, nem sempre; finda, com bastante freqüência, por uma devastação ou fragmentação

completa do ego, ou por ele ser esmagado pela parte que foi precocemente expelida e que é dominada pelo trauma. (FREUD, 1939, p.92)

Com isso, Freud propõe uma mesma fórmula que descreve tanto o desenvolvimento da neurose quanto os fenômenos da religião: trauma primitivo – defesa – latência – desencadeamento da doença neurótica ou do fenômeno religioso – retorno parcial do reprimido. Fica desse modo evidente o método de investigação freudiano já presente nos dois estudos anteriormente apresentados: a explicação de fenômenos da vida coletiva à luz da teoria das neuroses.

Assim, tendo como referência as descobertas realizadas um quarto de século antes em “Totem e tabu”, a constituição da religião judaica, considerada o primeiro monoteísmo da história da humanidade, não seria nada além de que uma repetição das experiências das hordas primevas. O assassinato de Moisés por seu próprio povo, a culpa decorrente desse ato, sua posterior glorificação e a adoração de um único deus à imagem e semelhança do grande líder não parecem deixar dúvidas quanto à pré-existência desse enredo.

A morte de Moisés por seu povo judeu, identificada por Sellin a partir de traços dela na tradição [...], torna-se assim parte indispensável de nossa construção, um vínculo importante entre o evento olvidado dos tempos primevos e seu surgimento posterior sob a forma de religiões monoteístas. (FREUD, 1939, p.103)

Cabe, nesse momento, uma importante observação

sobre uma das teses já proferidas em “Totem e Tabu”, e reafirmada nesse texto de 1939. Trata-se da questão da verdade histórica de determinados fatos como pressuposto para a transmissão de uma tradição. Por isso mostra-se imprescindível o fato do assassinato de Moisés por seu povo, bem como o do pai da horda primeva por seus filhos. Quanto a isso, Mezan (1985) alerta para uma objeção advinda da própria psicanálise, a qual diria que Freud incorreria aqui no mesmo erro do caso da sedução, em que tomava os discursos das histéricas como realidade e não como fantasias inconscientes, como viria a constatar mais tarde. O próprio Freud admite esse risco, porém, parece não encontrar solução melhor para o problema, mantendo, assim, seus pressupostos. Para dar força a essa idéia, lança mão da psicose como um possível paradigma do fenômeno estudado:

Vale à pena acentuar especialmente o fato de que cada parte que retorna do olvido afirma-se com força peculiar, exerce uma influência incomparavelmente poderosa sobre as pessoas na massa, e ergue uma reivindicação irresistível à verdade, contra a qual as objeções lógicas permanecem impotentes: uma espécie de *‘credo quia absurdum’* [creio porque é absurdo]. Essa característica fora do comum só pode ser compreendida segundo o modelo dos delírios dos psicóticos. Há muito tempo compreendemos que uma parte de verdade esquecida jaz oculta nas idéias delirantes, que quando aquela retorna tem de se apresentar com deformações e más compreensões, e

que a convicção compulsiva que se liga ao delírio surge desse cerne de verdade e se espalha para os erros que a envolvem. Temos de conceder a existência de um ingrediente como esse, do que pode ser chamado de verdade histórica, também nos dogmas da religião, os quais, é verdade, apresentam o caráter de sintomas psicóticos, mas que, como fenômenos grupais, fogem à maldição do isolamento. (FREUD, 1939, p.99)

É na última parte do segundo ensaio de “Moisés e o monoteísmo”, que Freud se detém mais claramente na pergunta acerca do “como” se dá a transmissão da tradição ao longo de diversas gerações. Desconfia da simplicidade da solução que se baseia na transmissão oral:

É bastante certo que, no decurso de milhares de anos, foi esquecido o fato de que houvera um pai primevo, com as características que conhecemos, e qual fora a sua sorte; tampouco podemos supor que existisse qualquer tradição oral disso, como no caso de Moisés. Em que sentido, então, uma tradição se torna importante? Sob que forma pode ter estado presente? (FREUD, 1939, p.108)

A analogia com a neurose, a princípio, parece falhar nesse aspecto, pois no caso da psicopatologia individual reconhecemos com a psicanálise que existem, no inconsciente, traços mnêmicos do passado. Falha apenas aparente, diria Freud, apresentando-nos como solução a manutenção da

analogia. “Em minha opinião, existe, a esse respeito, uma conformidade quase completa entre o indivíduo e o grupo: também no grupo uma impressão do passado é retida em traços mnêmicos inconscientes (FREUD, 1939, p.108)”.

Aparece então, nesse momento, a idéia de “herança arcaica”, que diz respeito ao fato de que

[...] aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas também coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética – uma *herança arcaica*. Surgem então as questões de saber em que consiste essa herança, o que contém, e qual é a sua prova. (FREUD, 1939, p.112)

Assim como em “Totem e tabu”, Freud recorre às disposições inatas para dar início a uma resposta ao problema levantado. Tais disposições são inerentes a todos os organismos vivos, e dizem respeito à tendência que cada indivíduo possui de ingressar em linhas específicas de desenvolvimento e de reagir, também de forma específica, a determinados estímulos. Com isso, aproxima-se do que conhecemos por instinto nos animais não humanos. Nestes, a capacidade de agir em uma nova situação como se já fosse conhecida só pode ser explicada, afirma-nos Freud, se considerarmos que eles trazem consigo as experiências da espécie para sua própria e nova existência. Uma concepção como esta diminui “o abismo que períodos anteriores de arrogância humana rasgaram entre a humanidade e os

animais” (FREUD, 1939, p.114). Nesse caso, portanto, os humanos não difeririam muito dos outros animais, pois “sua própria herança arcaica corresponde aos instintos dos animais, ainda que seja diferente em extensão e conteúdo.” (FREUD, 1939, p.114)

Aqui, a hipótese lamarckiana da hereditariedade dos caracteres adquiridos é novamente aludida e expressamente afirmada como condição para a tese freudiana. Freud reconhece a dificuldade de sustentar essa idéia, haja vista a “atitude atual da ciência biológica, que se recusa a ouvir falar na herança dos caracteres adquiridos por gerações sucessivas” (FREUD, 1939, p.114), admitindo mais uma vez sua impossibilidade de prescindir desse fator na explicação do fenômeno.

[...] não temos provas mais fortes da presença de traços de memória na herança arcaica do que os fenômenos residuais do trabalho de análise que exigem uma derivação filogenética, ainda assim essa provas nos parecem suficientemente fortes para postular que esse é o fato. Se não for, não avançaremos, quer na análise quer na psicologia de grupo. A audácia não pode ser evitada. (FREUD, 1939, p.114)

Com isso, Freud postula que assim como nas pessoas também nos grupos as impressões do passado se mantêm sob a forma de traços mnêmicos inconscientes, que foram anteriormente reprimidos. O conceito de herança arcaica vem, portanto, na tentativa de dar conta daquilo que opera no psiquismo sem que se tenha tido a experiência direta, o que

reafirma, portanto, a idéia de transmissão filogenética.

Por fim, resta saber sob que condições determinadas lembranças adquirem o direito de ingressar na herança arcaica, em detrimento de outras, que são relegadas a um passado sem importância atual. A resposta de Freud é simples e clara: o acontecimento relativo a tal lembrança deve ter um elevado grau de importância ou ter-se repetido por diversas vezes, ou ainda, gozar de ambas as circunstâncias. Já seu poder de tornar-se ativa no presente, ou seja, a capacidade da lembrança ingressar na consciência a partir de seu estado inconsciente depende de um “despertar do traço de memória esquecido por uma repetição real e recente do acontecimento” (FREUD, 1939, p.115).

Com isso Freud fecha, na medida do possível, seu raciocínio acerca da grande questão da transmissão – bem como da força – da religião monoteísta. O assassinato de Moisés, como vimos, seria uma reedição do assassinato do pai da horda, sendo este fato o “despertar do traço de memória” evocado por Freud como fator imprescindível ao reavivar da herança arcaica. Disso decorreria, portanto, o caráter compulsivo que se liga aos fenômenos religiosos.

7. A história de Helena e sua filha à luz da transmissão psíquico-geracional

Outros textos da obra freudiana poderiam certamente contribuir para a discussão do tema da transmissão psíquica e a pertinência do uso desta noção na análise do caso apresentado. Contudo, acredito que os três ensaios escolhidos mostram-se suficientes na proposta de compreender o abuso sexual para além de um acidente do acaso na vida de alguns sujeitos que passam por tal experiência.

Como reconhece Kaës (2001), no âmbito da constituição do sujeito, a transmissão se organiza sempre a partir do que falta e falha – a criança se apossa dos desejos não satisfeitos de seus pais. Contudo, o autor aponta para uma negatividade mais radical, à qual a clínica contemporânea nos impele a investigar:

Não é só a partir do que falha e falta que a transmissão se organiza, mas a partir do que não adveio, o que é ausência de inscrição e de representação, ou do que, no modo de encriptação¹⁴, está em estase sem estar inscrito. [...] Na inscrição da transmissão no registro do negativo, na falha da metabolização psíquica e no fracasso do contrato que liga cada qual ao conjunto e o conjunto a cada qual, aparecem mais precisamente as condições necessárias para que o espaço psíquico possa se constituir e para que o processo de transmissão possa se efetuar: embora se verifique

¹⁴ O conceito a que este termo remete será trabalhado adiante neste trabalho.

que talvez seja no que escapa ao nosso querer e à nossa atividade de representação que o essencial da transmissão se dá, é também a *ausência do interdito que torna impossível a representação, o jogo da fantasia, o prazer e o trabalho do pensamento.* (KAËS, 2001, p.20 – grifo nosso)

Essa “ausência do interdito” de que nos fala o autor mostra-se especialmente interessante no que tange o caso clínico tratado nesta pesquisa. O abuso sexual de uma criança efetivado por um adulto remete-nos forçosamente ao interdito do incesto, como já nos foi possível abordar anteriormente. Parece-nos, portanto, que na família da qual faz parte nosso sujeito há uma falha nesse interdito fundamental à sociedade, assim como formulado por Freud em “Totem e tabu” (1912-13).

Mostra-se necessário, nesse momento, retornarmos ao caso clínico de forma a acrescentar fatos importantes decorrentes do desdobramento do processo analítico. Se o que levou à escolha desse caso dentre tantos foi o fato de mãe e filha terem passado por situações semelhantes de abuso sexual, ele se tornou ainda mais instigante quando segredos da história familiar dessas mulheres vieram à tona. Meu objetivo, neste momento, é demonstrar de que modo esse “não-interdito” propicia as condições para que a transmissão em uma negatividade mais radical, como propõe Kaës (2001), opera nos sujeitos desse grupo familiar, sendo o abuso sexual o fenômeno que materializa tal transmissão.

Ocorre que, em determinada sessão, Helena passa a discorrer sobre descobertas recentes sobre sua família, o que se deu em função de uma conversa com uma tia materna. Esta

confidenciou a Helena que também ela própria havia sido vítima de abuso sexual quando pré-adolescente. Trabalhava em uma casa de família e seu patrão passou a molestá-la sexualmente. O caráter de confissão de tal conversa é atribuído ao modo como essa tia admite ter-se posicionado na situação de abuso: no começo tinha muita raiva, mas com o tempo começou a gostar, sendo que chegava a “facilitar” para ele. Porém, credita a isso alguns sérios problemas pelos quais passou no decorrer de sua vida: depressão, tentativas de suicídio e prostituição.

Também nessa conversa, sua tia lhe revela que sua mãe, portanto avó materna de Helena, também sofrera abusos sexuais, no seu caso, por parte do próprio pai. Este se matou com um tiro na cabeça.

A partir daí surgem várias outras situações semelhantes envolvendo seus familiares: um primo que também sofreu abusos, hoje é homossexual; uma prima violentada pelo padrasto; a própria irmã de Helena, que guardou segredo por tanto tempo, hoje admite que também era molestada pelo padrasto.

Além dessas situações propriamente de abuso sexual, Helena revela também condições de relacionamentos amorosos entre membros de sua família no mínimo curiosas. Um deles diz respeito ao fato de que, antes de casar-se com sua mãe, o pai de Helena namorava também com uma de suas tias maternas; ou seja, duas irmãs mantiveram um relacionamento simultaneamente com um mesmo homem. Este acabou por escolher a mãe de Helena para se casar.

Outro fato interessante narrado por Helena diz respeito a um relacionamento entre padrinho e afilhada na sua família, sendo que o primeiro acabou por romper um casamento para se unir à segunda. Hoje são casados e têm filhos.

O interesse especial pelo conteúdo exposto acima

decorre da clareza com que o fato da repetição do abuso sexual se apresenta nessa família. São ao menos quatro gerações de mulheres que, de um jeito ou de outro, viram-se envolvidas em situações que as situam em um quadro de violência sexual como o temos compreendido até o momento. Os últimos dados apresentados dizem-nos ainda algo mais; falam-nos de certa “incestuosidade” das relações familiares, sendo que estas ultrapassam os limites considerados toleráveis socialmente na formação dos laços entre parentes. Cromberg (2001) detecta essa espécie de “clima incestuoso” nas famílias daquelas pacientes que apresentam em sua história a ocorrência de relações sexuais incestuosas:

...o ato incestuoso se dá numa situação incestuosa preexistente, na qual as posições e os lugares familiares estavam permeados por fantasias ou realidades que muitas vezes dizem respeito a mais de uma geração. Esta situação funciona como o murmúrio, o ruído que prepara, à revelia da consciência dos protagonistas, a ocasião do ato sexual incestuoso. O que não foi elaborado psiquicamente pela geração anterior, e às vezes por mais de uma geração, repete-se como ato e não mais como fantasia ou outra representação simbólica na geração seguinte. (CROMBERG, 2001, p.152)

Nesse ponto, mostra-se interessante ao caso trabalhado a noção de herança arcaica proposta por Freud. Como vimos, de acordo com o exposto no texto de 1938, o privilégio de uma lembrança em fazer parte dessa herança deve-se a dois fatores: ao alto nível de importância do acontecimento ao qual

se remete tal lembrança ou à repetição por diversas vezes desse mesmo fato. No caso em estudo, ambas as circunstâncias encontram-se presentes. É inegável a importância do acontecimento – o abuso sexual – assim como sua repetição. Podemos então entender que a violência sexual ingressou na “herança arcaica” da linha feminina dessa família, o que vem perpetuando esse tipo de situação em cada geração que se segue.

A tentativa em compreender o grupo familiar de Helena sob esse aspecto leva-nos a ressaltar a importância dos estudos sobre a psicologia social empreendidos por Freud, nos quais os três textos abordados se inserem. Como ele próprio explicita no trabalho de 1921, o intuito desses estudos é compreender como um grupo pode influenciar um indivíduo. Aqui, pergunto de que modo essa mente coletiva da família de Helena influenciou cada um de seus membros de modo a provocar experiências como as descritas pela paciente.

De acordo com a solução freudiana para o problema da sugestibilidade dos grupos exposta nesse mesmo texto, pode-se supor que a violência sexual, ainda que com variações nas formas como são vivenciadas nessa família, é quase que obrigatória para que seus membros façam parte desse grupo. É por amor ao grupo, como disse Freud, que essas mulheres acabam passando por tais situações.

Minhas investigações até o momento permitem-me, portanto, a prosseguir na hipótese de que estamos diante de fatos interligados, cuja conexão mostra-se ser da ordem de uma transmissão psíquica entre gerações.

O estudo dos textos freudianos a que me propus aponta-nos que o fenômeno da transmissão, seja ela entre indivíduos de um grupo, seja entre povos separados por um grande lapso de tempo, está sempre relacionada a um fato original, no sentido mesmo de origem, inicial.

Assim, vimos que o contágio mental, sustentado pelo poder de sugestibilidade dos grupos, deve sua força e coercitividade a algo que se situa na pré-história de todos os grupos humanos: a relação com o pai da horda primeva. O mesmo se dá no que tange a leitura freudiana acerca da origem do monoteísmo: Moisés surge como uma reedição daquele mesmo pai – ideal e invejado –, sendo que seu assassinato e a tomada de sua religião e deus como únicos a serem respeitados representa tal repetição praticamente sem grandes modificações.

Desse modo, é possível verificar o método utilizado por Freud em sua proposta de desvendar os mistérios relacionados à transmissão inconsciente de tradições e sentimentos. Calçado em uma idéia de filogenia da transmissão, busca nas descobertas psicanalíticas os mecanismos e conceitos que possam explicar esse elo entre indivíduos de uma geração e de outras mais longínquas.

O legado de Freud nesse sentido recebeu grande atenção de psicanalistas pós-freudianos, os quais, no meu ponto de vista, seguiram o mesmo método inaugurado pelo fundador da psicanálise, porém, desenvolvendo e ampliando ainda mais suas idéias, possibilitando, portanto, a evolução da prática e da teoria psicanalíticas.

No intuito de entrar em contato mais próximo com tais desdobramentos das teses freudianas sobre o tema, apresentarei alguns dos conceitos trabalhados pelos autores supracitados e outros que venham a contribuir para a presente discussão.

7.1. Introjeção e incorporação: uma diferenciação fundamental

Como já foi mencionado, as pistas deixadas por Freud no que se refere ao tema da transmissão foram tomadas e criativamente desenvolvidas por Nicolas Abraham e Maria Torok, os quais se tornaram referência para todos aqueles que vieram a se interessar pelo tema. De acordo com Inglez-Mazzarella (2006) são eles os iniciadores da discussão, sendo que com a publicação de *A casca e o núcleo* retomam o conceito de introjeção de Ferenczi, buscando renovar o discurso psicanalítico.

Em função dos limites desta pesquisa não me será possível adentrar tão profundamente nas teorias formuladas por esses autores. Porém, penso ser possível e de grande importância nesse momento abordar algumas de suas noções clínico-conceituais que se encontram no cerne da questão da transmissão psíquica.

O artigo de Maria Torok de 1968, intitulado “Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso”, inicia-se com a apresentação de uma troca de correspondências entre Freud e Karl Abraham no ano de 1922, nas quais o último questionava Freud sobre uma observação clínica quanto aos estados de luto. Tal observação diz respeito a um estado de mania subsequente à perda de alguém, assim como constatado por Freud nos casos de melancolia. A intuição de Abraham era a de que uma investigação sobre esse estado de mania, caracterizado por um crescimento da libido logo após uma perda objetal, poderia se constituir como uma contribuição válida no paralelo luto-melancolia.

Maria Torok confirma as observações mencionadas por Karl Abraham em suas experiências clínicas, colocando como propósito de seu artigo “extrair o ensinamento de sua constatação primeira e clarear com nova luz todos os casos que o divã ensina a qualificar como ‘doença de luto’”. (TOROK, 1995, p.218) Quanto a esta, uma observação faz-se

pertinente: não se trata, no entender da autora, de uma neurose particular, mas de uma evolução específica que uma neurose já constituída sofre logo depois de uma perda objetal.

A tese da autora é de que o estado em que adentra o sujeito enlutado não se deve apenas à dor pela perda do objeto, mas às auto-reprovações por experimentar sensações libidinosas a partir dessa perda.

[...] o núcleo em torno do qual se constitui a doença do luto: *não é, como se poderia pensar, a aflição causada pela própria perda objetal, mas o sentimento de um pecado irreparável: pecado por ter sido invadido pelo desejo, por ter sido surpreendido por um transbordamento da libido, no momento menos conveniente, no momento em que convém afligir-se e abandonar-se ao desespero.* (TOROK, 1995, p.218)

Assim, a reação maníaca própria da melancolia, como mostrada por Freud, seria uma forma patologicamente exagerada deste que se mostra, segundo os autores, um fenômeno universal (certo crescimento libidinal por ocasião da morte do objeto).

Para esclarecer esse fato clínico em sua gênese e evolução, faz-se necessário retornar ao rigor ferenciano do conceito de “introjeção”, fundamental na compreensão do luto e da melancolia. Quanto a isso, a autora lembra que Freud reconhecia a paternidade de Ferenczi sobre o conceito, o que não o teria impedido de divergir de sua elaboração original no tratamento e entendimento que faz do termo em alguns de seus escritos. Nesse sentido, faz sua crítica a tantos outros

autores psicanalistas que se perderam no uso do conceito de introjeção:

Tendo logo se imposto por sua pertinência, o termo acabou, graças à sua estrutura lexicológica (intro-jeção), obscurecendo-se em seu sentido inicial – que o dava como sinônimo explicativo de “transferência” – até se carregar de acepções diferentes e mesmo diametralmente opostas. A confusão chegou a tal ponto que, muitas vezes, dá-se o nome de introjeção a um processo que se caracteriza pela recusa ou impossibilidade de introjetar, pelo menos tal como o entendia Ferenczi. (TOROK, 1995, p.220-1)

A introjeção como Ferenczi a descreveu comporta três pontos: uma extensão dos interesses auto-eróticos; um alargamento do Ego pela eliminação dos recalcaamentos; e a inclusão do objeto no Ego e, conseqüentemente, “objetalização do auto-erotismo” primitivo.

Isso porque a introjeção deve ser entendida, em essência, como um “alargamento do Ego”, nas palavras de Ferenczi. Trata-se de uma extensão ao exterior dos interesses auto-eróticos, por meio da inclusão dos objetos do mundo exterior no Ego. Contudo, essa inclusão não se dá devido a uma perda objetal; pelo contrário, trata-se de um enriquecimento, e para isso o objeto deve fazer-se presente. “A aspiração da introjeção não é da ordem da compensação, mas da ordem do crescimento: ela busca introduzir no Ego, alargando-o e enriquecendo-o, a libido inconsciente, anônima ou recalçada.” (TOROK, 1995, p.222)

Tomando a coisa pela base, o amor do homem não saberia recair, precisamente, a não ser sobre ele mesmo. Por mais que goste de um objeto, ele o adota como parte de seu Ego... Tal inclusão do objeto de amor no ego, eis o que chamei: introjeção. Eu me represento... o mecanismo de *toda transferência sobre um objeto*, como conseqüência de *todo amor objetal*, como *introjeção*, como *alargamento do Ego*. A excessiva inclinação à transferência dos neuróticos, eu a descrevi como uma amplificação inconsciente desse mecanismo, como uma sede de introjeção. (FERENCKZI¹⁵, 1912 apud TOROK, 1995, p. 221)

Já as características da incorporação são quase que opostas (ainda que frequentemente atribuídas à introjeção). A incorporação dá-se com a perda do objeto, seja qual for a sua forma, frente à impossibilidade de introjeção, como compensação do prazer perdido. Possui ainda um caráter instantâneo e mágico, adquirindo características quase da ordem da alucinação, em oposição ao processo progressivo próprio da introjeção. O objetivo desta consiste em povoar a esfera psíquica com as representações dadas pelo objeto, e não com o objeto em si, como ocorre na incorporação.

Toda incorporação nasce de um interdito, ou seja, de um objeto que se furtou à função de mediatizar a introdução do desejo a ele relacionado. Por isso, por recusar a realidade

¹⁵ Ferenczi, S. (1912) *A definição da noção da introjeção*.

de uma perda, a incorporação deve ocorrer às escuras, esquivando-se do olhar do Ego. “Para sua sobrevivência, o segredo é obrigatório: uma diferença a mais com relação à introjeção que – segundo seu gênio próprio, e graças a seu instrumento privilegiado, a nominação – opera às claras.” (TOROK, 1995, p.223)

Mezan (1985) enfatiza a importância dessa distinção, sintetizando a mesma na seguinte fórmula: enquanto a incorporação pressupõe a falta do objeto, na introjeção é imprescindível a presença deste. O “alargamento do eu” como resultado do processo de introjeção é promovido pela possibilidade de desdobramento ao exterior dos mecanismos auto-eróticos. A introjeção é, portanto, um processo orientado no sentido da realidade, que possibilita transformar excitação em desejo, inscrevendo o sujeito no jogo objetal, logo, na ordem do simbólico.

De acordo com Landa (1999), o conceito de incorporação proposto por Torok e Abraham constitui-se como uma evolução do pensamento de Ferenczi sobre o trauma, esboçado em capítulo anterior. Assim, a incorporação representa o fracasso da introjeção diante de algum obstáculo que impossibilita o sujeito de elaborar experiências vividas. (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006) A incorporação está relacionada àquelas perdas narcísicas que não puderam ser confessadas como perdas; surge como uma denegação radical, pois finge que nada foi perdido. (TRACHTENBERG et alli, 2005). É como se o objeto invadisse e tomasse posse do espaço egóico, não deixando lugar para qualquer elaboração.

Enquanto a introjeção das pulsões põe fim à dependência objetal, a incorporação do objeto cria ou reforça um liame imaginal. O objeto incorporado, exatamente no lugar do

objeto perdido, lembrará sempre [...] alguma outra coisa perdida: o desejo atingido por recalçamento. Monumento comemorativo, o objeto incorporado marca o lugar, a data, as circunstâncias em que tal desejo foi banido da introjeção: quantos túmulos na vida do Ego. (TOROK, 1995, p.223)

Voltando ao problema da “mania normal” de Abraham, que se refere ao crescimento libidinal após um falecimento, Torok parte em busca de uma “reconstrução metapsicológica” desse momento que é, no seu entender, o cerne na doença de luto.

Com os esclarecimentos acerca das diferenças entre introjeção e incorporação, temos o seguinte: não há que se temer uma doença de luto ou melancolia se, frente à perda do objeto, este já tiver exercido sua função, qual seja, possibilitar a introjeção dos desejos no Ego. Embora doloroso, esse processo pode chegar a seu termo dada a integridade do Ego. A doença de luto se instaura justamente quando tal introjeção não ocorre. Nesse caso, a parte não assimilada das pulsões encontra-se fixada em Imago¹⁶, reprojeta em um objeto externo, o que obriga o Ego, incompleto e dependente, a

¹⁶ Segundo Laplanche e Pontalis (2001) imago define-se por um “protótipo inconsciente de personagens que orienta seletivamente a forma como o sujeito apreende o outro; é elaborado a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasísticas com o meio familiar”. Trata-se, portanto, de uma “representação inconsciente” (p.234) Contudo, os autores alertam que “deve-se ver nela, em vez de uma imagem, um esquema imaginário adquirido, um clichê estático através do qual o sujeito visa o outro. A imago pode portanto objetivar-se tanto em sentimentos e comportamentos como em imagens. Acrescente-se que ela não deve ser entendida como um reflexo do real, mesmo que mais ou menos deformado; é assim que a imago de um pai terrível pode muito bem corresponder a um pai real apagado”. (p.235)

manter vivo aquele objeto, ainda que isso lhe traga sofrimento. Tal obrigação se dá em função de uma crença de que a Imago construída possibilitará a realização dos desejos que ela própria proibiu.

O cimento da fixação imaginal (e objetal) é precisamente essa esperança contraditória, portanto, utópica: a própria Imago, guardiã do recalçamento, autorizará um dia a supressão deste. O objeto investido de tal papel imaginal não deveria nunca morrer. Adivinha-se em que desamparo seu desaparecimento deverá mergulhar o Ego. Tendo tido por prêmio a fixação, ele terá doravante por destino a doença do luto. (TOROK, 1995, p.226)

A partir disso, a autora chega a uma explicação metapsicológica para o crescimento libidinal no momento da perda, sendo que tal fenômeno nada mais seria que “uma tentativa de introjeção *in extremis*, como uma brusca realização amorosa com o objeto” (TOROK, 1995, p.226). Trata-se de uma irrupção repentina e excessiva da libido que, naquele momento, desconsidera os limites impostos pelo recalçamento. Diante do risco iminente da perda do objeto, o Ego regride a um nível anterior, o da satisfação alucinatória, próprio ao modo de satisfação infantil. Tal regressão permite, por meio da incorporação mágica e instantânea, a manutenção do objeto, substituindo a coisa pela fantasia. O crescimento libidinal orgástico é, portanto, o reflexo dessa realização alucinatória.

Acontece que essa regressão ao mágico se integra mal ao Ego em sua configuração atual. Caberá a ele condenar e

recalcar essa realização alucinatória. “A amnésia recai sobre o conteúdo concreto do momento em que regressão e orgasmo aconteceram.” (TOROK, 1995, p.227) Com isso, a ligação entre a sensação orgástica e o desejo para com o objeto agonizante ou morto é recalçada, por isso o sujeito carrega a culpa por tal sensação, por não ter consciência de sua origem.

Nesses casos [...] o recalçamento não apenas separa; ele teria também por missão conservar preciosamente – embora no inconsciente – o que o Ego não conseguiria representar a não ser como um cadáver saboroso, que nele jaz em algum lugar e cujo vestígio não cessará de buscar na esperança de fazê-lo reviver um dia. (TOROK, 1995, p.227)

Com isso, já podemos começar a vislumbrar a solução encontrada pela autora no que tange o caráter repetitivo que a doença de luto apresenta, no sentido de manter-se sempre, de um modo ou de outro, amarrado ao momento doloroso da perda do objeto. A tendência a reviver incessantemente o momento de perda configura-se como tentativa de experienciar novamente a união mágica e instantânea com o objeto, revelada pelo crescimento libidinal.

[...] o que leva [...] a reviver o momento de perda, é a volúpia cujo aparecimento conseguiria calar os interditos nesse momento supremo. A comemoração de aniversário involuntária constitui um exemplo da revivescência do momento inesquecível em que a morte do objeto

permitiu sua conquista mágica na exaltação do orgasmo. (TOROK, 1995, p.28)

A partir disso, a questão passa a ser a origem da dor inerente ao processo de luto, aparentemente em contradição à irrupção libidinal triunfante ligada à perda objetal. Necessária se faz aqui a distinção entre objeto interno e Imago. O primeiro diz respeito ao pólo fantasístico da introjeção, e o outro ao que resistiu a esta última constituindo portanto uma fantasia de incorporação. A imago de fixação funciona sempre como interditora de um desejo sexual.

A clínica mostra que ela se constituiu depois de uma satisfação primeiramente consentida e, em seguida, retirada. A presença no sujeito da Imago atesta que um desejo, antes mesmo de ser introjetado, tornou-se retrospectivamente repreensível e vergonhoso [...] os primeiros desenvolvimentos da psicanálise souberam mostrar que remorsos e ruminções se alimentam na fonte libidinal de um desejo sexual interdito. Se seus tormentos não relaxam, apesar dos sofrimentos causados, é que neles revive o desejo com relação ao objeto e que, neles, ele se satisfaz. (TOROK, 1995, p.231)

Como vimos, com o falecimento do objeto, o desejo satisfaz-se por meio de uma regressão alucinatória. Na realidade, a dor do luto está ligada a esse momento preciso de júbilo libidinal. “A cada impulso libidinal, a cada

revivescência inconsciente do momento saboroso, o prazer assume, em razão do recalçamento, as aparências da dor [...] Verdadeira ‘dor saborosa’...”. (TOROK, 1995, p.231)

Tais concepções relacionadas à vergonha inerente às condições estudadas pela autora remetem-nos, quase que inevitavelmente, aos casos de abuso com os quais nos deparamos em nossa clínica. Acredito não ser exagero propor que tal sentimento ocorre invariavelmente em todos os casos, tendo eles as características mais diversas. Assim, mesmo aqueles sujeitos vítimas de estupro violento por um estranho - com quem nunca mantiveram qualquer espécie de laço afetivo - demonstram sentimento de vergonha, como se, por algum motivo, sentissem-se responsáveis pelo ocorrido.

Permitimo-nos uma elucubração nesse sentido: não estaria essa vergonha ligada à irrupção de algum desejo no momento mesmo da violência sexual? Questão sem dúvida espinhosa, mas que espero ter tido ao menos um início de desmistificação até esse momento da pesquisa. Até mesmo porque o próprio material clínico apresentado traz de forma clara e explícita o problema. Veja-se o que confessa a tia de Helena quanto à relação estabelecida com seu abusador. “Com o tempo, comecei a gostar”, declara, provavelmente referindo-se ao desejo e prazer sexual decorrentes dos atos do adulto.

Apesar de não ser comum ouvirmos uma declaração como tal ainda que em situação clínica, verificamos com certa regularidade, por meio da escuta do analista, a presença de sentimentos semelhantes nos vários sujeitos vítimas de abuso sexual.

Este é apenas um dos aspectos do caso clínico que pode ser explorado à luz dos conceitos até aqui apresentados. Buscarei, portanto, a partir deste momento, fazer uma aproximação mais clara do material clínico à teoria com a qual venho trabalhando.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que as noções teóricas elaboradas por Abraham e Torok beberam na fonte ferencziana, em especial no trabalho “Confusão de línguas entre adultos e crianças”, de 1933. Assim, conceitos como trauma, identificação com o agressor, culpa e desmentido, são retomados e re-trabalhados partindo-se, agora, de uma condição específica – a doença de luto. Contudo, Torok (1995) não deixa de alertar para o fato de que a doença de luto, decorrente da morte real de um ente querido, representa apenas um caso particular entre tantas outras condições marcadas pelos mesmos mecanismos em operação na doença de luto propriamente dita. Além disso, é possível detectar no próprio texto uma referência clara, ainda que breve, ao papel da sedução exercida pelo objeto sobre o sujeito em questão.

A doença de luto se insere num quadro mais amplo e mais geral, no dos problemas próprios dos períodos de transição de que ela representa apenas um caso particular. [...] Existe, com efeito, no período das transições, um problema intrínseco que evoca a fixação. O Ego, embora sentindo o atrativo de sua nova pulsão, nem sempre está apto a acolher o que “os deuses lhe dão” [...] Por menos que o objeto ajude a criança a introjetar sua pulsão, a ‘dá-la novamente’ objetalizando-a, a transição não deverá degenerar num conflito intransponível. As introjeções poderão prosseguir com toda serenidade. Se, ao contrário, graças à sua ausência, sua carência, *ou sua sedução*, o objeto bloqueia a

introjeção da pulsão nova, a fixação imaginal vai se instalar sem falta. (TOROK, 1995, p.234-5-grifo nosso)

Com isso, permito-me pensar alguns casos de abuso sexual – aqueles nos quais verifico a insistência do fenômeno – nos termos propostos por estes autores. A busca é, portanto, de compreender tais situações à luz dos conceitos como introjeção e incorporação, bem como das conseqüências psíquicas decorrentes de tais mecanismos.

O rumo tomado por minhas investigações, especialmente quando deparada com o conteúdo da última sessão relatada, deve-se à minha busca por compreender de que natureza é esse fio que liga as diferentes gerações de mulheres dessa família, o qual parece conduzi-las impreterivelmente a uma condição de abusadas sexualmente. Mais ainda, talvez a pergunta mais importante a se colocar frente a isso seja: a serviço de que se põe essa interminável reedição do incesto em forma de violência?

A incontestável repetição desse fenômeno ao longo das gerações leva-nos a considerar a hipótese de que estamos diante de algo decorrente de um fantasma de incorporação, assim como descrito por Torok (1995). Mas, se assim o for, de que objeto se trata, este que deve ter sido perdido e impossível de ser introjetado?

Para responder tal indagação acredito ser proveitoso um retorno ao texto de Ferenczi “Confusão de línguas entre crianças e adultos” (1933), não apenas por ser a referência dos autores com os quais trabalho no momento, mas também por dizer especificamente da situação que interessa nessa pesquisa – a do abuso sexual de crianças.

Vimos como, no enredo proposto por Ferenczi, a criança espera do adulto uma atitude diferente daquela que o mesmo lhe fornece ao tratá-la segundo a “linguagem da

paixão”. Assim, ao utilizar-se do corpo do infante com objetivos sexuais que se encontram além da sua capacidade de compreensão, podemos dizer que a criança perde seu “objeto de ternura”, seguindo a terminologia proposta pelo autor. Sendo-lhe impossível realizar um processo de introjeção das pulsões envolvidas na situação, à criança não resta outra saída senão a da incorporação do objeto, sendo que me parece lícito fazer equivaler tal saída ao que foi descrito por Ferenczi como a “identificação com o agressor”. Assim, o sujeito produz um fantasma de incorporação cuja função é manter vivo o objeto perdido em função do traumatismo ocasionado por esse próprio objeto.

No artigo de 1972, assinado por Nicolas Abraham e Maria Torok – “Luto ou Melancolia” – os autores dão continuidade às elaborações acerca da fantasia de incorporação. Para compreender esse conceito torna-se importante termos em mente a diferença que eles fazem entre fantasia e realidade. Esta última, no sentido metapsicológico que lhe conferem, diz respeito a tudo o que age no psiquismo de modo a lhe impor uma modificação tópica. Já a fantasia define-se por “toda representação, toda crença, todo estado do corpo, que tende ao efeito oposto, isto é, à manutenção do *status quo* tópico.” (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.243) Tal definição, cabe ressaltar, diz respeito à função da fantasia, não ao conteúdo ou forma; trata-se, portanto, de uma função preservadora, conservadora. Produto do ego, porém anterior a processos do psiquismo como um todo, a fantasia está em contraste com o que ela própria é chamada a mascarar. “Desde então, compreender uma fantasia adquire um sentido preciso: é assinalar, concretamente, a que mudança tópica ela é chamada a resistir.” (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.244)

Contudo, ainda que haja razão em considerar as fantasias de incorporação como resultados frequentes de

episódios de abuso sexual infantil, o que dissemos até o momento ainda pouco elucidada sobre a repetição do fenômeno ao longo das gerações.

7.2. A figura da cripta: um segredo percorrendo gerações

Fundamental para a passagem do até aqui visto sobre o fenômeno do abuso sexual infantil, bem como sobre o fantasma de incorporação dele frequentemente decorrente, para a repetição desse mesmo fenômeno ao longo de gerações é um conceito forjado por Torok e Abraham – o criptóforo.

Termo criado para designar o sujeito que carrega em seu ego um segredo indizível, criptóforo vem de cripta, a qual, por sua vez, refere-se, em seu sentido ordinário, a uma capela subterrânea para sepultamento. Tal figura de linguagem mostra-se bastante pertinente se considerarmos que a cripta, como conceito psicanalítico, define-se como uma nova configuração psíquica instalada no ego como efeito do mecanismo de incorporação. Portanto, como produto de um luto não só impossível, mas também indizível, a cripta guarda “enterrado vivo” aquilo que não pôde ser sepultado como de direito, tampouco pode revelar-se ao mundo dos vivos.

O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta. Naurna repousa, vivo, reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável. [...] Acontece, entretanto, que, por ocasião das

realizações libidinais, “à meia-noite”, o fantasma da cripta vem assombrar o guardião do cemitério, fazendo-lhe sinais estranhos e incompreensíveis, obrigando-o a realizar atos insólitos, infligindo-lhe sensações inesperadas.” (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.249)

Não poderia deixar aqui de fazer uma breve observação. Ao me deparar com tal descrição, uma estranha sensação de familiaridade me ocorre. O cenário ao qual remete – insólito, furtivo, silencioso – em muito se assemelha às descrições fornecidas pelos sujeitos vítimas de abuso sexual, que, na calada da noite, recebem visitas sorrateiras de adultos que invadem seus corpos.

Impressiona o modo como as construções realizadas pelos autores a respeito da incorporação e da cripta remetem constantemente às imagens que esses sujeitos tentam descrever, sempre carregados de angústia e confusão. Chega a parecer que possuíam em mente exatamente tais situações. A vergonha e o segredo assumindo papéis obrigatórios nesse palco sombrio e cheio de mistérios.

Uma incorporação é sempre fruto de um luto vergonhoso, depois de uma experiência objetal manchada de vergonha. É isso que a cripta perpetua. “Não há cripta que não tenha sido precedida por um segredo partilhado [...] Quando evocamos a vergonha, a clandestinidade, resta precisar *quem* deveria enrubecer, *quem* deveria se esconder.” (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.250)

Nesse momento, uma importante questão é levantada. Quem é o responsável? Os autores alertam que se engana quem pensa que é o próprio sujeito. A cripta pressupõe que “o segredo vergonhoso tenha sido o feito de um objeto, desempenhando o papel de *ideal do ego*. Trata-se, portanto, de guardar *seu* segredo, de cobrir *sua* vergonha.” (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.250)

Aqui, novamente, penso ser conveniente retomar o mito sobre a confusão de línguas proposto por Ferenczi. É interessante notar que, de acordo com os autores acima, não se trata de uma vergonha própria, mas atribuível ao objeto incorporado. Aquele que deveria ser a referência ao ideal de ego – o adulto – cometeu um ato vergonhoso, o que passa a operar, no sujeito abusado, através de um sentimento de culpa e vergonha.

Encontraríamos aí uma direção de cura desses casos? Não posso deixar de considerar otimista uma concepção como esta, no sentido de que, ao conseguir realizar a introjeção o sujeito poderia se livrar da culpa e do objeto encriptado que o obriga a perpetuar o ocorrido de um modo ou de outro.

No intuito de esclarecer o modo como se constitui uma cripta, bem como sua relação com o segredo, avalio ser proveitoso extrair da obra de Abraham e Torok um caso clínico que exemplifica a questão abordada.

Um de nós analisou um menino que “carregava” assim sua irmã de dois anos, a mais velha, irmã que, antes de morrer, lá pelos oito anos de idade, o havia “seduzido”. Quando o menino tinha atingido a puberdade, ele foi roubar nas lojas roupas íntimas femininas. Vários anos de relação analítica e um *lapsos* providencial – em

que ele enunciava para si próprio a idade que sua irmã deveria ter se ela tivesse vivido – permitiram reconstituir a situação interior e o motivo de sua “cleptomania”: “Sim”, diz ele para explicar seus roubos, “aos catorze anos ela teria tido necessidade de um sutiã”. A cripta desse rapaz abrigava essa menina “viva” cuja maturação ele acompanhava inconscientemente. Esse exemplo mostra bem por que a introjeção da perda era impossível e como a incorporação do objeto perdido se tornou para esse rapaz o único modo de uma reparação narcísica. Seus jogos sexuais, proibidos e vergonhosos, não tinham podido constituir o objeto de nenhuma comunhão de linguagem. Apenas a incorporação e a identificação subsequente permitiram salvaguardar o estado da sua tópica, marcada pela sedução. De portador de segredo partilhado que era, tornou-se, depois da morte de sua irmã, portador de uma cripta. Para marcar bem a continuidade dos dois estados, cremos tê-lo atestado com o termo *criptoforia*. Com efeito, pensamos que criar uma fantasia de incorporação é não poder proceder de outra maneira que não seja perpetuar, quando ele está perdido, um prazer clandestino, fazendo dele um segredo intrapsíquico. (ABRAHAM; TOROK, 1995, p.249)

Creio que com isso posso, finalmente, começar a expor de forma mais objetiva minhas hipóteses quanto ao caso

trabalhado e a pertinência da teoria com a qual passei a trabalhar nessa pesquisa no estudo daquele.

Assim como no exemplo acima, acredito que algo da ordem de uma cripta possa estar operando através dos sujeitos da família de Helena. Obviamente, mostra-se impossível situar de modo tão claro e preciso o fato original que deu origem ao fantasma de incorporação como mostram os autores no caso do jovem rapaz. Talvez isso seja mesmo impraticável em nosso caso, haja vista a longa cadeia repetitiva que já se instalou entre os membros desse grupo familiar.

Seja como for, a questão é que a escuta desse sujeito, bem como os conceitos até aqui explorados, levam-me a considerar o fenômeno do abuso sexual – presença constante nas diversas gerações dessa família – como resultado de algo que não pôde – e ainda não pode – ser introjetado. Assim, precisa ser revivido pelos descendentes do mesmo modo como seus ascendentes o experienciaram no passado.

Quanto a isso, mostra-se interessante o que Inglez-Mazzarella (2006) ressalta como sendo o papel do fantasma, descrito por Abraham, na transmissão transgeracional. Devemos, afirma a autora, partir do pressuposto de que o fantasma possui duas dimensões: uma estruturante e uma patológica.

O primeiro diz respeito àquilo que um sujeito carrega de outro em si. Ao entrar no mundo dos que falam a criança passa a poder separar-se de sua mãe, criando uma autonomia em relação a ela. Porém, essa autonomia é apenas relativa, dado que esse sujeito continua a carregar o inconsciente dos pais em sua fala, como fantasma. Trata-se aqui da vertente intersubjetiva da transmissão como descrita por Kaës (2001).

Fundamental para a constituição do sujeito, esse fantasma não se origina, entretanto, de um segredo, sendo essa característica própria de um fantasma de incorporação. Tal

fantasma, que pertence a uma dimensão patológica, é constituído como efeito da cripta de uma geração sobre outras subsequentes. “Trata-se de algo que o descendente transporta sem saber, fruto de sua inserção em uma família cuja organização carrega um segredo.” (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p.109) Uma configuração como essa decorre de um fracasso na relação com o simbólico, uma impossibilidade de metaforização. É esse fracasso que eclode no que Abraham denomina de possessão, uma manifestação da presença do fantasma que se faz por meio de reações do sujeito que não passam pelo simbólico.

Quando Freud faz menção à neurose de destino e suas funestas repetições, Abraham entende estar na presença do fantasma e de suas conseqüentes manifestações de possessão. Vale destacar que essa seria a dimensão patológica do fantasma [...] Na dimensão psicopatológica, produz-se o fantasma em razão de um obstáculo ao processo de introjeção. O silêncio dos pais, ou de um dos pais em torno de um segredo, dificulta sobremaneira a utilização da linguagem falada como instrumento de separação. Convém ressaltar que, para Abraham (1975), o surgimento do fantasma não se refere à perda do objeto, mas aos efeitos nos descendentes daqueles que, diante da perda, construíram uma cripta. (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006, p.110)

Pode-se acrescentar a isso a hipótese apresentada por

Kaës (2001) segundo a qual a patologia da transmissão, apesar de afetar o sujeito em sua singularidade, não pode ser considerada um atributo seu, mas do conjunto intersubjetivo.

É nessa perspectiva que se deve compreender a hipótese freudiana desse aparelho para interpretar que garantiria a função de transmissão e de transformação: “Embora não exista nada de importante que uma geração consiga esconder de outra”, como escreve Freud, ainda assim há sujeitos sobre os quais incide o negativo da transmissão: o mais difícil de admitir é que eles possam consentir com isso e, de uma maneira ou outra, tirar disso um cruel benefício. (KAËS, 2001, p.23)

Esta última observação do autor, sobre o consentimento e o “cruel benefício” que alguns sujeitos tiram dessa condição decorrente do encriptamento e das suas funestas conseqüências, levam-nos a um tema ainda não abordado, porém essencial para a discussão a que me proponho acerca disso que parece ser da ordem de uma compulsão à repetição de situações de abuso sexual.

Finalizarei, portanto, essa parte do trabalho retornando à obra freudiana no que tange suas elaborações acerca daquele conceito bem como sua relação com a pulsão de morte.

7.3. A compulsão à repetição e a pulsão de morte em Freud

O tema da repetição foi tratado por Freud desde “Recordar, repetir e elaborar” (1914), inserido no contexto da

direção do tratamento analítico. Jorge (2002) adverte, contudo, para o fato de que naquele momento o conceito ainda não apresenta seu estatuto mais radical, o que será destacado por Freud apenas em 1920, em “Mais Além do princípio do prazer”. Um ano antes deste último, porém, no ensaio “O estranho” (1919), já é possível perceber a direção que toma a evolução do conceito que culminará em sua vinculação à pulsão de morte no ano seguinte:

Pois é possível conceber, na mente inconsciente, a predominância de uma “compulsão à repetição”, procedente dos impulsos instintuais e provavelmente inerente à própria natureza dos instintos – uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio do prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco e ainda muito claramente expresso nos impulsos das crianças pequenas; uma compulsão que é responsável, também, por uma parte do rumo tomado pelas análises de pacientes neuróticos. (FREUD, 1919, p.256)

Nesse trecho Freud, de certo modo, já anuncia o que está por vir um ano depois, em “Além do princípio do prazer”. Sabe-se que é nesse escrito de 1920 que ele introduz o conceito de pulsão de morte, causando uma remodelação geral na teoria psicanalítica. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Até aquele momento o aparelho psíquico era visto como regido pelo princípio de prazer, o qual pode ser descrito como sendo uma tendência a manter a quantidade de excitação o mais baixa possível ou ao menos constante.

No estilo de argumentação que lhe é próprio, Freud vai colocando em questão idéias por ele mesmo formuladas, colocando novos problemas em sua teoria e propondo novas soluções. Assim, começa por questionar a afirmação de que o princípio de prazer é dominante no aparelho psíquico, pois, se assim o fosse, o prazer seria o mais freqüente em nossas vidas, o que admite não ser verdadeiro.

Deve-se, contudo, apontar que, estritamente falando, é incorreto falar na dominância do princípio do prazer sobre o curso dos processos mentais. Se tal dominância existisse, a imensa maioria dos nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo. O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte tendência no sentido do princípio do prazer, embora essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer. (FREUD, 1920, p.19)

Apesar de ser possível, diz-nos Freud, encontrar no “terreno seguro e bem batido” da teoria psicanalítica explicações para o desprazer que não contradigam o princípio de prazer¹⁷, novas questões são necessariamente levantadas

¹⁷ Freud fornece dois exemplos nesse sentido. O primeiro refere-se ao “instinto de

com a investigação da reação mental a perigos externos.

Com essa afirmação, Freud tem em mente as neuroses traumáticas, que passam a ser sua referência nas construções que culminam na criação de uma nova noção – a de pulsão de morte. Parte do fato curioso de que os sujeitos que sofrem dessa afecção apresentam repetidamente sonhos nos quais revivem as situações traumáticas, sendo que a pergunta que se faz então pertinente é: por que retornar a uma experiência desprazerosa, já que a função do sonhar é conhecidamente a realização de desejos?

No sentido de solucionar tal problema, ocorrem-lhe duas opções de resposta inicialmente: ou se trata de uma perturbação na função onírica, ou esses sonhos traumáticos encontram-se relacionados ao que Freud denomina de “tendências masoquistas do ego”.

Não é apenas a repetição de sonhos traumáticos a referência freudiana que o leva a postular a pulsão de morte, mas também fenômenos como a repetição na transferência e o brincar infantil. Assim, mostra-se comum a esses três fenômenos a vigência de um elemento que contraria o princípio de prazer, indo “mais-além” deste.

[...] chegamos agora a um fato novo e digno de nota, a saber, que a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo

conservação” e ao princípio de realidade daquele decorrente. O desprazer, nesse caso, é gerado pelo adiamento do prazer, visando a preservação do aparelho psíquico. Contudo, o objetivo final continua sendo o prazer. O segundo exemplo diz respeito ao desprazer sentido em função de conflitos entre instâncias psíquicas, como quando um material reprimido invade a consciência, sendo que, tal movimento visa um prazer que não pôde ser sentido como tal.

tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instintuais que desde então foram reprimidos. (FREUD, 1920, p.31)

Contudo, parece que é na neurose traumática que essa compulsão à repetição encontra-se mais independente do princípio de prazer, já que nos casos da análise e da brincadeira das crianças ela tem por fim, ainda que o alcance por maneira indireta, o prazer. Já o caso das neuroses traumáticas “resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina” (FREUD, 1920, p.34).

No decorrer de sua investigação, com sua famosa metáfora da vesícula viva, Freud descreve o modo de formação e funcionamento do aparelho psíquico, figurando o sistema consciente como um escudo protetor para os estímulos externos, filtrando-os para que as camadas mais profundas do aparelho não sofram alterações nocivas ao seu funcionamento. Sua intenção nesse momento é explicar o fenômeno dos sonhos traumáticos em sua origem e função.

Descrevemos como ‘traumáticas’ quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da

energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulos que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar. (FREUD, 1920, p.40)

Como reação a esse ataque de estímulos externos, resta ao aparelho psíquico reunir o máximo possível de energia de outros sistemas para se contrapor ao excesso vindo do exterior, sendo que com isso, esses outros sistemas psíquicos ficam empobrecidos e suas funções psíquicas paralisadas ou reduzidas.

As neuroses traumáticas são resultado de uma ruptura no escudo protetor do aparelho psíquico por estímulos externos. Sem energia suficiente para contra-atacá-los, sua condição indefesa é reforçada pelo fator surpresa, ou seja, a ansiedade não esteve presente como preparação para o advento dos estímulos excessivos.

A função dos sonhos nas neuroses traumáticas encontra-se aquém, por assim dizer, da função essencial dos processos oníricos. O fato dos sujeitos retornarem em sonho, de forma recorrente, à situação traumática nada mais é que uma tentativa do aparelho psíquico de dominar retrospectivamente o estímulo. Tal função do aparelho mental “embora não contradiga o princípio de prazer, é sem embargo independente dele, parecendo ser mais primitiva do que o

intuito de obter prazer e evitar desprazer” (FREUD, 1920, p.43). Esses sonhos surgem, portanto, em obediência à compulsão à repetição. “As manifestações de uma compulsão à repetição [...] apresentam em alto grau um caráter instintual e, quando atuam em oposição ao princípio de prazer, dão a aparência de alguma força ‘demoníaca’ em ação” (FREUD, 1920, p.46).

Como vimos, não é a primeira vez em que Freud ressalta o aspecto “demoníaco” da compulsão à repetição. Tal adjetivo é utilizado em referência a um certo automatismo do fenômeno em questão, à sensação de “possessão”, ou seja, ao fato de que o sujeito se mostra inelutavelmente compelido a retornar à situação de desprazer. Chega então à conclusão de que a dita “força demoníaca” é da ordem de um instinto¹⁸.

Mas como o predicado de ser ‘instintual’ se relaciona com a compulsão à repetição? [...] *Parece, então que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas*, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica. (FREUD, 1920, p.47)

É assim, portanto, que Freud postula enfim a noção de

¹⁸ Sempre que nos deparamos com o termo “instinto” na obra freudiana, é necessário termos em mente o problema da tradução desse termo, o qual sabemos provir, geralmente, do original alemão “trieb”, consensualmente melhor traduzido por “pulsão”.

pulsão de morte. Através dela, acaba por conceber as duas características primordiais de toda pulsão, sendo elas seu caráter conservador, restitutivo, e seu aspecto repetitivo.

O primeiro, relativo à natureza conservadora das pulsões, advém da constatação de que há uma tendência de todas as pulsões à restauração de um estado anterior de coisas. Nesse sentido, a pulsão de morte pode ser referida por sua tendência a reconduzir o ser vivo a um estado inorgânico, pois, “se admitirmos que o ser vivo veio depois do ser não vivo e surgiu dele, a pulsão de morte harmoniza-se bem com a fórmula segundo a qual uma pulsão tende para o retorno a um estado anterior” (JORGE, 2002, p.62).

Por sua vez, o caráter repetitivo encontra-se intimamente relacionado a esse aspecto conservador, sendo a compulsão à repetição um movimento que se torna obrigatório na tentativa de retorno a esse estado compreendido como anterior à vida. “O objetivo de toda vida é a morte.” (FREUD, 1920, p.49) Esta afirmativa resume e exprime o que disse anteriormente sobre a radicalidade que o conceito de pulsão de morte adquiriu a partir deste que foi um dos mais decisivos trabalhos de Freud para a teoria e prática psicanalíticas.

Não há dúvida de que muito ainda se poderia extrair dos escritos freudianos acerca da pulsão de morte, sendo que o esgotamento do assunto está longe de ser meu objetivo neste momento. Contudo, não poderia deixar de mencionar a importância de se levar em conta uma noção que me parece fundamental para o tratamento que venho dando à questão de pesquisa.

A repetição do fenômeno de abuso sexual por diferentes gerações de sujeitos de uma mesma família não me parece muito diferente do que Freud constatou em relação às neuroses traumáticas. Também nos casos de abuso, como vimos, o trauma também assume papel central e decisivo na

condição psíquica do sujeito que o sofreu, o que, de acordo com minha hipótese, estende-se na linhagem familiar através da sua descendência.

8. A relação mãe-filha em um contexto de abuso sexual

8.1. O complexo de Édipo em Freud: a construção de um conceito central

Uma proposta de investigação acerca das dinâmicas psíquicas atuantes em situações de abuso sexual infantil à luz da psicanálise não poderia deixar de ter como um dos conceitos centrais o complexo de Édipo. Isso porque tratamos aqui, exclusivamente, de relações que, se não são reconhecidas como incestuosas por ausência de consangüinidade, remete-nos inevitavelmente ao tabu do incesto por serem vivenciadas dentro do universo familiar, ainda que envolvam (como no caso apresentado) padrasto e filha.

Ao longo da construção freudiana, o complexo de Édipo foi adquirindo cada vez mais importância na teoria e na clínica psicanalíticas, passando enfim a assumir um estatuto de complexo nuclear das neuroses. Além de momento crucial na constituição do sujeito, a situação edípica é também o germe do desenvolvimento sexual de todos os seres humanos. “Será a partir do Édipo que o sujeito irá estruturar e organizar o seu vir-a-ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e de seu posicionamento frente à angústia de castração” (MOREIRA, 2004).

De acordo com Moreira (2004), as primeiras menções ao que viria mais tarde a se constituir como operador teórico-clínico central na obra freudiana encontram-se nas correspondências a Fliess. Em busca das origens da moralidade, Freud vai tangenciando a problemática edípica ainda que indiretamente, sem nomeá-la como tal. A primeira referência direta à tragédia de Sófocles, *Oedipus Rex*, aparece na carta 71 a Fliess, momento em que Freud abandonava sua

teoria da sedução e atribuía às fantasias amorosas com os pais o ponto-chave das neuroses.

Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância [...] Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de Oedipus Rex, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição do destino [...] a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da platéia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual. (FREUD, 1897, p.316)

A prática da psicanálise e, em especial, sua auto-análise, leva-o, assim, à constatação da universalidade do conteúdo do mito grego na vida psíquica da criança, ou seja, a paixão pelo genitor do sexo oposto e a rivalidade com o genitor de mesmo sexo.

Cromberg (2001) aponta que é somente em 1910, em um texto chamado “Sobre um tipo especial de escolha de objeto no homem”, que Freud usará pela primeira vez o termo *complexo de Édipo*. Este é utilizado, nesse momento, para explicar a impossibilidade de certos homens em unir sexualidade e ternura. O complexo de Édipo apresenta-se no

referido artigo como um ressurgimento, na adolescência, dos afetos e fantasias sexuais em relação aos pais, vividos originalmente na infância. Freud trata então do movimento do menino, que, ao perceber a inevitável presença do pai como objeto de interesse da mãe, não tolera essa percepção, o que o leva a separar sua vida sexual da sua vida afetiva. Nesse caso, amor e sexualidade tornam-se impossíveis de serem vivenciados com uma mesma mulher.

Nesse momento, ao tratar, portanto, dos casos em que a resolução do complexo de Édipo no menino teve menor êxito, já fica clara a importância desse complexo na estruturação psíquica e na orientação do desejo humano. Contudo, apesar de já consolidado como fator fundamental na constituição do sujeito, é de 1924 o único texto que trata especificamente do complexo de Édipo, a saber, “A dissolução do complexo de Édipo”. Nesse momento, já é possível a Freud elaborar de forma bem articulada todos os movimentos e mecanismos envolvidos tanto na construção quanto na dissolução do complexo. Porém, toda essa clareza só pode ser verificada no caso da criança de sexo masculino, sendo que, ao final do referido artigo, Freud assinala as lacunas ainda existentes na compreensão do complexo na menina.

Laplanche (2001) ressalta essa problemática referente às diferenças entre o complexo de Édipo masculino e o feminino. O autor aponta que, durante muito tempo, Freud considerava que os dois processos eram simétricos, ou seja, que aquilo que se havia descoberto em relação ao menino podia ser transposto mecanicamente ao caso da menina. Porém, tal idéia mostra-se incompatível com descobertas posteriores:

- a) pela tese desenvolvida no artigo de 1923 sobre a “organização genital infantil da libido”, segundo a qual, na fase fálica, isto é, no apogeu do Édipo,

só um órgão conta para os dois sexos: o falo;
 b) pela importância conferida ao apego pré-ediípiano à mãe. Essa fase pré-ediípiana é particularmente visível na menina, na medida em que o complexo de Édipo significará para ela uma mudança de objeto de amor, da mãe para o pai. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.78)

Esses dois obstáculos à tese de que o complexo de Édipo é vivenciado pela menina da mesma forma que pelo menino estão intimamente ligados. Isso porque o abandono, por parte da menina, de seu primeiro objeto de amor – a mãe – dar-se-á em função de a criança identificar o pênis/falo como o único órgão sexual da espécie humana.

8.2. A menina e a fase pré-ediípica

Direcionarei agora a atenção ao complexo de Édipo na menina. Não apenas por partir, neste estudo, de um caso com sujeitos do sexo feminino, mas, principalmente, pelo que significou esse aprofundamento freudiano para a noção de Édipo em sua formulação mais geral. Procurarei demonstrar isso ao tratar, mais adiante, da releitura feita por Lacan acerca do conceito. Por hora, vejamos as idéias de Freud sobre essa problemática.

Algumas questões devem ser necessariamente levantadas quando tratamos do Édipo feminino. Inicialmente, tanto o menino quanto a menina, ainda bebês, guardam como único e exclusivo objeto de amor a mãe (ou aquela que a representa). Essa relação dual sofre uma invasão por parte de um terceiro, a figura paterna. No caso do menino, o pai é

inicialmente tomado como um rival, alguém que vem perturbar a perfeita relação entre ele e sua mãe. Com a menina, a situação é, sem dúvida, mais complexa. O problema encontrado é o seguinte: assim como acontece com o menino, originariamente, a menina encontra-se voltada inteiramente para a sua mãe. Com a entrada no complexo de Édipo, essa menina direciona seu amor ao pai, passando a encarar a mãe como uma rival. A pergunta de Freud é a seguinte: como e por que se dá essa mudança?

Na tentativa de resolver esse problema, Freud aponta para o caráter secundário desse complexo na menina, argumentando que a sua pré-história é decisiva e fundamental para a compreensão do Édipo propriamente dito. Descreve então esse período pré-edipiano da seguinte forma: a menina, inicialmente, mantém uma relação intensa e apaixonada com sua mãe, enquanto que seu pai não representa mais que um rival. Trata-se do complexo em sua forma negativa. Algo deve acontecer, portanto, para que ela se afaste desse objeto de amor, passando a investir libidinalmente no pai. Freud apresenta alguns fatores facilitadores dessa nova situação.

Um deles pode ser representado pelo ciúme sentido pela criança em decorrência da atenção da mãe voltada para outro que não a própria criança em questão. A criança decepciona-se com a mãe por ela não lhe satisfazer completamente:

O amor infantil é ilimitado; exige a posse exclusiva, não se contenta com menos do que tudo. Possui, porém, uma segunda característica; não tem, na realidade, objetivo, sendo incapaz de obter satisfação completa, e, principalmente por isso, está condenado a acabar em

desapontamento e a ceder lugar a uma atitude hostil. (FREUD, 1931, p.239)

Outro motivo que contribui para o afastamento da menina em relação à sua mãe diz respeito ao exercício da masturbação. A menina tem as suas primeiras sensações de prazer erógeno a partir do toque da mãe, principalmente quando esta realiza a higiene do bebê. Mais tarde, essa criança percebe que ela própria pode se proporcionar esse prazer através da masturbação do clitóris. Contudo, tal atividade lhe é proibida pela mãe, a mesma pessoa que, um dia, lhe proporcionou o prazer sexual. É de se esperar, portanto, que o sentimento decorrente dessa proibição seja uma hostilidade àquela que a impõe.

Entretanto, as duas situações citadas acima como fatores para o distanciamento da menina e sua mãe não seriam suficientes para explicá-lo totalmente, já que elas ocorrem também no caso dos meninos. Desse modo, Freud nos apresenta o que, para ele, é o motivo principal e decisivo para a menina entrar no complexo de Édipo: o complexo de castração.

Quando a menina percebe a existência do pênis do menino, compara-o ao seu clitóris, que, para ela, torna-se o equivalente do órgão masculino. A criança não tem ainda noções de anatomia como as tem um adulto. Na sua constituição como sujeito vale aquilo que ela é capaz de criar para a resolução de problemas como o da diferença sexual. O que Freud percebeu é que é mais fácil para ela concluir que falta algo no corpo feminino do que entendê-lo apenas como algo diferente. Percebendo a sua inferioridade, a menina passa então a sofrer de inveja do pênis. O sentimento de inferioridade decorrente dessa situação faz com que a menina afaste-se da sua mãe, pois a culpa por ter-lhe dado um corpo deficitário.

Até esse momento, a atividade masturbatória da menina é essencialmente fálica, ou seja, o prazer sexual é decorrente da estimulação do clitóris, seu “pequeno pênis”. Para Freud, essa atividade, caracterizada por ele como sendo essencialmente masculina, deve necessariamente ser abandonada pela menina para que o caminho à feminilidade possa ser aberto.

Não posso explicar a oposição que por esse modo é levantada pelas meninas à masturbação fálica, exceto supondo existir algum fator concorrente que faça a menina voltar-se violentamente contra essa atividade prazerosa. Esse fator está bem à mão. Não pode ser outra coisa senão seu sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis o lembrete de que, afinal de contas, esse é o ponto no qual ela não pode competir com os meninos, e que assim seria melhor para ela abandonar a idéia de fazê-lo. (FREUD, 1925, p.284)

Sendo assim, a suposição de Freud é de que a mulher passa por duas fases no seu desenvolvimento sexual. A primeira é caracterizada como masculina, com o exercício da masturbação clitoridiana (fálica) como ponto central. A segunda só passa a existir no momento em que a menina desiste do seu clitóris, passando a aceitar sua vagina como zona genital principal.

Acreditamos que estamos justificados em supor que, por muitos anos, a vagina é virtualmente inexistente e,

possivelmente, não produz sensações até a puberdade [...] Nas mulheres, portanto, as principais ocorrências genitais da infância devem ocorrer em relação ao clitóris. Sua vida sexual é regularmente dividida em duas fases, a primeira das quais possui um caráter masculino, ao passo que apenas a segunda é especificamente feminina. Assim, no desenvolvimento feminino, há um processo de transição de uma fase para a outra, do qual nada existe de análogo no homem. (FREUD, 1931, p.236)

Quando a menina percebe que o pênis do menino é superior ao dela, ela desiste da sua atividade fálica. O próximo passo então é a substituição do desejo de ter um pênis para o desejo de ter um filho com o pai. Para Freud, é nesse momento que a menina entra no complexo de Édipo propriamente dito, ou seja, ao deixar de desejar o pênis, o qual esperava de sua mãe, passando a desejar ter um bebê com seu pai. Um bebê seria o substituto do pênis que lhe falta. Se um dia o desejo de ter um filho torna-se realidade para a mulher, então, afirma Freud, o objetivo do mais intenso desejo feminino é alcançado. A maternidade é, portanto, o lugar onde a mulher pode realizar seu desejo de possuir o órgão masculino.

Assim, nas mulheres, o complexo de Édipo constitui o resultado final de um desenvolvimento bastante demorado. Ele não é destruído, mas criado pela influência da castração; foge às influências fortemente hostis que, no

homem, tiveram efeito destrutivo sobre ele e, na verdade, com muita freqüência, de modo algum é superado pela mulher. (FREUD, 1931, p.238)

A especificidade do complexo de Édipo na menina levou Freud a se aprofundar na questão da relação mãe-criança, já que via esse período como fundamental e determinante no que tange o processo de sexuação da menina em direção a uma posição feminina.

8. 3. A releitura lacaniana

Contudo, vale notar o apontamento de Laplanche e Pontalis (2001) em sua afirmação de que as formulações acima descritas não revelam o caráter fundamental do complexo de Édipo. O autor ressalta que é em “Totem e tabu” (1912-3) que o conceito adquire uma concepção estrutural, a qual vai ao encontro da tese de Claude-Lévi Strauss em “Estruturas elementares do parentesco”, segundo a qual a interdição do incesto se apresenta como lei universal e condição mínima para a passagem da natureza para a cultura (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

É essa concepção que Jaques Lacan, seguindo as formulações freudianas, acentua ao propor o que ele nomeia de “três tempos do Édipo”. Em síntese, trata-se de uma compreensão que está além do romance concreto vivido pela criança com seus pais:

O complexo de Édipo não é redutível a uma situação real, à influência efetivamente exercida sobre a criança pelo casal parental. A sua eficácia vem do fato de fazer intervir uma instância

interditória (proibição do incesto) que barra o acesso à satisfação. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.80)

Assim, a formação do triângulo edípico tem início na relação da criança com a mãe. É a díade mãe-bebê que assume o papel de protagonista neste que Lacan convencionou chamar de primeiro tempo do Édipo. Tal relação é caracterizada pelo fato da criança se apresentar, nesse momento, como único objeto capaz de satisfazer o desejo da mãe. Comumente chamada de “relação fusional”, tal expressão revela a ausência de espaço entre um e outro, excluindo, conseqüentemente, a presença do pai dessa relação.

Segundo Lacan (1958), nesse primeiro tempo, uma primeira simbolização da mãe já é feita pela criança, que não está mais calcada unicamente numa relação de dependência que a mantém viva. A mãe é agora simbolizada como algo que vai e vem, que desaparece e reaparece da vista da criança. O que esta deseja não é apenas a presença, o alimento ou o conforto do seu corpo próximo, mas o desejo da mãe em oferecer-lhe tudo isso. É nesse sentido que Lacan diz que a criança deseja o desejo da mãe.

O que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, to be or not to be o objeto do desejo da mãe [...] o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é objeto do desejo de sua mãe [...] Para agradar a mãe [...] é necessário e suficiente ser o falo.(LACAN, 1958, p.197)

O próximo passo, o segundo tempo, é o da castração.

Porém, agora transposto a um nível simbólico, o conceito de castração não mais se reduz ao medo do menino em perder seu precioso órgão genital ou, na menina, ao reconhecimento de sua ausência de pênis. Com efeito, trata-se da incidência de uma proibição nessa relação dual de satisfação plena estabelecida entre mãe e criança. Essa interdição é, em nossa sociedade, veiculada pela figura do pai, ou daquele que exerce sua função:

[...] o Pai real, previamente estranho à relação mãe-filho, dificilmente poderia se manter durante muito tempo em tal exterioridade. Enquanto pai real, sua presença vai aparecer inevitavelmente como cada vez mais embaraçosa para o filho, a partir do momento em que assumir certa consistência significativa diante do desejo da mãe e daquilo que o filho está apto para apreender dele. (DOR, 1991, p.47)

Contudo, Lacan (1958) adverte que a castração se dá na mãe, e não no sujeito em questão. A criança passa a reconhecer na mãe um desejo que está “para além”, para usar a expressão lacaniana que procura dar sentido a essa percepção do sujeito de que há na mãe o desejo de uma outra coisa que não apenas satisfazer-se na sua cria. Essa intrusão do que Lacan denomina como Nome-do-Pai gerará um questionamento na criança acerca de sua anterior certeza de ser o objeto de desejo da mãe. É a instalação dessa incerteza que permitirá à criança confrontar-se com o registro da castração pela instância paterna (DOR, 1991).

Ao afirmar que é a mãe que sofre a castração, Lacan se refere ao fato de que, agora, a demanda endereçada à mãe pela

criança é remetida a uma “instância superior”, a qual passa a mediatizar a relação outrora fusional.

Nessa etapa, o pai intervém a título de mensagem para a mãe. Detém a palavra em M, e o que ele enuncia é uma proibição, um não que se transmite no nível em que a criança recebe a mensagem esperada da mãe [...] Essa mensagem não é simplesmente o Não te deitarás com tua mãe, já nessa época dirigido à criança, mas um Não reintegrarás teu produto, que é endereçado à mãe. Assim, são todas as conhecidas formas do chamado instinto materno deparam aqui com um obstáculo. Com efeito, a forma primitiva do instinto materno, como todos sabem, manifesta-se – talvez mais ainda em alguns animais do que nos homens – pela reintegração oral, como dizemos elegantemente, daquilo que saiu por outro lado. (LACAN, 1958, p.209)

Portanto, no nível simbólico, privilegiado por Lacan, a castração diz respeito a essa proibição, no âmbito da relação diádica mãe-bebê, de que a criança continue a ser o falo da mãe, o que, em última instância, remete à relação incestuosa que cabe ao pai interditar.

[...] o pai entra no jogo, isso é certo, como portador da lei, como proibidor do objeto que é a mãe (...) ele é um obstáculo entre o filho e a mãe, é o portador da lei, mas isso de direito (...)

o pai como aquele que é culturalmente investido pelo significante do pai...(LACAN, 1958, p.194)

Chega-se, por fim, ao terceiro e último tempo do Édipo. Nesse momento, a criança, abalada em sua certeza sobre ser o falo da mãe, passa a reconhecer aquele que, se também não é esse objeto único de satisfação, dele é portador. Trata-se, portanto, do tempo em que a criança deixa de *ser* o falo para buscar *ter* o falo. Essa posse se dá, no menino, por meio da identificação com aquele que, a princípio, o tem; ou seja, o pai.

Em terceiro lugar o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se *Ideal do Eu*. (LACAN, 1958, p. 200)

Em consonância com as proposições freudianas, também Lacan (1958) ressalta que há diferenças entre o desenrolar do complexo entre menino e menina. Em linhas gerais, segundo o autor, a diferença se localiza especialmente nessa última etapa. Diversamente ao sexo oposto, à mulher não cabe realizar tal identificação com o pai. Assim como o menino, espera-se que ela reconheça o portador do falo, passando então a buscá-lo no lado masculino.

[...] o desfecho do complexo de Édipo, como todos sabem, é diferente na mulher. Para ela, com efeito, essa terceira etapa, como sublinha Freud –

[...] –, é muito mais simples. Ela não tem de fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ela está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem. [...] É nessa medida que o terceiro tempo do complexo de Édipo pode ser transposto, isto é, a etapa da identificação, na qual se trata de o menino se identificar com o pai como possuidor do pênis, e de a menina reconhecer o homem como aquele que o possui.”(LACAN, 1958, 202-3)

8.4. Kelly e Helena: portas fechadas a um terceiro

Lançar mão do complexo de Édipo para compreender casos de abuso sexual pode parecer bastante óbvio à primeira vista. O que geralmente nos ocorre de imediato é a realização, em ato, da fantasia revelada pelo mito: a união sexual com o genitor de sexo oposto e a exclusão do genitor de mesmo sexo. Contudo, a experiência nos mostra que uma simples transposição como esta, do mito à realidade, não é capaz de abranger toda a complexidade das situações aqui referidas.

É nesse aspecto que entra a importância da leitura lacaniana do complexo de Édipo, como procurei mostrar anteriormente. Jorge (2002) assinala um comentário de Lacan em que o mesmo coloca o Édipo como um sintoma de Freud, isto é, “uma forma de repertoriar o campo do impossível a partir da estrutura *já instalada no campo edípico*” (p. 143). Ou seja, o complexo de Édipo seria apenas um enredo utilizado para dar maior visibilidade a um fato estrutural. Isso quer dizer que, o que aparece como *proibido* no mito, é,

estruturalmente, *impossível*. Assim, o incesto representa o reencontro com a satisfação plena, o que é estruturalmente impossível.

Ora, o incesto comparece na história do sujeito enquanto proibido porque ele é estruturalmente da ordem do impossível: porque simplesmente não há tal objeto que seria o objeto do gozo absoluto. O tabu do incesto é o nome dado pela cultura ao impossível que está em jogo o tempo todo para a sexualidade humana; pode-se até mesmo supor que ele vem, por outro lado, amenizar o aspecto traumático produzido pelo fato de simplesmente não haver tal objeto afirmando que há, sim, mas que é proibido. (JORGE, 2002, p.144)

De acordo, portanto, com essa leitura, o mito descrito em “Totem e tabu” possui exatamente esse intuito, ou seja, criar a idéia de que um dia a satisfação plena foi possível, mas que acabou por tornar-se proibida.

Evidentemente, um trabalho como este não pretende generalizações; o caso escolhido para este estudo mostra-se apenas como uma dentre as várias possibilidades de arranjo entre os sujeitos envolvidos na cena de abuso. Busco, sim, como propõe Cromberg (2001) indicar pontos recorrentes, “no intuito de mostrar a existência de modos de sentir, pensar e agir não hegemônicos, mas possíveis dentro da problemática da violência sexual...” (p.85).

No que tange a problemática do Édipo, foi possível verificar que a dinâmica estabelecida na família em questão aproxima-se muito de casos já relatados na literatura, o que

me abriu uma outra possibilidade de leitura que vai além da transposição mencionada acima.

Ainda no início dos atendimentos com Helena, chama muito a atenção o modo como a paciente percebe os ganhos em não ter mais um homem em casa. Passa sessões quase inteiras descrevendo as vantagens, dela e das filhas, em não mais precisarem ter pudores com seus corpos e atitudes. Refere-se claramente à vivência de uma sexualidade obviamente não genital, mas a uma sensualidade que, na presença de estranhos, deve ser limitada. Ainda que durante um curto espaço de tempo, logo após a revelação dos fatos, as mulheres dessa família parecem ter vivido dias de alívio e satisfação por estarem livres de uma intromissão externa, representada, nesse caso, por um homem.

Este homem parece entrar como castrador, sendo interessante o paradoxo que se cria ao pensarmos que mãe e filha evitam a castração justamente ao tomá-lo como um “abusador sexual”. Assim, elas podem manter-se no que compreendo como sendo uma situação incestuosa mãe-filha, sem os limites que um homem impõe nesse sentido. Penso nisso porque a própria mãe parece satisfeita com a situação, com sua “liberdade” para aproveitar as filhas. Se diz sentir falta do marido, é apenas quando questionada sobre isso, ponderando que, se ainda há amor, este vem mesclado com ódio e mágoa.

Tal “encantamento” é logo desfeito, já que a relação com Kelly mostra-se cada vez mais tumultuada. Helena intriga-se com a estranha atitude da filha: “Parece que ela quer ser eu. Não ser igual a mim, ela quer *ser eu*”. É difícil para ela explicar de onde vem essa percepção. Sente que a filha se incomoda com o fato da mãe ter vida própria, ter amigos e desejar ter momentos para si. Remete-se à época em que “eram só as duas”, antes de conhecer Daniel. Conta que Kelly

mamou em seu peito até os dois anos de idade e que dormiam na mesma cama até os dez.

Ao rememorar essa condição, ressurgiu aquele regozijo presente em seu discurso na época em que se viu novamente sozinha com as filhas. A partir disso, parece viável considerar a hipótese de que não se trata apenas de um movimento da filha em direção a uma identificação total com a mãe. Uma reciprocidade pode ser vislumbrada nessa situação. Tal percepção de Helena bem poderia se tratar de uma projeção em Kelly de sua própria fantasia de reincorporação da filha, o que indicaria uma não aceitação da filha nascer como “outra”.

Cabe ressaltar nesse momento alguns aspectos referentes ao lugar que Helena sempre se viu ocupando em sua própria família. Após a revelação dos abusos sofridos por parte de seu padrasto e a incredulidade de sua mãe na sua palavra, Helena deparou-se com sua condição de desamparo e, aos 13 anos, saiu de casa. Morou ora com amigas, ora com uma irmã mais velha, trabalhando para se sustentar financeiramente. Contudo, a relação com a mãe continuava conturbada, sendo que várias vezes a mãe obrigou-a voltar para casa. Helena entende que a mãe fazia isso quando precisava de sua ajuda, sendo que foi ela própria quem cuidou do padrasto desde que este adoeceu até a sua morte.

Por volta de seus 20 anos engravidou. A situação em que isso ocorreu – de um relacionamento rápido e sem perspectivas de constituir família – não lhe suscita, atualmente, qualquer sofrimento ou resquícios de culpa ou arrependimento. Criou a filha sem qualquer participação do pai da criança até os quatro anos desta, época em que os dois se conheceram e passaram a conviver com frequência.

Quanto a esse homem, são reiteradas as queixas referentes à sua participação na vida da filha. Nem mesmo quando soube da relação de Kelly com o padrasto intrometeu-

se na situação. Helena conta que ele passou toda a responsabilidade para ela: “Ele diz que sou eu quem tem que resolver”. Um detalhe interessante é a profissão do pai de Kelly – é policial. É muito comum que os pais naturais se inflamem contra o violentador das filhas, ameaçando-os inclusive de morte. Nesse caso, dada sua identidade profissional, é de se supor que este homem ao menos ameaçasse incorrer em atos de violência para vingar a filha. Mas não é assim que ele se apresenta. Sua omissão surpreende. Contudo, fazer interpretações com relação à posição desse sujeito incorreria em mera especulação, já que não possuímos informações suficientes a esse respeito. Porém, sua atitude revela ao menos algo da relação pai-mãe-filha: que o primeiro aparece como figura, senão excluída, ao menos apagada na relação.

Em síntese, tanto as condições anteriores da relação com sua mãe, quanto aquelas configuradas a partir do nascimento de Kelly, levam Helena a estabelecer com sua filha uma relação de excessiva proximidade e dependência mútua. Helena faz da filha seu único objeto de satisfação, o que em termos edípicos, remete-nos ao primeiro tempo do complexo, segundo as formulações lacanianas.

8.4.1. As bases biológicas do incesto

Nesse sentido, mostram-se de interesse as concepções do pediatra Aldo Naouri¹⁹ (2000) sobre o que Cromberg (2001) denomina de “visão biológica” da problemática do incesto. A ênfase está no período de estadia do indivíduo no ventre materno. Ao analisar os fenômenos dessa relação, quando os dois indivíduos estão ainda fisicamente ligados,

¹⁹ Naouri, A. Um incesto sans passage à l’acte: la relation mère-enfant. In: Hérítier, F. (org.) *De l’inceste*. Paris: Odile Jacob, 1994.

Naouri busca compreender de que modo se constitui a relação mãe-criança tendo como ponto de partida tal relação literalmente fusional.

No que se refere às conseqüências dessa relação para a criança, é ressaltado o plano sensorial, que é o primeiro a contribuir para a construção de seu sistema relacional: “o recém-nascido é literalmente programado unicamente pelo corpo da mãe e só sobre ele.” (Cromberg, 2001, p.41). Refere-se com a isso a toda gama de sensações que o contato íntimo com o corpo materno proporciona ao feto e o modo como este se apropria disso. Cheiros, sons, movimentos; tudo é sentido e percebido por meio desse outro indivíduo, a mãe, que, ao menos em parte, decide sobre as experiências uterinas daquele que está para nascer.

Tome-se como exemplo o sentido do olfato. Há um período, precisamente entre a décima segunda e a vigésima quarta semanas de gestação, em que a sensibilidade olfativa do feto é maior do que em toda a sua vida no curso da via aérea. Por meio de moléculas químicas dissolvidas no líquido amniótico ele é capaz de perceber o odor de sua mãe, aquele que mais tarde será sentido pelo contato com sua pele. É capaz, do mesmo modo, de perceber o odor dos alimentos que sua mãe ingere, eventualmente um cigarro que ela fuma e até mesmo o perfume usado por ela. (Cromberg, 2001)

Tal riqueza de sensações é também vivenciada no que se refere ao universo sonoro uterino. A profusão de estímulos auditivos provenientes do interior do corpo materno é comparada pela autora a um hall de aeroporto:

As borbulhas digestivas, os batimentos cardíacos e o sopro da corrente sanguínea nos grandes vasos dão lugar ao surdo rumor que se imagina. Ele trará efeitos no reconhecimento da voz

materna. Desde o nascimento, o recém-nascido é capaz de discriminar a voz da sua mãe, que como feto ele registrou, distinguindo as suas características melódicas de todas as outras. (Cromberg, 2001, p.40)

Seguindo essa mesma lógica, segundo a qual comportamentos e sensações maternas imprimem no feto memórias que influenciarão seu modo de relacionar-se com o mundo, é possível estender-se até funções mais complexas, como a consciência de escoamento do tempo. Os ritmos impostos ao feto a partir das discontinuidades dos movimentos maternos – sono e vigília, fala e silêncio, refeição e jejum – situam-se na origem da noção de temporalidade que o indivíduo desenvolverá mais tarde.

Frente a isso, é lícito afirmar que tudo que o feto recebe por meio dos órgãos dos sentidos e que fica registrado em seu cérebro provém, exclusivamente, do corpo materno.

Este fio transnatal tecido entre a criança e a mãe vai, portanto, balizar, de uma extremidade a outra, o mundo perceptual, participar da edificação de um verdadeiro sistema de segurança e conferir à infância o caráter consolador de que se nutre toda a nostalgia. Nesta programação sensorial está presente o elemento constitutivo primordial da tentação incestuosa que cada um sente, a ponto de ser necessária uma lei que interdite a atuação, já que não existe ninguém para interditar. (Cromberg, 2001, p.41-2)

Até aqui foram traçadas as bases da tentação incestuosa que vai da criança à mãe. Porém, há também o que Naouri chama de “propensão incestuosa natural da mãe”, que diz respeito a uma parte importante do desejo feminino. Durante a gestação, o corpo materno supriu todas as necessidades do feto. Com o nascimento do bebê tal solicitude materna tende a se conservar, ou seja, a mãe busca continuar a satisfazer completamente sua criança.

Porém, se tal atitude materna mostra-se necessária para o sentimento de segurança do bebê no mundo, a ausência de uma limitação nessa relação “perfeita” impõe um sério risco a essa mesma relação:

Assim como o corpo da gravidez evitou a eclosão da menor necessidade, o corpo materno vai se abrir a satisfazer tudo o que ele possa reparar [...] Se é verdade que esta solicitude permite as reparações de segurança, ela tem por inconveniente reparar a idéia de que sua mãe é toda poderosa, que ela não lhe recusa nada, que ela não pode lhe recusar nada, que ela tem mesmo a vocação de não lhe recusar nada, porque seu desejo em relação a ela é de que não lhe falte nada.

Se alguma interposição não vem perfazer, ao menos um pouco, a aventura de pôr no mundo e a necessária disjunção que deve porvir [...] a relação vai se demandar do mesmo modo e continuar se agravando. [...] A criança ocupará a vida da mãe, que só terá a ela como horizonte, de maneira que a mãe colonizará sua identidade à sua

imagem ou à imagem e aos desejos que forjou da criança, o que dá no mesmo. (p.43)

Ao analisar a etimologia da palavra incesto, Naouri (2000) propõe uma tradução ao menos curiosa para o termo. Segundo este autor, a palavra incesto vem de *incestum* (sacrilégio), que por sua vez deriva de *incestus* (impuro, sujo). Esta é formada pela junção do privativo *in* e *cestus*, sendo esta última uma derivação de *castus* (casto, puro). Portanto, incesto apresenta como um de seus significados “não casto”. Contudo, ao evoluir da língua, *castus* foi curiosamente confundido com *cassus* (vazio de), chegando no verbo *careo*, que significa “eu falta”. É daí, portanto, que Naouri (2000) propõe sua tradução da palavra incesto por “a quem nada falta”.

A partir disso o autor relaciona esse sentido ao desejo de toda mãe em relação ao seu filho, ou seja, de que a ele nada falte. Chamará essa atitude materna de “propensão natural maternal ao incesto”. A referência não se encontra, portanto, no aspecto genital da relação incestuosa, mas no movimento de supressão das distâncias necessárias.

Diz respeito a mães que recusam metaforicamente à sua criança a simples possibilidade de sair delas, as condenando assim a se prolongar para sempre no seu nicho uterino extensível ao infinito. [...] a propensão natural incestuosa é estritamente indispensável ao bebezinho e que ela dá certamente o mais alto poder vivificante [...] deixá-la sem freio ou contraponto faz com que ela termine se tornando, com o tempo propriamente mortífera.

(CROMBERG, 2001, p.44)

Assim, a tentação incestuosa é geral e irrestrita a qualquer ser humano. O modo como ela se expressará em cada sujeito dependerá da repressão da propensão materna em direção a esse incesto. (Cromberg, 2001)

Tais elaborações pareceram-me valiosas para a análise do caso apresentado. O discurso de Helena leva-me a supor a existência desse excesso na sua relação com Kelly; uma recusa à separação que as leva a buscar como saída soluções ainda mais perigosas.

8.4.2 Dois mais um igual a dois

Partindo dos estudos de Héritier (1994), Eliacheff e Heinich (2004) analisam um determinado tipo de configuração das relações envolvendo mãe, filha e um terceiro. São os casos em que esse terceiro, comumente um homem, acaba por relacionar-se tanto com uma quanto com a outra. É a mãe que se envolve com o namorado da filha, ou a filha com o parceiro da mãe.

No caso aqui apresentado, a primeira hipótese com que trabalhava era a de que a ligação sexual entre Kelly e Daniel ter-se-ia dado como uma tentativa de barrar o gozo na relação com a mãe. Um apelo dessa célula narcísica – formada pelo emaranhado mãe-filha – por uma chance de separação. Pensava, portanto, que se Helena não tivera sucesso nessa empreitada, ainda que se casando com um homem, cabia agora a Kelly fazer sua tentativa.

Contudo, se tal hipótese parecia encaixar-se razoavelmente na compreensão do caso, a sensação de que algo ainda me escapava insistia à medida que o trabalho com Helena tinha prosseguimento. Tanto o discurso da mãe sobre a

filha, quanto o da própria menina, não confirmavam qualquer esforço desta última em separar-se da mãe. Pelo contrário, essa possibilidade não parece existir, ao menos não para Kelly. Como então compreender esse “abuso sexual”? Que sentido, afinal, adquiriria essa relação estabelecida entre padrasto e enteada?

O desvelamento da cena construída com esses três personagens permite entrever muito mais do que a clássica e simples configuração agressor-agredido, na qual à mãe resta um papel de coadjuvante passivo. Aliás, a distinção ativo-passivo, sujeito-objeto, fica cada vez mais nebulosa e confusa quando se sai de um discurso jurídico para o plano inconsciente. As questões se complexificam: quem seduziu quem? Quem traiu quem? Quem violentou quem?

É buscando, se não responder, ao menos problematizar tais questões, que Eliacheff (2004) propõe algumas distinções acerca dos tipos de incesto possíveis entre os humanos. Assim como a presente pesquisa, a autora também privilegia as relações entre mãe e filhas na abordagem do tema.

“Mais mães que mulheres”. É assim que a autora define uma das possíveis condições instauradas com a chegada de um filho. É o prolongamento de um estado necessário, porém, passageiro, em que a abnegação total em favor da criança apresenta-se como lei suprema para a mulher. Um estado não determinado pela fisiologia, como os estudos de Naouri poderiam sugerir, mas também sustentados por um discurso moderno, cuja palavra de ordem para as mulheres também mães parece ser: “nunca sem minha filha!”. (Eliacheff, 2004)

Nos primeiros meses de vida, a chegada de uma criança exige tempo e atenção incontáveis, até mesmo certa abnegação. Mas isso não é motivo para pensar que uma mulher tenha por

missão dedicar-se exclusivamente a ela, nem, sobretudo, que deva deslocar para o corpo da criança sensações eróticas que deveria sentir ou reencontrar com um homem. Antes mesmo do parto, certas mulheres têm dificuldade em imaginar que um mais um possa ser três; e se um mais um, aos olhos delas, só pode ser dois, a chegada do terceiro criará problemas – ao menos que o homem as ajude ocupando plenamente seu lugar de pai e de amante. (ELIACHEFF, 2004, p.9)

No caso aqui estudado, o homem que engravidou Helena não ocupou nem um nem outro lugar – abandonou a mulher e só conheceu a filha quando esta tinha quatro anos de idade. Questiono se, mesmo atualmente, pagando pensão e passando alguns fins de semana com Kelly, esse homem não continua se furtando ao exercício de sua função como pai. Sua omissão e passividade objetivam-se em uma fala de Helena, quando esta parece tentar expressar a insustentabilidade dessa relação dual com a filha: “Ele (o pai de Kelly) disse: ‘Você que tem que resolver isso, o problema é lá com você.’”.

A não apropriação do lugar de pai por esse homem encaixa-se perfeitamente à tendência de Helena em não abrir espaço ao terceiro. Parece ter sido da mesma forma com seu próprio pai. Este nunca aparece em seu discurso, a não ser uma única vez, quando revela uma descoberta recente acerca de um relacionamento duplo de seu genitor com sua mãe e uma irmã desta. Descoberta esta importante, que trataremos em outro momento deste trabalho.

A equação imaginária que formaliza o nascimento de um novo sujeito – um mais um igual a três – parece, no mínimo, incerta para Helena, já que mesmo quando consegue

formar um triângulo com Daniel e sua caçula, um dos vértices escapa de seu lugar e vem se instalar na relação dual que Helena estabelece com sua primogênita. Assim, mesmo quando a equação sai do plano imaginário e alcança um estatuto de realidade, o três é impossível de ser alcançado: eram mãe e filha, duas; com a entrada do terceiro, porém, elas continuam duas. Logo, dois mais um igual a dois.

Eliacheff (2004) nomeia essa configuração, congelada no primeiro tempo do Édipo, de “incesto platônico”. A autora qualifica este “incesto sem passagem ao ato” como uma forma de relação incestuosa muito menos visível, ainda que muito mais corrente e com alto poder de destrutividade psíquica.

Uma ressalva deve, contudo, ser feita: não se trata de um excesso de amor, mas da qualidade do espaço deixado entre mãe e filha e a forma como ele poderá ser habitado. O mito do amor materno incondicional, naturalizado e exaltado pelo discurso moderno, provoca uma perigosa confusão entre o que Winnicott denominava de “mãe suficientemente boa” e aquela que bem poderia ser chamada de “mãe boa demais” (ELIACHEFF, 2004). À primeira – cujo sucesso em estabelecer uma relação nem ausente nem presente demais tende a resultar na esperada figura triangular – revela-se uma outra, incapaz de manter um espaço entre ela e o filho, espaço este que deveria ser reservado a um outro, ao terceiro, ao mundo existente além dessa célula única e indissociável constituída pela mãe e seu rebento.

Donald Winnicott elaborou uma teorização dessa necessária separação da mãe, favorecida pelo “objeto transicional”, verdadeiro “terceiro” que permite à criança existir fora da mãe, graças à capacidade desta de manter um espaço entre ela e o filho, variável

conforme as necessidades deste: capacidade própria da “mãe suficientemente boa”, isto é, nem ausente demais, para não expor o neném à angústia, nem presente demais, para não entrar sua criatividade e sua autonomia. (ELIACHEFF, 2004, p.41)

Assim, no que a autora chama de incesto platônico, há a manutenção de apenas dois lugares, já que nenhum espaço é aberto entre eles. Apenas a um casal é dado o direito de existir. “Éramos só nós duas”(sic) – é assim que Helena resume sua condição e de sua filha antes do surgimento de Daniel. Durante 10 anos, Kelly ocupou até mesmo a cama da mãe, ícone máximo da intimidade homem-mulher na nossa cultura.

Contudo, apesar de mais longo que o esperado, esse tempo de dedicação mútua quase exclusiva parece dar mostras de sua insustentabilidade, ao menos para Helena, que encontra outro homem e tem outra filha com ele. A Kelly restaria aceitar essa intrusão e conseqüente separação da mãe ou recusar-se a essa nova configuração relacional e insistir naquela originária, na qual era ela própria que formava um casal com sua genitora. É esta a encruzilhada própria à chegada da adolescência de forma geral, mas que adquire um excesso de peso e sofrimento quando se trata de um incesto platônico vivenciado entre mãe e filha.

[...] a filha vive dolorosamente a perda do que era um idílio sem problemas enquanto ela jogou o jogo, enquanto foi o objeto passivo, o joguete consenciente de uma mãe abismada na maternidade. Agora ela não está mais

na intemporalidade da infância, mas numa história – sua história – na qual precisa a todo custo avançar [...] Atrás, o face-a-face familiar demais em que o ar – os outros – começou aos poucos a faltar; na frente, o desconhecido, os laços sem outra referência senão o que ela sempre conheceu e que, imediatamente, ela corre o grande risco de tentar recriar: a fusão, a simbiose, a absorção no outro, como ocorre às vezes com os casais de adolescentes colados um ao outro, imitando a sexualidade adulta numa concha relacional fechada... (ELIACHEFF, 2004, p.21)

De acordo com minha interpretação do caso, Kelly não conseguiu avançar em seu caminho como sujeito autônomo, enveredando-se no grande risco da tentativa de recriar o universo de satisfação incondicional outrora vivido da díade mãe-filha.

8.5. O incesto de segundo tipo

À primeira vista, contudo, pareceria contraditória a idéia acima proposta – do incesto platônico entre mãe e filha – e a entrada desse terceiro entre as duas. Se o desejo é de manutenção do estado de fusão, porque permitir que um homem venha intervir nessa dupla, ainda mais de forma tão violenta e abrupta?

Em uma espécie de tipologia dos incestos, Eliacheff (2004) recorre a uma teoria antropológica que propõe uma outra forma de incesto que não aquela geralmente evocada pelo senso comum; trata-se do “incesto de segundo tipo”. Os

fundamentos dessa noção de incesto foram buscados na obra de Françoise Héritier, antropóloga discípula de Lévi-Strauss, que busca dar continuidade aos estudos do mestre. Essa estudiosa do estruturalismo apresenta-nos descobertas interessantes acerca da especificidade desse interdito entre mãe e filha. A tese defendida é de que o tabu do incesto como condição de nascimento da cultura enquanto economia de troca de mulheres, postulada por Lévi-Strauss, diz respeito apenas às razões masculinas da existência do tabu. A interdição do incesto teria um sentido diferente para a menina e para a mulher. É a ligação sexual entre mãe e filha que ela denomina de “incesto de segundo tipo”. Tal denominação tem como objetivo marcar uma diferença entre aquele que a própria autora chama de “incesto de primeiro tipo”, ou seja, a relação sexual entre dois parceiros heterossexuais consanguíneos. Porém, a tese da autora é de que é a interdição do incesto de segundo tipo que se encontra na base de todas as outras proibições incestuosas.

É a interdição do incesto entre mãe e filha, que ela nomeia de incesto de segundo tipo, que está na base de todas as outras proibições incestuosas, já que seu fantasma é o motor maior de nosso imaginário social. A forma fundadora do incesto é aquela da relação mãe-filha porque além da identidade de gênero, há o fato físico da reprodução da mesma forma na mesma matriz. A matriz e o que dela sai são idênticos, o mesmo se passando com a identidade de duas irmãs, como o princípio das bonecas russas (CROMBERG, 2001, p.216).

De acordo com Héritier, portanto, o incesto fundamental, aquele que se encontra na origem de todos os outros tipos de incesto, é aquele que ela denomina de incesto de segundo tipo, ou seja, aquele entre mãe e filha. O que se encontra na base da interdição diz respeito à regulação entre o idêntico e o diferente. Seus estudos indicam que toda a regulação acerca das possibilidades de estabelecimento de relações sexuais nas sociedades estaria em consonância com o propósito de regular o *excesso* de identidade e a *ausência* do diferente. Esta antropóloga procura ampliar as descobertas do antropólogo francês abordando o problema do incesto sob outro aspecto. Faz isso dando ao corpo e aos seus humores (fluidos) um lugar central no estudo da representação simbólica, fundamentando-se, para isso, no estudo de temas arcaicos inscritos no corpo e na diferença dos sexos.

Ela investiga assim as bases de uma gramática universal aplicável ao campo antropológico, adotando como ponto de ancoragem o corpo e as questões relativas à oposição fecundidade/esterilidade. Pensar em fecundidade faz pensar em esterilidade que faz pensar em sexualidade, o que leva a pensar nos humores do corpo: no leite, no esperma, no sangue. A idéia é que esses conceitos funcionam por cadeias que se estruturam a si mesmas. (DOSSE²⁰, 1993 apud CROMBERG, 2001, p.216)

O critério fundamental propiciador do incesto seria,

²⁰ Dosse, F. *História do estruturalismo* (2 volumes). Campinas: UNICAMP, 1994.

portanto, colocar em contato humores (fluidos) idênticos. O que está em jogo é aquilo que há de mais fundamental nas sociedades humanas, a forma como elas constroem suas categorias do idêntico e do diferente.

A oposição entre idêntico e diferente é primeira, porque ela está fundada na linguagem do parentesco, sobre aquilo que o corpo humano tem de mais irredutível: a diferença dos sexos. [...] Dele deriva a problemática do mesmo e do outro, do um e do múltiplo, do contínuo e do descontínuo. Quando o acúmulo do idêntico engendra maus efeitos ele será interdito e serão buscadas as justaposições ou combinações entre elementos classificados como de natureza diferente. (HÉRITIER, 1994, p.11-2)

Assim, o protótipo desse “acúmulo do idêntico” pode bem ser referido à relação mãe-filha, já que, como as bonecas russas, trata-se de uma relação fusional, totalmente identificada, na qual não há lugar para o diferente.

Héritier (1994) desenvolve uma pesquisa histórica, etnográfica e antropológica cujo objetivo é identificar como essa interdição relativa a mães e filhas se apresenta em diversas culturas e épocas. Com isso, a autora descobre que há outras formas de se proporcionar esse “acúmulo do idêntico” além da condição de uma mulher gestante de uma outra mulher. Através dos fluidos corporais é possível que uma mulher entre em contato fisicamente com uma outra ainda que de forma indireta, tendo como condutor um homem. As proibições referentes às relações sexuais entre um mesmo homem e mulheres que possuem determinados graus de

parentesco revelam, segundo a autora, o temor universal desse “acúmulo do idêntico”.

Assim, na Assíria, por exemplo, é proibida a união de um homem com duas irmãs, mas ela é permitida após se ficar viúvo de uma delas. Já os textos hititas sugerem que uma união como esta é possível contanto que as irmãs morem suficientemente distantes uma da outra. Por outro lado, no mundo grego, essa união é impossível mesmo se uma das irmãs deixar o marido viúvo. Interdições como estas apontam que o perigo em manter relações sexuais com um mesmo parceiro é de que as duas mulheres, feitas da mesma substância, entrem em contato por meio desse transportador, que distribui o mesmo sêmem entre as duas.

Assim, o incesto de segundo tipo pode ser definido, segundo Eliacheff (2004), “pela relação sexual de dois consangüíneos com um mesmo parceiro” (p.113). A mesma autora ressalta que uma situação como esta não se apresenta como objeto de proibição universal, como o é o incesto entre consangüíneos. Contudo, são relações que não se apresentam livremente autorizadas, sendo que sua transgressão também provoca variados níveis de mal-estar.

No caso apresentado o “mal-estar” aparece, ao menos inicialmente, creditado em sua totalidade à situação de abuso sexual forjada pelo ato sexual entre um homem e uma adolescente de treze anos. Contudo, ao sairmos da esfera jurídica e nos deixando guiar pelo discurso materno, encontramos elementos relativos a esse mal-estar como algo revelador dessa sobreposição de substâncias idênticas. Por mais que Helena resista em sucumbir à rivalidade proposta pela filha, ela reconhece em diversas atitudes de Kelly o esforço desta em “ser a própria mãe”. É essa a questão principal que se instaura a partir da situação envolvendo o padrasto, o que deixa em segundo plano, ao menos para

Helena, a questão da violência sexual.

Entendo, portanto, que a relação estabelecida entre Kelly e o marido da mãe configura-se como uma tentativa inconsciente de reaproximação entre as duas; uma restauração de um estado anterior e mítico que a teoria do “incesto platônico” objetiva explicar. O “incesto de segundo tipo” como mantenedor da identificação total entre mãe e filha, eis a função que Daniel parece adquirir nessa dinâmica familiar.

Isso fica mais claro à medida que a análise de Helena prossegue – o ex-marido se desvanece facilmente em seu discurso; quando aparece é na condição de pai da caçula, e não como objeto de amor e parceiro sexual. O mal-estar surge sempre ligado à relação com a filha, cuja atitude para com a mãe adquire contornos cada vez mais fortes de agressividade e destrutividade.

Nesse momento, Kelly não mais se refere a qualquer situação que envolva Daniel. Helena estranha a forma como a filha parece totalmente distanciada do fato passado – o relacionamento com o marido da mãe – “é como se nada tivesse acontecido”. Relata uma ocasião em que assistiam a um programa de televisão que mostrava situação muito semelhante à que vivenciaram. Neste, uma filha revelava à mãe que há alguns anos mantinha um relacionamento amoroso com o padrasto. O constrangimento tomou conta dos presentes nesse momento, menos de Kelly, segundo Helena. A menina causou ainda maior espanto ao tecer comentários como: “Que horror fazer isso!”, parecendo não se reconhecer naquilo como era de se esperar.

Dessa estranha condição psíquica da adolescente, o que gostaria de ressaltar é a aparente ausência de sentimento de culpa da adolescente, não apenas quanto ao relacionamento com o padrasto, mas, sobretudo, em relação a sua exacerbada hostilidade direcionada à mãe.

Uma possível interpretação para tal condição de Kelly dá-se no sentido de procurar verificar, aos olhos da menina, a quem cabe o papel de “traidor(a)” nessa trama. Se aceitarmos a hipótese proposta sobre o incesto platônico vivenciado entre mãe e filha, então, seremos obrigados a concordar que a pessoa efetivamente traída foi Kelly, e não sua mãe. Não podemos esquecer que ambas formavam um casal, até que Helena permitiu que um terceiro viesse abalar a relação idílica de mãe e filha. Com isso, passa a fazer sentido a enigmática fala de Kelly à sua terapeuta: “Eu perdoei minha mãe e ela me perdoou. Eu a perdoei pelo que eu fiz”. Mais do que denunciar sua confusão identitária com a mãe, ao proferir tais palavras Kelly implica e responsabiliza a genitora na situação criada com o padrasto. É como se dissesse: “Meu erro ocorreu apenas porque você se afastou de mim, quebrou nosso pacto; você me obrigou a isso.”

9. Considerações finais – de mães para filhas: uma única história

A história contada por Helena no início dos atendimentos assemelha-se a tantas outras relatadas rotineiramente em nosso serviço de proteção: sua filha sofrera abusos sexuais por parte do padrasto. Porém, o caso que se construiu ao longo do trabalho com a paciente mostrou o quão distante tal conteúdo – manifesto – pode estar daquilo que jaz sob um enredo tão comum e aparentemente tão claro.

A escolha deste caso para embasar esta pesquisa deu-se em função de uma peculiaridade não tão incomum quanto poderia se imaginar. A repetição de situações de abuso sexual em diferentes gerações de uma mesma família levou-me a questionamentos a respeito das dinâmicas psíquicas operantes nesses grupos, bem como nos sujeitos que deles fazem parte.

A história de Helena e sua filha não começa com o “abuso” de Kelly, mas algumas gerações antes. O trabalho realizado na instituição levou a paciente a buscar informações sobre sua história familiar. Foi assim, por exemplo, que descobriu que uma tia e sua avó também haviam sofrido abuso sexual na adolescência. Ela própria resgata algumas situações familiares situando-as sob um mesmo aspecto, o da incestuosidade presente nessas relações.

Com isso, o caso foi se clareando. Helena passou toda a sua vida em um conflito: de um lado, está o amor ao grupo familiar. Para pertencer a este, as mulheres acabavam por experimentar algo da ordem do abuso sexual, sendo que este parece ter por função a concretização de tal “clima incestuoso” dessa família. Do outro lado do conflito está o desejo de ser um sujeito único, responsável por seus próprios desejos, o que a coloca como “ovelha negra” da família. É apenas ela que ergue sua voz para dizer o que sofreu com o

padrasto; assim como não mede esforços em tentar remediar a situação da própria filha (ao menos juridicamente) após esta ter tido o mesmo destino das suas ancestrais.

De acordo com as formulações freudianas a respeito do contágio mental e o poder da sugestionabilidade nos grupos, o sujeito abre mão da sua singularidade por amor à coletividade. Seria, portanto, por amor ao grupo familiar que essas mulheres repetiriam as situações de abuso? No caso desta família, o abuso sexual parece ser um representante do incesto platônico existente entre mães e filhas.

Não podemos desconsiderar, contudo, o fato de que Helena faz diversas tentativas de se afastar desse grupo e, conseqüentemente, da condição perpetuada pelas mulheres dessa família. Ora consegue, ora não. O vínculo com sua mãe é muito forte, a ponto de não conseguir questioná-la propriamente. Apresenta, portanto, um constante movimento de afastar-se e aproximar-se desse “contágio mental”.

O próprio fato do abuso de Kelly retrata bem esse conflito. Já na primeira sessão, Helena dá indícios de um saber acerca de seu papel no relacionamento da filha com seu marido. Lembremo-nos de sua fala sobre ter sempre alertado a filha sobre os perigos de se conviver com um homem: “Não sei se foi por isso que aconteceu... eu falava muito...”.

Ao falar “não permita que um homem abuse de você”, o que ela de fato parecia transmitir à filha era o legado incestuoso e abusivo de seu grupo familiar. A mensagem válida seria: “Permita que um homem abuse de você”. Lembremos o que Freud nos apresentou em seu trabalho “A Negativa”: “Assim, o conteúdo de uma imagem ou idéia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja negado. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão...” (FREUD, 1925, p.266-7)

Ao dizer isso à filha ela, na verdade, abria tal possibilidade. “É possível que um homem abuse de você”. O que, devido à condição familiar, parece ter sido tomado como uma ordem.

[...] na análise, jamais descobrimos um “não” no inconsciente e [que] o reconhecimento do inconsciente por parte do ego se exprime numa fórmula negativa. Não há fórmula mais contundente de que fomos bem-sucedidos em nosso esforço de revelar o inconsciente, do que o momento em que o paciente reage a ele com as palavras “Não pensei nisso” ou “Não pensei (sequer) nisso”. (FREUD, 1925, p.269)

Não só no caso aqui trabalhado pude constatar essa descoberta freudiana, mas, como já mencionado na introdução deste, nas falas de diversas mães que tiveram suas filhas ou filhos vítimas de abuso sexual. Trata-se do tão comum “Nunca pensei que isso pudesse ocorrer”, mas que, como Freud bem nos alertou, retifica-se com outra fala subsequente: “mas sempre avisei para que tomasse cuidado”.

Trata-se exatamente da fórmula apresentada por Freud dos processos de negação: ao primeiro “não” de recusa na fala do sujeito, vem juntar-se imediatamente uma confirmação, a princípio indireta. (FREUD, 1909) A negação tem, portanto, “o valor de um indicador que assinala o momento em que uma idéia ou desejo inconscientes começam a ressurgir, e isto tanto no tratamento como fora dele.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.295)

Entendo ser esta uma das formas encontradas pelo

inconsciente desse grupo familiar para transmitir não propriamente sua herança, mas sua palavra de ordem.

Vimos como Freud foi construindo sua noção de herança arcaica ao longo de seus escritos sobre a psicologia social. Nesse contexto, a transmissão psíquica de conteúdos inconscientes ao longo de gerações resulta em algo constitutivo do sujeito e da sociedade. Assim, é necessário para vivermos em sociedade que tenhamos introjetado os valores advindos da transmissão longínqua do tabu do incesto, como demonstrado no texto de 1912. Trata-se, portanto, da dimensão estruturante do fantasma.

Já no caso aqui trabalhado, bem como naqueles em que o conceito de cripta se encontra operante, não acho por bem utilizar o termo “herança”. Essa palavra remete a um acréscimo, a algo de que o sujeito poderá usufruir em seu benefício. No caso daquilo que se transmite como uma cripta, não há nem acréscimo nem benefício ao sujeito. Há apenas repetição mortífera de algo que o sujeito sem dúvida herdou, mas de que não pôde se apropriar.

Sofrer um abuso sexual pareceria ser, portanto, a lei suprema desse grupo familiar, sendo este um imperativo que deve ser seguido para que seja assegurado aos seus membros o pertencimento ao grupo.

Entretanto, o trabalho com a paciente levou-me a perceber que o cerne da problemática de sua família não era propriamente os abusos sexuais recorrentes. Talvez seja lícito supor que a violência sexual, nesse caso, venha agindo como um fantasma, de acordo com a concepção de Abraham e Torok desse operador psíquico, cuja função seria a manutenção de um *status quo* tópico. Assim, o abuso sexual teria por função manter a organização incestuosa dessa família.

Fundamentando-nos nas elaborações a respeito do

incesto de segundo tipo, vimos como o “abuso sofrido” por Kelly tinha por função um reencontro de mãe e filha, como outrora vivenciada na experiência da célula narcísica formada pela mãe e seu bebê.

Nos poucos atendimentos a Kelly, umas das coisas que toma relevo é seu desejo de proximidade com a mãe, apesar de toda a agressividade que a ela dirige. A hostilidade da menina para com Helena não tem aqui a função de separação, como se poderia supor. Trata-se, sim, de uma reação daquela que fora, outrora, o único objeto de amor da mãe quando se viu ameaçada de perder sua exclusividade no desejo materno.

Algo que sempre chamou atenção no trabalho com Helena era o fato de ela não demonstrar qualquer afeto negativo em relação à filha. Em momento algum ela se coloca no lugar de uma mulher traída; não é essa a sua questão. Inconscientemente, ela parece compreender o papel da filha na dinâmica familiar há tempos estabelecida. Kelly, no fundo, estaria apenas sendo fiel ao pacto estabelecido entre as mulheres das diferentes gerações.

O mesmo sentimento se dá em relação a Helena e sua mãe. Em diversos momentos ela descreve atitudes de sua mãe que chegavam à violência física e psicológica. Porém, assim como observado na relação com Kelly, ao invés de mágoa ou raiva, o que se verifica é uma estranha aceitação dessa condição.

Tal posição passa a fazer sentido se consideramos que ambas, mãe e filha de Helena, estão cumprindo seus papéis. É ela, Helena, que foge ao *script*, e é isso que a coloca em posição de desigual, rebelde, dentro da família, dado ser assim que ela afirma se sentir, sempre que questionada sobre seus relacionamentos familiares.

É por isso que considero ser um movimento saudável de Helena quando ela começa a demonstrar alguma reação ao

comportamento da filha, demarcando para esta seus lugares. Em uma briga, ela enfatiza: “ele era *meu* marido!”. Mais que rivalidade, trata-se nesse momento de uma tentativa de desfazer uma confusão de gerações tipicamente encontrada entre os membros de famílias em condição semelhante.

Tal confusão pode ser verificada na fala de Kelly à sua analista: “Eu a perdoei pelo que eu fiz”. Aparentemente sem sentido, essa fala da menina revela o quanto mãe e filha encontram-se identificadas. Quem, afinal, deve ser perdoada? O trabalho realizado com esses sujeitos nos leva à constatação de que se na história contada por Helena ela foi traída por seu marido com sua filha, o caso construído coloca a própria mãe como traidora do pacto estabelecido não só com a filha, mas entre as mulheres de sua família. É Helena, portanto, quem necessita de perdão.

Além disso, a fala de Kelly indica seu reconhecimento de que a mãe teve sua participação em toda a história, apesar de ser, senão a única, uma das mais resilientes mulheres da família. O que nos permite afirmar isso é, justamente, o fato de Helena apresentar um movimento que vai contra a repetição do abuso sexual. Se entendermos este fenômeno como resultado de algo que não pôde ser introjetado pelos membros dessa família, a atitude de Helena mostra que ela ao menos começa a fazer essa introjeção.

Chego, portanto, à conclusão de que a questão da violência sexual neste caso (e em tantos outros semelhantes) desloca-se do ato sexual em si para as relações que lhe são subjacentes. É claro que todo abuso sexual é uma violência, mas, como já discutimos anteriormente, não apenas em função de seu caráter de imposição ou brutalidade.

A violência nesses casos resulta de uma “confusão de línguas”, assim como descrita por Ferenczi. Como vimos, a criança espera ter com o adulto um encontro afetivo, no

âmbito da ternura. Em uma situação de abuso sexual, contudo, ela acaba por defrontar-se com outro tipo de encontro, que a mergulha em uma genitalidade para a qual ainda não está preparada. Entendemos, portanto, que o caráter violento do ato está na perda brusca daquele objeto de ternura e em todo o processo que a criança é forçada a desenvolver para se defender psiquicamente, ou seja, a identificação com o agressor.

No caso aqui trabalhado, entendemos que tanto Kelly quanto sua mãe (bem como, provavelmente, as outras mulheres da família), não cessam de buscar esse encontro afetivo. Porém, o objeto terno que tentam reencontrar não se refere efetivamente àqueles que as violaram propriamente. Suas buscas vão no sentido de retomar os laços de ternura com suas mães; laços em algum tempo perdidos em função da obrigatoriedade de uma relação incestuosa, como já nos foi possível apontar. Assim, o padrasto de Kelly serviria como instrumento para a menina alcançar seu objetivo maior: o retorno a uma relação simbiótica com sua mãe.

Por fim, resta dizer que, evidentemente, o tema desenvolvido nesta pesquisa possui diversos outros ângulos pelos quais poderia ser trabalhado. Não há dúvidas de que minha abordagem do problema é ainda superficial e inicial, não tendo sido minha pretensão esgotar um tema tão amplo e complexo como este.

Espero, sim, por meio das direções teóricas aqui apontadas, contribuir com a clínica desses casos. Entendo que o mais importante no trabalho com esses sujeitos está na disposição e na capacidade daqueles que os escutam em alcançar algo que se encontra além das histórias rotineiramente relatadas nas diversas instituições de apoio. Estar aberto ao indizível, ao encriptado, e possibilitar ao sujeito um dizer sobre uma violência aprisionante e

emudecedora – acredito ser esta uma importante função, não apenas do analista, mas de todos os profissionais que se propõem a adentrar no universo dessas famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1968) **A casca e o núcleo**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

ALMEIDA PRADO, M.C.C.; FÉRES-CARNEIRO, T. Abuso sexual e traumatismo psíquico. **Interações**, vol. X, n.20, p.11-34, jul.-dez. 2005.

BIRMAN, J. **Estilo e Modernidade em Psicanálise**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

BIRMAN, J. A clínica na pesquisa psicanalítica. **Psicanálise e Universidade**. São Paulo: n.1, 1992.

CORREA, O. B. R. Transmissão psíquica entre gerações. **Psicologia USP**, 2003.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELIACHEFF, C.; HEINICH, N. **Mães-filhas: uma relação a três**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERREIRA, F. P.; PONS, S. Transferência como experiência do vivido e transmissão psíquica: a herança de Sándor Ferenczi. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XVI, n.165, jan. 2003.

FIGUEIREDO, L. C. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Escuta 1999.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. Ano VII, n.1, p.75-86, mar. 2004.

FREUD, S. (1896) Hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. III.

FREUD, S. (1897) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess, carta 69. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. I

FREUD, S. (1897) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess, carta 71. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. I

FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. V.

FREUD, S. (1909) Notas sobre um caso de neurose obsessiva.

In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. X.

FREUD, S. (1912-1913) Totem e Tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII.

FREUD, S. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV.

FREUD, S. (1914) Recordar, repetir e elaborar. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

FREUD, S. (1919) O estranho. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

FREUD, S. (1920) Além do princípio do prazer. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII.

FREUD, S. (1921) Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII.

FREUD, S. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

v. XIX

FREUD, S. (1925) A negativa. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX

FREUD, S. (1925) Sexualidade Feminina. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX

FREUD, S. (1938) Moisés e o monoteísmo – três ensaios. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII.

FREUD, S. (1938) Esboço de psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII .

GABEL, M. (org.) **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GOLDFEDER, M. F. A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, n.138, p. 16-23, 2000.

HÉRITIER, F. **Les deux soeurs et leur mère**. Paris: editions Odiles Jacob, 1994.

INGLEZ-MAZZARELLA, T. **Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações**. São Paulo: Escuta, 2006.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, v.1: as bases conceituais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

KAËS, R. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados – transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LACAN, J. (1957-58) **O seminário. Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LANDA, F. **Ensaio sobre a criação teórica em psicanálise: de Ferenczi a Nicolas Abraham e Maria Torok**. São Paulo: editora UNESP:FAPESP, 1999.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n.16, p.243-255, dez, 2004.

MEES, L. A. **Abuso sexual – trauma infantil e fantasias femininas**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEZAN, R. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MOREIRA, J. O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. **Psicologia em Estudo**, v.9 n.2, Maringá, mai/ago 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722004000200008&script=sci_arttext. Acesso em 15 de agosto de 2009.

PAPAZANAKIS, A. Realidade e Fantasia como determinantes na vivência do Abuso Sexual. **Interações**, v.III, n.6, jul-dez, 1998.

PASSOS, M. C.; POLAK, P. M. A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. **Mental**, v.2 n.3, Barbacena, nov., 2004. Disponível em: http://scielo.bvspsi.org.br/scielo.php?pid=S167944272004000200004&script=sci_arttext. Acesso em 17 de julho de 2008.

PINHEIRO, T. **Ferenczi: do grito à palavra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

QUEIROZ, E. F. O estatuto do caso clínico. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XV, n.157, maio, 2002.

RAZON, L. **Enigma do incesto: da fantasia à realidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

ROSA, M, D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. IV, n. 2, 2004.

TRACHTENBERG, A. R. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro** - um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO I**

Eu, _____, RG _____

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa referente ao projeto intitulado “O abuso sexual infantil à luz da transmissão psíquico-geracional”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui informado, ainda, de que a pesquisa é realizada por Patricia dos Santos Lages Prata Lima, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 0xx4139015224 ou e-mail patricialages@pop.com.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado de que a pesquisa tem por objetivo geral analisar o fenômeno do abuso sexual infantil e as especificidades da relação entre mães e filhas em famílias onde ocorre esse tipo de violência. De forma específica, pretende-se compreender qual é o papel e função da mãe no estabelecimento das dinâmicas familiares que envolvem crianças e/ou adolescentes que vivenciaram ou vivenciam situações de abuso sexual.

A pesquisa prevê a realização de entrevistas com crianças e/ou adolescentes que vivenciaram ou vivenciam situação de abuso sexual, bem como entrevistas com suas respectivas mães. Nomes ou quaisquer dados que possam identificar os participantes não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas esperamos trazer benefícios

para o tratamento desses casos. Este estudo é necessário para fundamentar a prática profissional no atendimento psicológico aos sujeitos em situação de violência sexual e produzir conhecimentos que possam contribuir com as ações desenvolvidas nos programas de combate à violência sexual infantil.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração será realizada através da concessão de entrevistas e documentos e o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal – Patricia dos Santos Lages Prata Lima – e/ou pelo pesquisador responsável – Prof. Dr. Sérgio Scotti. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado/a, poderei contatar a pesquisadora principal ou a pesquisadora responsável.

Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento.

Araucária _____, (data) _____

Assinatura Participante

Assinatura do responsável legal – Coordenadora do
CREAS – Serviço do Município de Araucária

Assinatura Pesquisador Principal – Patricia S. L. Prata
Lima

Assinatura Pesquisador Responsável

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO II**

Eu, _____, RG _____,
_____, responsável legal de _____,
declaro, por meio deste termo, que concordei com a sua
participação na pesquisa referente ao projeto intitulado “O
abuso sexual infantil à luz da transmissão psíquico-
geracional”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC). Fui informado, ainda, de que a pesquisa é realizada
por Patricia dos Santos Lages Prata Lima, a quem poderei
contatar a qualquer momento que julgar necessário através do
telefone 0xx4139015224 ou e-mail patricialages@pop.com.br.

Afirmo que concordei com a participação da
criança/adolescente por minha própria vontade, sem receber
qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de
colaborar para a realização da pesquisa. Fui informado de que
a pesquisa tem por objetivo geral analisar o fenômeno do
abuso sexual infantil e as especificidades da relação entre

mães e filhas em famílias onde ocorre esse tipo de violência. De forma específica, pretende-se compreender qual é o papel e função da mãe no estabelecimento das dinâmicas familiares que envolvem crianças e/ou adolescentes que vivenciaram ou vivenciam situações de abuso sexual.

A pesquisa prevê a realização de entrevistas com crianças e/ou adolescentes que vivenciaram ou vivenciam situação de abuso sexual, bem como entrevistas com suas respectivas mães. As mesmas poderão ser gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam lhes identificar não serão usados. A pesquisa não trará riscos ou desconfortos, mas esperamos trazer benefícios para o tratamento desses casos. Este estudo é necessário para fundamentar a prática profissional no atendimento psicológico aos sujeitos em situação de violência sexual e produzir conhecimentos que possam contribuir com as ações desenvolvidas nos programas de combate à violência sexual infantil.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração será realizada através da concessão de entrevistas e documentos e o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal – Patricia dos Santos Lages Prata Lima – e/ou pelo pesquisador responsável – Prof. Dr. Sérgio Scotti. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado/a, poderei contatar a pesquisadora principal pelo telefone 0xx4184093300.

Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me

ofertou uma cópia assinada desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Araucária _____, (data) _____

Assinatura do responsável lega

Assinatura Pesquisador Principal – Patricia S. L. Prata
Lima

Assinatura Pesquisador Responsável